



ÉRICA GOMES RODRIGUES

**VISIBILIDADE TRANS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA:
Contextos, temas, desafios e tendências**

**Rio de Janeiro
2018**

ÉRICA GOMES RODRIGUES

VISIBILIDADE TRANS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA:
Contextos, temas, desafios e tendências

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informação, Comunicação e Saúde (ICICT) para obtenção do grau de Mestre em Ciências.

Orientadora: Dr^a. Cícera Henrique da Silva
Coorientadora: Dr^a. Inesita Soares de Araujo

**Rio de Janeiro
2018**

Rodrigues, Erica Gomes .

Visibilidade trans na produção científica brasileira; contextos, temas, desafios e tendências / Erica Gomes Rodrigues. - Rio de Janeiro, 2018.
109 f.; il.

Dissertação (Mestrado) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, 2018.

Orientadora: Cícera Henrique da Silva.
Co-orientadora: Inesita Soares de Araujo.

Bibliografia: f. 84-88

1. pessoas transgênero. 2. desigualdade em saúde. 3. visibilidade. 4. informação científica. 5. comunicação em saúde. I. Título.

ÉRICA GOMES RODRIGUES

**VISIBILIDADE TRANS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA:
Contextos, temas, desafios e tendências**

Aprovado em 28 de fevereiro de 2018.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dra. Cícera Henrique da Silva

Prof^ª. Dra. Inesita Soares de Souza

Prof^ª. Dra. Jimena de Garay Hernández

Prof^ª. Dra. Maria Cristina Soares Guimarães

Prof. Dr. Wilson Couto Borges

Prof^ª. Dra. Kizi Mendonça de Araujo

AGRADECIMENTOS

“Me molhei no mar (e nada pedi) só agradeçi.” (Gerônimo e Vevé Calazans, 1986)

Chegar até aqui é uma conquista. Se cheguei até aqui, é porque muita gente boa surgiu na minha vida e compartilhou suas experiências e seus saberes, estendeu a mão e caminhou comigo. É também porque tenho inúmeros privilégios. E também porque tenho fome na mente, no corpo, no coração e na alma como me diz Roxane Gay com toda sua força.

À minha mãe, agradeço por todo esforço e apoio em tudo que faço. Por me educar carinhosamente e me ensinar a respeitar o outro. Por me incentivar a ler, a questionar e a buscar quem sou.

Ao Rodolfo, meu companheiro de vida, pela paciência, disponibilidade, atenção, incentivo e entusiasmo diante dessa nova etapa. Por todo o conhecimento que compartilhamos. Por me incentivar a crescer profissionalmente e como ser humano, todos os dias da minha vida desde o momento em que o conheci.

À Irla, minha crusha, pelo incentivo e compreensão.

Ao André pela amizade, conselhos - solicitados e sempre valiosos - e generosidade. Além das boas histórias e vivacidade contagiante.

À Bia pelo acolhimento, amizade e generosidade.

À minha querida amiga Pâmella que embarcou comigo nessa aventura, pela amizade e incentivo mesmo quando passava por momentos difíceis.

Ao Rock, meu gato, por saber me fazer parar e descansar.

Aos familiares e amigos, pela torcida, incentivo e compreensão quando o cansaço não permitiu que eu estivesse presente.

Às minhas queridas orientadoras, Cícera e Inesita, cada uma a seu modo, pela generosidade dos seus ensinamentos, pela tranquilidade em suas palavras, pelo profissionalismo, por todas as sugestões valiosas - que nem sempre pude aproveitar devido às minhas limitações - pela engenhosidade e pela humanidade. Gostaria de agradecer por cada avanço que obtive ao longo destes dois anos e que só foram possíveis graças a dedicação e paciência de suas orientações.

À turma de mestrado e doutorado de 2016. Somos quinze e todos, sem exceção, em algum momento colaboraram com este trabalho. Lembraram, ofereceram ajuda, enviaram textos, vídeos, campanhas e contribuíram generosamente. Com muita coragem compartilharam suas incertezas durante o trajeto e juntos nós apoiamos uns aos outros. Dessa turma levo nomes, fotos, boas lembranças e amizades. Alan, Allan de Jesus, Catarina, Cyntia, Dani, Flávia “Games”, Flávia “Nutri”, José Eduardo, Lucilene, Marcelo, Mariana, Marina, Pâmella, Renata, Rodolfo e Trino.

Aos professores e professoras do PPGICS pelos ensinamentos e apoio nesse percurso de formação de pesquisadoras/es.

Aos funcionários da gestão acadêmica, pelo bom trabalho e colaboração.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão de bolsa durante todo o mestrado.

À FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) pelo prêmio e bolsa concedidos através de seu programa “Bolsa Nota 10”.

Às pessoas que fizeram parte deste percurso, só tenho a agradecer e abraçar.

RESUMO

O gênero é um marcador social da diferença. Ele é hierarquizado e, conseqüentemente, grupos de pessoas, atividades, hábitos, profissões e instituições são desvalorizados em nossa sociedade. Essa desvalorização contribui para desigualdade social e repercute também na saúde. A desigualdade social em saúde é marcada pela injustiça, quando um indivíduo ou grupo está em desvantagem de condições para manter-se saudável. Como grupo social desvalorizado, pessoas transgêneras são alvo de muitos tipos de violência e de invisibilização de suas demandas. O discurso científico, que cria oposições binárias de gênero, tem naturalizado e localizado a “verdade” sobre o gênero nas estruturas corporais. Neste contexto, o objetivo da pesquisa foi caracterizar os modos de visibilidade de pessoas trans na produção científica brasileira. Para tanto, foi delineado um panorama da produção científica brasileira a respeito da transgeneridade e estabelecido um vínculo entre as formas de visibilidade das pessoas transgêneras e a desigualdade em saúde. A metodologia empregada consistiu na busca por estudos nas fontes de informação científica multidisciplinares SciELO CI, WOS e SCOPUS; na análise de autores, instituições, áreas do conhecimento e os países que pesquisam em colaboração com o Brasil; na análise de assuntos; e na análise bibliográfica de temas como feminismo, estrutura social da ciência e visibilidade. O corpus encontrado foi de 293 estudos. Dos 10 autores mais produtivos, as duas primeiras são vinculadas a mesma instituição e têm juntas mais da metade dos estudos sobre pessoas trans da instituição a que pertencem. O número de estudos publicados cresce a cada ano e 2016 se destaca com mais publicações. O Estados Unidos é o país que mais produz em parceria com o Brasil e há uma predominância de estudos das áreas das Ciências da Saúde. Foram identificados 17 assuntos, sendo possível perceber os temas e as tendências dos estudos sobre transgeneridade. Os modos de visibilidade e a desigualdade em saúde puderam ser discutidos a partir desse contexto de produção e da análise de assuntos. Dentre as conclusões, estão a necessidade da melhoria do atendimento integral em saúde, a importância do fomento à pesquisa, a necessidade de discussão de gênero nas escolas e o cuidado ao nomear grupos estigmatizados.

Palavras-chave: pessoas transgênero, desigualdade em saúde, visibilidade, comunicação e saúde, informação científica e tecnológica em saúde.

ABSTRACT

Gender is a social marker of difference and hierarchical. Consequently, groups of people, activities, habits, professions and institutions are devalued in our society. This devaluation contributes to social inequality and also has repercussions on health. Social inequality in health is marked by injustice, when an individual or group is at a disadvantage of conditions to remain healthy. As a devalued social group, transgender people are the target of many types of violence and the invisibility of their demands. Scientific discourse, which creates binary oppositions of gender, has naturalized and localized the "truth" about gender in bodily structures. In this context, the objective of the research was to characterize the modes of visibility of trans people in Brazilian scientific production. For that, a panorama of the Brazilian scientific production on transgeneration was drawn up and a link was established between the forms of visibility of transgender people and the inequality in health. The methodology used consisted in the search for studies in the sources of scientific information multidisciplinary SciELO CI, WOS and SCOPUS; in the analysis of authors, institutions, areas of knowledge and the countries that research in collaboration with Brazil; in the analysis of subjects; and in the bibliographic analysis of themes such as feminism, social structure of science and visibility. The corpus found was 293 studies. Of the 10 most productive authors, the first two are linked to the same institution and have more than half of the studies on trans people of the institution to which they belong. The number of published studies grows each year and 2016 stands out with more publications. The United States is the country that produces the most in partnership with Brazil and there is a predominance of studies in the areas of Health Sciences. Seventeen subjects have been identified and it is possible to understand the themes and trends of studies on transgeneration. The modes of visibility and inequality in health could be discussed from this context of production and the analysis of subjects. Among the conclusions, there is a need to improve integral health care, the importance of fostering research, the need for gender discussion in schools, and care in naming stigmatized groups.

Keywords: transgender people, health inequality, visibility, communication and health, scientific and technological information on health.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 CIÊNCIA E SOCIEDADE	16
3 DO FEMINISMO AOS ESTUDOS DE GÊNERO	27
4 DESIGUALDADE EM SAÚDE E VISIBILIDADES	38
4.1 O que seria visibilidade além do dicionário ou que conceito é esse?	38
4.2 Como a invisibilidade se manifesta?	43
4.3 Quais são as consequências para a saúde?	45
4.4 Uma nova construção epistemológica	49
4.5 Algumas reflexões sobre invisibilidade	51
5 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	53
5.1 Processo de produção de dados	53
5.2 Panorama: contextos de produção	57
5.3 Análise de Assunto	57
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	60
6.1 Panorama: contextos de produção	61
6.2 Assuntos	68
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICE	86

1 INTRODUÇÃO

Há pouco mais de um ano, uma propaganda espanhola provocou polêmica e ganhou notoriedade em diversos veículos de comunicação em todo o mundo. A propaganda espalhada em ônibus e estações de metrô trazia a seguinte mensagem: “Há meninas com pênis e meninos com vagina”¹. A intenção da organização responsável pela campanha era visibilizar a transgeneridade na infância e combater o preconceito. No entanto, nem todos os setores da sociedade ficaram satisfeitos e muitos cartazes foram vandalizados. Tais reações demonstram como a inversão do que parece ser uma simples constatação da habitual diferença sexual expressa algumas características profundamente estabelecidas no mundo ocidental.

Uma ideia amplamente difundida na Biologia e na área médica é a de que o sexo é um conjunto de características biológicas, tais como anatômicas, fisiológicas e genéticas que marcam as diferenças na espécie humana. O gênero, por sua vez, seria resultado da construção social (BARATA, 2009). No entanto, nas últimas décadas têm surgido perspectivas diferentes sobre a relação sexo-gênero. Entre elas, a da bióloga Fausto-Sterling (QUEIROZ, 2016) que defende a aproximação das ciências sociais e biológicas para melhor compreensão desta relação bem mais intrincada do que sugere a divisão dicotômica.

Nesta perspectiva, Judith Butler (2015), filósofa e uma das atuais estudiosas sobre questões de gênero, afirma que a atribuição do gênero para a cultura e o sexo para a natureza não faz sentido, pois o sexo é uma categoria tomada em seu gênero. Ela indaga-se sobre a natureza do sexo e sua localização nos discursos científicos, que estabelecem “fatos” e seus possíveis interesses políticos e sociais.

A filósofa defende, ainda, a ideia de que a heteronormatividade é um sistema naturalizado que estabelece a heterossexualidade compulsória e determina que os únicos gêneros legítimos sejam homem e mulher: homens são masculinos e têm corpos com pênis; e mulheres são femininas e têm corpos com vagina. A heteronormatividade, portanto, diz respeito à relação consistente e inequívoca entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Neste sentido, entende-se que o sexo sempre foi o gênero e que esta construção contribui para a manutenção da heteronormatividade.

A superação dessa controvérsia sobre sexo e gênero não é objetivo deste trabalho. No entanto, auxilia a reflexão sobre as desigualdades sociais em relação ao gênero. Butler (2015) aponta uma séria consequência da heteronormatividade. Ela afirma que esta esperada relação consistente entre sexo, gênero, prática sexual e desejo origina sujeitos marginalizados na

1 BBC Brasil - <http://www.bbc.com/portuguese/geral-38648520>.

medida em que fogem dessa lógica e são, assim, considerados anormais e proibidos. Assim, tem sido ocasionada uma série de problemas relacionados à ideia de gênero.

O gênero é um marcador social da diferença, como característica ele é hierarquizado e conseqüentemente grupos de pessoas, atividades, hábitos, profissões e instituições são desvalorizados em nossa sociedade. Essa desvalorização contribui para desigualdade social e repercute também na saúde. A desigualdade social em saúde é marcada pela injustiça, quando um indivíduo ou grupo está em desvantagem de condições para manter-se saudável. Esses fatores citados levam a percepção de que a desigualdade em saúde não deve ser reduzida a aspectos biológicos, pois possui uma forte dimensão política. Contudo, os aspectos sociais são, por vezes, ocultados. Ora são ocultados através de um discurso que se atém às características biológicas, ora responsabilizando o indivíduo por negligenciar a própria saúde (BARATA, 2009).

Neste sentido, nos obrigamos a pensar como essas questões têm sido tratadas no âmbito político. Um dos marcos brasileiros de conquista de direitos em direção a uma sociedade mais igualitária foi a Constituição de 1988 e a lei 8080/90. A primeira traz em seu artigo 3º, inciso IV, o objetivo nacional de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. A segunda institui o Sistema Único de Saúde (SUS) e o acesso universal e igualitário a todos os cidadãos. Apesar da Constituição não conter termos como “identidade de gênero” ou “orientação sexual”, ela estabelece direitos fundamentais a toda população, assim como o SUS. No entanto, pessoas transgêneras² enfrentam inúmeras dificuldades em exercer sua cidadania. Diante deste cenário, temos percebido, principalmente na última década, esforços dos movimentos sociais, profissionais de saúde, pesquisadores e alguns políticos para que esses direitos sejam garantidos.

No ano de 2007, foi realizada a 13ª Conferência Nacional de Saúde (CNS). Na ocasião a identidade de gênero foi incluída na análise da determinação social da saúde. Entre as recomendações resultantes das discussões ocorridas na conferência, encontram-se, por exemplo, o incentivo à pesquisa, a sensibilização de trabalhadores do SUS e normas e protocolos de atendimento específicos para travestis. Fóruns como esses têm como objetivo analisar e discutir o Sistema Único de Saúde (SUS) e propor diretrizes para formulação das políticas de saúde (BRASIL, 2008). Essa conferência foi decisiva para a formulação de uma

2 Termo utilizado como propõe a escritora e mestre em Sociologia Leticia Lanz (2015) em seu livro “O corpo da roupa”. Adjetivo que concorda com o substantivo que o precede. Assim como, pessoas cisgêneras.

política voltada para a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

No ano seguinte, foi realizada I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Um dos objetivos desta conferência foi debater os princípios de uma política LGBT, aberta posteriormente para consulta pública com o intuito de ampliar o debate e a participação social (BRASIL, 2011). Desta forma, as conferências e, principalmente, o comitê de saúde integral LGBT (ALMEIDA, 2005) - formado por representantes da sociedade civil e movimentos sociais - influenciaram na elaboração da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT).

Passados três anos dessa última conferência, foi lançada a PNSI LGBT (BRASIL, 2011). Ela pode ser considerada o reconhecimento das necessidades específicas do público ao qual se destina. Essas necessidades estão relacionadas a diferentes fatores como formação de profissionais de saúde, combate à discriminação, promoção da saúde mental e incentivo à pesquisa. Seu objetivo geral é “promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional e contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo”. A relevância deste objetivo evidencia a preocupação com o problema relativo às instituições, neste caso as de saúde.

A PNSI LGBT incentiva o desenvolvimento de pesquisas voltadas para esta população e um dos seus objetivos específicos argumenta em favor da pertinência de nossa pesquisa: “qualificar a informação em saúde no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados específicos sobre a saúde da população LGBT, incluindo os recortes étnico-racial e territorial”. Além disso, a PNSI LGBT (2011) coloca como atribuição dos municípios a educação no SUS com intuito de melhorar a visibilidade e o respeito às pessoas LGBT. O respeito ao nome social - nome como a pessoa prefere ser chamada e que reflete sua identidade de gênero, divergindo do nome no registro civil - das pessoas transgêneras é uma questão inicial, relevante e incessantemente reivindicada. Assim, todas as conquistas no âmbito político demonstram a necessidade de eliminar as desigualdades relacionadas à identidade de gênero e sexualidade em nossa sociedade. Entre tantas questões, emerge como fator de adoecimento a visibilidade das pessoas transgêneras.

O termo pessoas transgêneras abarca uma série de experiências identitárias. Ele pode não corresponder às especificidades de cada grupo, entendidos aqui como: transexuais, transgêneros e travestis. Entretanto, partindo do pressuposto que as “experiências de trânsito”,

assim denominadas por Berenice Bento (2012), são de certa forma invisibilizadas no ocidente, optamos por utilizá-lo. Propomos, assim, a visibilidade de pessoas transgêneras como um problema a ser investigado.

Algumas questões foram elaboradas acerca desse problema. Quem são os indivíduos invisíveis e quais as consequências da invisibilidade para estas pessoas? A autora Berenice Bento (2012) aborda a invisibilidade especificamente na temática transgênera. Para ela, a invisibilidade faz parte do mecanismo que vigia as normas de gênero. Os invisíveis seriam os indesejados ou aqueles com menor valor, mas que podem “servir” a certos propósitos. A autora afirma que os sujeitos invisíveis só ganham lugar no discurso para imediatamente serem “mortos” (BENTO, 2012, p. 40). São evocados apenas para aterrorizar, ato chamado por ela de heteroterrorismo, e enviar uma mensagem de que a pessoa só será aceita pela sociedade se seguir as regras, mensagem comumente dirigida às crianças. Essa morte seria, em um primeiro momento, simbólica através da discriminação e das nomeações negativas.

Sobre nomeações, Araujo, Moreira e Aguiar (2013) assinalam que esta pode significar visibilidade, pois ser nomeado é ser conhecido. Advertem, porém, que nem sempre as nomeações são positivas e as mesmas podem implicar em outra faceta da invisibilidade. O indivíduo passaria a ser reconhecido como parte de um grupo estereotipado e marginalizado ao invés de ser reconhecido em sua singularidade.

Explicam, ainda, que há duas possibilidades de nomeação: a do sujeito e a nomeação por terceiros. Em relação à nomeação por terceiros, vale lembrar as nomeações médicas e das nomeações com intuito de agredir: bicha, veado, sapatão, traveco; e as que vêm caindo em desuso como homossexualismo e transexualismo. Essas nomeações por terceiros ora evocam a “anormalidade” pela patologização e em outros momentos as agressões verbais dirigidas às pessoas que não correspondem ao esperado, às normas de gênero.

Como decorrências desta invisibilidade, Araújo, Moreira e Aguiar (2013) apontam a impossibilidade do indivíduo de “agir e manifestar-se publicamente”. Além disso, há outra consequência mais imediata para a vida dessas pessoas. Os autores afirmam que “para estes, restam a vulnerabilidade, a perda de sua autonomia e de sua humanidade” (ARAÚJO; MOREIRA; AGUIAR, 2013:6). Ou seja, a “morte” que foi referida anteriormente como simbólica atua em conjunto com a perda de direitos básicos. Consequentemente, a estes grupos invisibilizados, resta viver situações que os matam precocemente.

A partir do século XIX, houve uma intensificação do discurso baseado na diferenciação sexual através, principalmente, dos discursos científicos (BENTO, 2012). Segundo Berenice Bento (2012), estes discursos foram suscitados politicamente para justificar

a mudança nos papéis sociais que deveriam ser exercidos por ou impostos a homens e mulheres. Desta forma, a partir do século XX, o trânsito entre os gêneros nas sociedades ocidentais passou a ser considerado uma doença e a ser explicado pelos saberes da psiquiatria, da psicologia e da psicanálise.

Bento (2012) argumenta que o discurso científico, que cria oposições binárias de gênero, tem naturalizado e localizado a “verdade” sobre o gênero nas estruturas corporais, criando sujeitos normais e anormais baseados nessa estrutura. Segundo a autora, o comportamento e o gênero têm sido vinculados ao sexo e à genitália. Ao pensar o trânsito entre os gêneros, propõe-se não universalizar pressupostos ou descartar as condições históricas e culturais que envolvem os sujeitos de determinada sociedade (BENTO, 2012). Ela propõe pensar a experiência de trânsito como uma experiência identitária que contraria expectativas criadas a partir das normas de gênero vigentes.

Com esse discurso científico baseado em oposições binárias, a experiência transexual passa a ser objeto do campo da saúde através da criação de procedimentos de suas ciências para determinar quem é transexual (BENTO, 2012). As identidades trans são formalmente patologizadas na contemporaneidade e, para pessoas trans, toda a transgressão em relação à marcação de gênero imposta no nascimento acarreta em rejeições de diferentes setores da sociedade, o que as leva a situações de vulnerabilidade e violência.

Encontram-se entre as situações mais comuns e que geram demandas diretas ou indiretas da saúde, procedimentos de modificações corporais através do SUS, as modificações realizadas por leigos, a automedicação, as doenças sexualmente transmissíveis (DST), diversos tipos de violência, prostituição e dificuldade de acesso a serviços de saúde, frequentemente devido à discriminação. Em relação às modificações corporais através do SUS, as pessoas transgêneras que desejam realizar tais procedimentos precisam procurar serviços de saúde que lidam especificamente com estas questões. Os procedimentos envolvem acompanhamento multiprofissional, hormonoterapia e cirurgias. A nomenclatura dos termos científicos é vasta, recentemente utiliza-se cirurgia de afirmação de sexo. É necessário receber um laudo psicológico/psiquiátrico e um diagnóstico de transexualidade, fazer acompanhamento psicoterápico por dois anos e esperar na fila para realizar a modificação desejada (BRASIL, 2015). É necessário ressaltar que a psicoterapia não é uma opção e sim compulsória. Entre os documentos que orientam o diagnóstico e tratamento da transexualidade em todo o mundo, através de indicadores comuns, estão o Código Internacional de Doenças (CID), o Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Distúrbios Mentais (DSM) e o State of Care (SOC) (BENTO, 2012). Lidar com a transgeneridade

envolvendo o termo diagnóstico e tratamento é, em si, uma questão pertinente para esta temática, pois resgata uma série de sentidos que a representam em nossa sociedade. Em entrevista à revista *Radis* (DOMINGUEZ, 2016), os pesquisadores Henrique Nardi e Paula Sandrine Machado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apontam o paradoxo da patologização como garantia de intervenções médicas. Ou seja, para que a pessoa transgênera receba a assistência que necessita, é necessário que receba um diagnóstico legitimando sua identidade como um transtorno. Este é o tipo de reconhecimento social aceito pelo Estado para que este se responsabilize pelos custos das modificações corporais. Segundo Almeida e Murta (2013, p. 9), a necessidade e o desejo por tais modificações, através de técnicas da medicina, não são uma realidade para toda a população transgênera, mas que para aquelas pessoas que a desejam, “tal necessidade se expressa em experiências sociais marcadas por intenso sofrimento, interdição aos direitos humanos mais elementares e exclusão”.

Outra situação que expressa a condição de vulnerabilidade é a realização de modificações por pessoas leigas, conhecidas como “bombadeiras”. As “bombadeiras” são, em geral, travestis mais velhas que injetam silicone industrial no corpo de travestis que desejam fazer alterações corporais de forma rápida, por menor custo e sem serem julgadas e discriminadas pelo procedimento (SOUZA et al. 2015). Outra questão é a automedicação: a utilização de hormônios por conta própria. Apesar de muitas vezes conhecerem os riscos destes procedimentos, a violência e a própria construção do corpo em busca de feminilidade levam-nas a se arriscarem. Desta forma, o atendimento integral dessa população pelo SUS se torna imprescindível, a fim de minimizar os vários riscos à saúde que estes procedimentos podem causar e impedir a perpetração da violência social nos serviços de saúde.

Mais uma questão muito presente diz respeito às DST. Transexuais e travestis são os grupos mais vulneráveis a contraírem DST e principalmente HIV/AIDS (KRAICZYK, 2014). No entanto, ponderamos que esta afirmação deve ser pensada junto a recortes de classe, gênero, origem geográfica entre outros marcadores sociais de vulnerabilidade. Pessoas transgêneras fazem parte de um grupo social estigmatizado e muitas vezes sofrem preconceito em vários contextos, como na casa, na escola, na rua e nas instituições, muitas pessoas transgêneras, majoritariamente as travestis, encontram-se em situações de extrema vulnerabilidade social. A evasão escolar e a rejeição familiar são comuns. As oportunidades de emprego formal diminuem e muitas vezes elas têm a prostituição como única possibilidade de sustento. Assim, impossibilitam-se projetos de vida, acesso à informação, ao cuidado e a

visibilidade, facilitando a exposição a múltiplas situações que podem colocar sua saúde em risco, adoecer e morrer.

Pessoas transgêneras são alvo de diversos tipos de violência: a violência física, a verbal, a simbólica, entre outras. A violência física é comum e o Brasil tem se apresentado inseguro para esta população. De acordo com o 2º Relatório Sobre Violência Homofóbica 2012 (BRASIL, 2012), trata-se de um dos grupos de pessoas que mais sofrem violência no país. Essa violência parte de vários lugares como a própria família, as instituições e os estranhos na rua, chegando a impossibilitar a livre circulação destas pessoas nos espaços públicos. Esta mesma violência também pode ser observada na tentativa de acesso de pessoas transgêneras aos serviços de saúde. Frequentemente, por medo de sofrerem violência, não buscam ajuda para seus problemas. Quando procuram ajuda, existe a possibilidade real de violência dentro do serviço de saúde e a negligência de suas demandas (SOUZA et al. 2015).

Além disto, o direito à informação e à comunicação como inerentes ao direito à saúde começaram a ser fomentados já na VIII Conferência Nacional de Saúde de 1986. Os discursos proferidos na conferência, alimentados pelas ideias da Saúde Coletiva, extrapolaram a noção tradicional de saúde. Desde então, a “possibilidade de acesso adequado e suficiente às informações produzidas pelo Sistema de Saúde, mas também a de se expressar, ser ouvido e ser levado em consideração” (ARAUJO; CARDOSO, 2007, p. 28) passou a integrar uma das principais lutas de alguns setores da Comunicação e Saúde.

Diante do cenário delineado, definimos como objetivos da pesquisa:

OBJETIVO GERAL:

- Caracterizar os modos de construção da visibilidade de pessoas transgêneras na produção científica brasileira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender a importância da ciência como estrutura social, o feminismo e os estudos de gênero como elementos teórico-conceituais da temática das pessoas transgêneras.
- Delinear um panorama da produção científica brasileira a respeito da transgeneridade.
- Estabelecer o modo de vinculação entre a visibilidade das pessoas transgêneras e a desigualdade em saúde.

Esta dissertação é composta de cinco capítulos, além desta introdução. O embasamento teórico será apresentado em dois capítulos, sendo o capítulo 2 sobre ciência e sociedade, o 3 sobre desigualdade em saúde e visibilidades e no capítulo 6 serão apresentadas as considerações finais. Ela foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), oferecido pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Trata-se de um programa interdisciplinar que reúne teorias e métodos das duas áreas que constam em seu nome.

2 CIÊNCIA E SOCIEDADE

Partimos do pressuposto que a ciência influencia na sociedade. Segundo Christovão (1979, p. 6), “a ciência é uma estrutura social, aquilo que expressa irá, em sua finalização última, afetar toda a sociedade”. Esta afirmação põe em evidência o caráter social da ciência. Lembra que ela está permeada por valores, crenças, interesses e, sobretudo, não é neutra. A ciência é feita por pessoas e elas são afetadas pelos desdobramentos do fazer científico. Sendo assim, apesar de ser um trabalho dispendioso, estudar o campo científico da saúde no que diz respeito à visibilidade de pessoas transgêneras parece viável e pode afetar a sociedade, mesmo que indiretamente, por meio da reflexão que o conhecimento gerado sobre essa problemática pode suscitar.

Há quase cinquenta anos, o sociólogo americano Robert King Merton, proeminente teórico da Sociologia da Ciência, discorreu sobre a estrutura cultural da ciência, ou seja, seu caráter social enquanto instituição com seus objetivos e seus princípios. Para Merton (1968), a palavra ciência denomina múltiplos aspectos interligados. Entre eles, os aspectos comumente utilizados são a ciência definida como métodos utilizados para comprovar conhecimentos, o conjunto de conhecimentos comprovados e valores que permeiam as atividades científicas. Desta forma, define que o ethos da ciência é regido pelas noções de “universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado” (MERTON, 1968, p. 654).

O universalismo assenta-se no caráter impessoal da ciência. Isto quer dizer que, independente da origem social e atributos pessoais de quem reivindica a autoria de uma contribuição científica, esta deve ser analisada de acordo com o conhecimento vigente e através de parâmetros preestabelecidos. O comunismo é a ideia de que as descobertas de grande importância devem ser revertidas para comunidade, pois as mesmas contaram com a colaboração social. O cientista é reconhecido por sua contribuição, mas seus lucros são limitados. O desinteresse é uma imposição institucional de atividade desinteressada que molda o comportamento dos cientistas, ou seja, o cientista deve estar despojado de ambição individual e egoísta. O ceticismo organizado está relacionado com todos os anteriores e trata do exame imparcial seguindo critérios empíricos e lógicos.

Merton (1968), ao explanar a respeito do ethos da ciência, menciona conflitos de interesse envolvidos, tanto em nível coletivo como individual. Menciona fatores que influenciam e até prejudicam a consciência científica tais como o etnocentrismo, as fraudes, os interesses econômicos, as diferentes visões sobre propriedade intelectual, as formas de governo e os conflitos com outras instituições (MERTON, 1968). Ao retomar as bases

culturais da ciência, ele aponta a importância da autocrítica e do exame de seus fundamentos e seus objetivos.

Neste sentido, a relação entre a ciência e a sociedade trata de um processo dinâmico e que demanda constante elaboração. Portanto, o entendimento sobre como a ciência é definida, seu ethos e seus conflitos de interesse são objetos de análise.

Desde meados do século XX, a concepção de ciência e a sua relação com a sociedade tem mudado frequentemente. A compreensão dos períodos em que a ciência assumiu posições distintas ante a sociedade e dos motivos que levaram a cada transição parece relevante para a discussão da produção científica sobre pessoas transgêneras, porque a produção científica sofre influência e está submetida à lógica de modelos de ciência.

Lea Velho (2011) analisou o período do pós-guerra até o início do século XXI e elegeu as principais características da ciência, as quais ela chamou de paradigmas. Segundo a autora, nesse período podem ser identificados diferentes conceitos dominantes sobre a ciência, assim como os responsáveis pela produção do conhecimento científico, a relação entre ciência, tecnologia e sociedade e a sua lógica de funcionamento. Com a apresentação dos conceitos e de suas categorias, é demonstrada a influência da ciência na sociedade utilizando o caso das políticas de ciência, tecnologia e inovação.

Durante o período pós-guerra até o início da década de 1960, houve um movimento de distanciamento entre a ciência e o Estado devido à reputação adquirida com o envolvimento com governos totalitaristas e a produção de armas nucleares. Neste sentido, a ciência foi marcada pela ideia de neutralidade e autonomia (VELHO, 2011). Os cientistas eram considerados os únicos produtores capacitados de conhecimento isento de valores e crenças. O conhecimento científico produzido por eles seria a base para o progresso da sociedade. Através de um processo linear, as pesquisas básicas seriam o início e, conseqüentemente, as tecnologias seriam os resultados finais. Desta forma, houve um fortalecimento no financiamento dos cientistas. Seus projetos e seus produtos eram exclusivamente selecionados e avaliados pelos pares. Segundo Velho (2011, p. 139), pares competentes garantiriam “excelência” e “imparcialidade”.

No final da década de 1960 e durante a de 1970, intelectuais, ativistas e escritores começaram a criticar a autonomia da ciência e sua suposta isenção de valores (VELHO, 2011). Grande parte das críticas era motivada pelos impactos negativos das tecnologias nas pessoas e no ambiente e nas desigualdades sociais e econômicas. Elas fomentaram debates sobre a neutralidade da ciência que modificaram, ainda que paulatinamente, sua concepção: agora ela deveria ser controlada não apenas pelos cientistas. Apesar de eles continuarem

sendo os principais produtores de conhecimento, passou a existir a necessidade de atenderem a demandas externas, direcionando suas pesquisas para prioridades definidas também por servidores públicos e políticos (VELHO, 2011). Além da avaliação por pares, ainda com papel importante no direcionamento de financiamento, foram criados indicadores e unidades de avaliação tecnológica que envolvia especialistas e usuários. Neste período, a ciência começou a ser tornar objeto de estudos sociais (VELHO, 2011).

Nas décadas de 1980 e 1990, a ideologia liberal e a alta concentração de cientistas trabalhando em corporações privadas acirraram os debates sobre a responsabilidade social da ciência e a necessidade de uma sociologia do conhecimento científico. Neste período, ressaltamos “a natureza contingente e socialmente localizada dos fatos científicos adotam uma perspectiva relativista e concebem a ciência como construção social” (VELHO, 2011, p. 142). De acordo com Velho, apesar de cientistas de áreas naturais oporem-se a essa ideia, “vale enfatizar que a noção de ciência como socialmente construída está cada vez mais aceita, se não pelos próprios cientistas, pelos analistas de CTI (Ciência, Tecnologia e Inovação) e pelos tomadores de decisão” (VELHO, 2011, p. 143). Com isso, os engenheiros passam a ser reconhecidos como produtores de conhecimento científico e a influência de diferentes atores e interesses passa a ser considerada. Além de servidores públicos e políticos na orientação de financiamento e na avaliação científica, são incluídos profissionais das áreas de economia, de marketing, de indústrias e comitês compostos por diversos atores sociais. Emerge, assim, a ideia de que produção de conhecimento e estrutura social são indissociáveis.

Por último, Velho (2011) especula sobre a atual conceituação de ciência no século XXI. Segundo ela, a ciência passa a abarcar diversas formas de conhecimento que assumem posições de maior ou menor poder sempre contextuais: “a ciência é culturalmente situada e construída, incorpora conhecimentos locais, abrindo espaço para estilos nacionais de produção, ao lado dos universais” (VELHO, 2011, p. 145). Finalmente, vários atores podem ser reconhecidos como produtores de conhecimento científico sem que os pesquisadores sejam desconsiderados. Essa ideia destaca a interdisciplinaridade do conhecimento. Neste sentido, parece favorecer o alcance de um bem-estar social, conforme sugere Velho (2011). Para tanto, além da ampla revisão por pares, a participação social é preconizada como demandante, indutora e avaliadora.

A ciência e a estrutura social são consideradas indissociáveis. Nas palavras de Christóvão (1979), a “ciência, como estrutura social que é, também obedece a padrões como ocorre em outras instituições sociais”. A própria ciência tornou-se objeto de estudo devido ao seu poder e as motivações de seus atores em influenciar a produção de conhecimento e de

tecnologias voltadas, preferencialmente, para atender a sociedade. Os quatro períodos analisados por Velho (2011) apresentam as concepções sobre ciência, sua relação com a sociedade e as forças que levaram a transições menos ou mais radicais entre cada período.

Neste sentido, pensar a ciência do ponto de vista histórico para contextualizar e embasar eventuais análises do campo científico da saúde sobre pessoas transgêneras é pertinente.

No que se refere ao conceito de campo, Nunes (2005, p. 15) afirma que “campo é o locus onde se trava uma luta concorrencial entre os agentes em torno de interesses específicos”. Neste sentido, o campo científico pode ser compreendido como um espaço de disputas político-ideológicas que refletem nas práticas de saúde. Estas disputas orientam, por exemplo, prioridades de pesquisa, de ensino e de prestação de serviço de saúde. Portanto, é possível que os interesses em disputa estejam contribuindo para reprodução de normas que contribuem para a situação de vulnerabilidade de pessoas transgêneras. Um exemplo dessa reprodução das normas de gênero é a preocupação de alguns profissionais de saúde com o diagnóstico do “transexual verdadeiro”: aquele que se enquadra no estereótipo do gênero ao qual se identifica (BENTO, 2012).

No que tange à questão da transgeneridade no Brasil, as áreas médicas e as “áreas psi” (psiquiatria, psicologia e psicanálise) compõem parte do conhecimento científico que é considerado válido na área da saúde (BENTO, 2008). Esse conhecimento implica em protocolos, procedimentos e prestação de serviços direcionados às populações que reivindicam uma identidade de gênero contrária àquela imposta pela sociedade. Enfim, para que recebam atendimento calcado na equidade, adequado às suas especificidades, precisam receber um diagnóstico. Esse cenário pode ter impactos em diferentes âmbitos da vida dessas pessoas.

Sendo assim, a validade é uma ideia cuja discussão é imprescindível ao estudar a ciência. Diz respeito à questão de como o conhecimento científico é validado, ou seja, quais os meios de garantir a confiabilidade das descobertas. Essa é uma questão que perpassa toda a história da ciência, independente das concepções que assumiu em diferentes períodos históricos (VELHO, 2011).

Segundo Suzana Mueller (2007), formada em Biblioteconomia e Documentação, docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, as chances de um conhecimento ser válido aumentam quando cientistas reconhecidos pela sociedade empregam métodos e regras formalmente instituídos e rigorosamente controlados. A confiabilidade também é alcançada através da ampla divulgação do conhecimento resultante

de pesquisas científicas (MUELLER, 2007). Velho (1997, p. 16) afirma que a divulgação é “uma das normas mais fundamentais da ciência”. No entanto, um elemento central na divulgação que referenda os resultados é o julgamento dos pares: cientistas especialistas no assunto que avaliam a qualidade do trabalho. Esta avaliação faz com que o conhecimento científico seja considerado confiável (MUELLER, 2007).

A importância da revisão por pares para garantia da produção e divulgação de conhecimento científico válido e confiável é imprescindível. Segundo Velho (1997, p. 16), “todo o sistema social da ciência só pode funcionar se o conhecimento científico for colocado à disposição dos pares para julgamento”. Entretanto, a revisão por pares também não está isenta de valores e interesses. Alguns de seus problemas foram amplamente discutidos. Entre eles, a saturação dos revisores, as atitudes antiéticas, as avaliações de baixa qualidade, a ausência de retribuição aos revisores. Por estas razões, é relevante refletir sobre sua origem e aplicação.

Para Velho (1997), a revisão por pares data do século XVII com a primeira publicação científica. Inicialmente, seu objetivo foi obter garantias de qualidade das pesquisas e estabelecer uma forma de governabilidade para a ciência. Contudo, é no século XX que ela se consolida como uma das principais formas de orientar o direcionamento de recursos, premiar cientistas e conferir prestígio no âmbito das comunidades científicas (VELHO, 1997). Assim, como consequência, a autora afirma que a literatura publicada através desse processo compõe largamente o que pode ser chamado de ciência.

Por consequência, os revisores, desde o início deste tipo de atividade, ocupam uma instância de poder. Ao aprovar uma pesquisa, julgar positivamente seus resultados e viabilizar sua consolidação na literatura, os cientistas eleitos para tal fim têm o poder de dizer o que é ou não ciência. A revisão por pares pode ser encarada como um campo de disputas, muitas vezes ideológicas. Contudo, a revisão é realizada “às cegas” e por mais de um avaliador, o que dificulta, nas palavras de Merton (1968, p. 661): “[...] em condições competitivas, podem surgir incentivos para eclipsar os rivais por meios ilícitos [...]”.

Por outro lado, conforme Velho (1997), de acordo com a Sociologia da Ciência, ser pesquisador ou ser cientista pressupõe a publicação de estudo que tenha sido revisado por pares. Aqueles que não publicaram nesses moldes não são merecedores de tais títulos. Aqueles que publicaram podem ter seu conhecimento gerado, registrado na literatura e quantificado em números. Estes números, por sua vez, também podem ser utilizados para orientar a alocação de recursos financeiros, premiar e conferir prestígio aos cientistas. Deles

nascem as bases epistemológicas dos indicadores bibliométricos de desempenho científico (VELHO, 1997). Estes serão abordados mais adiante.

Outro ponto pertinente para essa discussão são os veículos escolhidos pelos cientistas para publicação dos resultados de suas pesquisas. As escolhas estão intimamente relacionadas ao público ao qual os pesquisadores esperam alcançar. Velho (1997) aponta três fatores que dialogam com a preferência por um ou outro veículo: a natureza da pesquisa, a área do conhecimento e o grau de consolidação do conhecimento da área.

A natureza da pesquisa diz respeito aos tipos básica e aplicada. Na pesquisa básica, os resultados seriam destinados aos próprios cientistas com o objetivo de avançar o conhecimento científico. Enquanto na aplicada, os resultados seriam destinados a outros públicos que os utilizam com outros objetivos. Outra diferença está ligada ao âmbito geográfico. A pesquisa básica seria voltada para interesses internacionais e a aplicada para interesses regionais. Como consequência, a primeira costuma ser publicada em periódicos internacionais em língua estrangeira e a segunda em periódicos nacionais e no idioma local (VELHO, 1997).

Neste ponto, é interessante fazer uma reflexão para a presente pesquisa. Primeiro, a quem ela se destina? Almejamos tanto divulgar o conhecimento para o avanço do campo como contribuir para a melhoria das condições de saúde da população transgênera. Segundo, os interesses são internacionais ou nacionais? A proposta consistiu em analisar a produção científica relacionada de alguma forma ao Brasil. Neste caso, foram analisadas pesquisas básicas ou aplicadas e publicadas em periódicos nacionais e internacionais.

A área do conhecimento e sua influência na escolha dos veículos para publicação científica pode ser observada com a distinção entre ciências exatas e naturais e ciências humanas e sociais. As primeiras precisam de uma comunicação mais rápida para estreitar a troca de informações, confirmar suas descobertas e promover o avanço dos campos científicos, além do tipo de escrita também favorecer uma rápida comunicação devido às cifras utilizadas (VELHO, 1997). Desta forma, as publicações das ciências exatas e naturais frequentemente são realizadas em revistas científicas. Os objetos de estudo das ciências humanas e sociais implicam no emprego de vários sistemas simbólicos que precisam ser explorados com textos longos (VELHO, 1997). Portanto, segundo a autora, os veículos para publicação científica dessas áreas costumam ser os livros. Em tese recente de Lins (2016), a autora aponta uma possível mudança deste cenário, embora, esta afirmação seja considerada verdadeira pelos cientistas da área. A questão do idioma e do local de publicação também emerge nas áreas do conhecimento. Ela também pode ser explicada pelas preocupações das

áreas. De acordo com Velho (1997, p. 23), as ciências sociais preocupam-se com a “explicação de fenômenos geralmente decorrentes da realidade nacional, mesmo quando fazendo pesquisa de natureza básica, os cientistas sociais enfocam temas de interesse nacional”.

O grau de consolidação do conhecimento da área diz respeito à robustez teórica e metodológica de cada área. As áreas exatas e naturais têm esquemas mais consolidados se comparadas às áreas humanas e sociais (VELHO, 1997). Com isto, para os cientistas sociais, é necessário explorar e justificar extensamente questões do objeto de estudo, dos pressupostos teóricos e dos procedimentos metodológicos. O livro, assim, torna-se a forma adequada para publicação. Entretanto, Velho (1997) afirma que esse fator também tem relação com a organização social de cada comunidade científica. Há, por exemplo, aquelas comunidades de áreas humanas e sociais que possuem “razoável grau de consenso paradigmático interno” (VELHO, 1997, p. 28). Estas conseguem e exigem publicação rápida de seus resultados e, sobretudo, o compartilhamento com os pares e o avanço da área.

Com esta última afirmação, notamos que o ritmo dinâmico de publicação não é exclusividade das áreas exatas e naturais, apesar da predominância. Essa realidade deve ser observada no âmbito da pesquisa na seleção da produção científica brasileira sobre pessoas transgêneras no campo da Saúde. Sobre livros, dissertações ou teses, os estudos publicados resultam de muitos esforços de pesquisa, principalmente aquelas das áreas de humanas e sociais.

Heloísa Christovão (1979), pesquisadora que se dedicava aos estudos sociais da ciência e da comunicação científica, apontou que se há algum consenso em relação à conceituação e abrangência da ciência que supere as diferenças históricas, sociais e individuais, este concerne ao caráter da comunicabilidade. De maneira geral, a comunicação da ciência ocorre de duas maneiras: para a sociedade ou para os cientistas. Neste trabalho, foi abordada a segunda maneira, ou seja, a ciência comunicada para si mesma. Desta forma, serão tratados alguns aspectos do que se convencionou chamar de comunicação científica: o processo pelo qual se obtém “a ciência filtrada dentro de sua própria estrutura, valendo-se dos seus próprios e característicos meios de comunicação” (CHRISTOVÃO, 1979, p. 7).

Segundo Christovão (1979), a comunicação científica é parte integrante da ciência e por vezes é tomada como a própria ciência. Assim, ela também está sujeita às suas normas e valores, inclusive aqueles citados na análise referente ao trabalho de Merton (1968). Na comunicação científica há dois grandes sistemas: o de comunicação formal e o de comunicação informal. Nesses sistemas, o cientista também está sujeito às diferentes pressões

sociais. Basicamente, o sistema de comunicação informal seria constituído pelas conversas, trocas de mensagens, encontros, visitas, apresentações orais, debates e contribuições informais. Mueller (2007) caracteriza a informação que circula nesse sistema como recente, de pesquisas em andamento, direcionada a públicos restritos e de acesso limitado. O sistema de comunicação formal seria constituído pelos periódicos, livros, revisões. A informação que circula nesse sistema pode não ser tão recente, mas é mais madura e de amplo acesso (MUELLER, 2007).

Christovão (1979) destaca que esta divisão entre formal e informal não é tão rígida. Aponta, ainda, que nos últimos anos a comunicação informal tem-se formalizado e que os livros podem ser considerados comunicação super formal devido ao seu caráter de aceitação pela comunidade científica. Além dos sistemas, o conhecimento e o uso das fontes de informação científica é outro objeto de reflexão da comunicação científica.

As fontes de informação científica foram uma questão pertinente para essa pesquisa. Para Mueller (2007), as fontes expressam características inerentes da ciência e das tecnologias. Por exemplo, a explosão bibliográfica, impulsionada por um número cada vez maior de fontes, de produção e de tecnologias como a Internet, tornou impossível um centro de informação deter todo o acervo existente sobre um assunto. Contudo, o acesso amplo a um acervo bem planejado e o estabelecimento de cooperações entre centros são soluções eficientes para lidar com essa explosão (MUELLER, 2007). Além do número crescente de fontes, outro fator relacionado à explosão bibliográfica é a velocidade de crescimento. Por esta razão, a autora aponta ser importante conhecer os tipos de documentos que representam diferentes estágios do conhecimento, além das tendências e dos grupos de pesquisa relacionados ao tema de interesse.

De acordo com Mueller (2007), os tipos de documentos são classificados segundo suas posições e funções nos modelos de fluxo de informação científica e circulam através de canais informais ou formais. Ela apresenta o modelo elaborado pelos norte-americanos Garvey e Griffith na década de 1970 que ainda hoje é considerado, apesar de sua especificidade ao campo da psicologia:

O modelo resultante dos estudos desses dois autores foi logo adaptado para todas as áreas do conhecimento. Nele o processo de comunicação aparece representado por um contínuo, onde se situam, em sucessão e por ramificações, as diversas atividades cumpridas por um pesquisador e os documentos que tais atividades geram. Por exemplo, o início da pesquisa é logo seguido por relatórios preliminares e comunicações de pesquisas em andamento; um pouco antes e logo após o término da pesquisa há uma sucessão de seminários, colóquios, conferências e relatórios, que geram trabalhos escritos completos ou resumos (publicados geralmente em anais) e

que já serão indexados em fontes adequadas; ao submeter o seu original para publicação em periódico científico, aparecem as versões preliminares (preprints), distribuídas à comunidade de pares; após a publicação do artigo em periódico haverá normalmente uma série de notícias sobre ele, em veículos de alerta, índices e resumos e talvez, também, em obras que realizam ensaios bibliográficos sobre as tendências de pesquisa e desenvolvimento da área, tipo annual reviews. Se a pesquisa teve o impacto desejado pelo seu autor, citações ao trabalho começam a aparecer assim que o artigo se torna disponível. (MUELLER, 2007, p. 22-24)

Conforme o fluxo do modelo, os documentos poderiam ser classificados em primários, secundários e terciários.

Os documentos primários são de autoria do cientista que conduziu a pesquisa, conteriam informações inéditas e estariam na maioria das vezes no início do fluxo. Englobam “relatórios técnicos, trabalhos apresentados em congressos, teses e dissertações, patentes, normas técnicas e o artigo científico” (MUELLER, 2007, p. 25). Dentre os tipos de documentos primários, o artigo científico é considerado o mais importante. Contudo, nos trabalhos apresentados em congressos encontra-se conhecimento mais recente, inclusive inovador, enquanto nas teses de doutorado e nas dissertações de mestrado, encontra-se conhecimento fruto de anos de estudo que podem não ter sido publicado em formato de artigo. De qualquer forma, segundo Mueller (2007), devemos considerar que é difícil identificar e encontrar as fontes de alguns desses documentos.

O objetivo das fontes secundárias é simplificar o uso do conhecimento encontrado em fontes primárias através da sua filtragem e organização e seriam: “enciclopédias, dicionários, manuais, tabelas, revisões da literatura, tratados, certas monografias e livros-texto, anuários e outras” (MUELLER, 2007, p. 25). Conforme a autora, as terciárias têm o intuito de orientar a obtenção de fontes primárias e secundárias: “as bibliografias, os serviços de indexação e resumos, os catálogos coletivos, os guias de literatura, os diretórios e outras” (MUELLER, 2007, p. 25). Ela afirma que as fontes secundárias e terciárias geralmente dão continuidade ao fluxo da informação científica.

Destacamos as afirmações de Mueller (2007) sobre este modelo não representar exatamente a comunicação científica atual e sobre os conceitos de canais formais e informais serem difíceis de distinguir claramente, assim como documentos primários e secundários. Ela atribui o avanço das tecnologias da informação ao progresso de diferentes pontos do modelo.

Pensar sobre as fontes de informação científica e os tipos de documentos ajudou a melhor compreender as forças que orientaram as escolhas do corpus dessa pesquisa. Outros elementos foram considerados. É relevante apresentar, sobretudo, a avaliação da

produtividade científica: uma atividade política e econômica ancorada principalmente em indicadores.

A avaliação, dentro de um determinado ramo do conhecimento, permite dignificar o saber quando métodos confiáveis e sistemáticos são utilizados para mostrar à sociedade como tal saber vem-se desenvolvendo e de que forma tem contribuído para resolver os problemas que se apresentam dentro de sua área de abrangência. (VANTI, 2002, p. 152)

De acordo com Vanti (2002), há autores que defendem a avaliação da produtividade científica para verificar o potencial de pesquisadores, grupos e instituições e, assim, alocar recursos públicos e formular e acompanhar políticas nacionais de ensino e pesquisa. Para tanto, são empregadas técnicas que consistem em medir o fluxo de informação e conhecimento científicos. Elas podem ser subdivididas em bibliometria, cienciometria, informetria e webometria.

A presente pesquisa não teve a intenção de ser um estudo métrico sobre a produção científica sobre pessoas transgêneras no campo científico nos moldes de uma ou outra técnica. Independente do uso ou não destas técnicas no esforço de pesquisa empreendido, os indicadores resultantes da aplicação dessas técnicas precisam ser problematizados.

Lea Velho (1985), há mais de 30 anos já criticava o uso indiscriminado de indicadores como forma de avaliar a produtividade e o progresso científico:

A avaliação do desempenho científico dos países chamados periféricos é geralmente prejudicada pela falta de medidas próprias. Os indicadores até hoje utilizados têm sido desenvolvidos em nações industrializadas e aplicados indistintamente a países de diferentes graus de desenvolvimento, o que resulta em análises parciais e inadequadas, que acabam subestimando o próprio esforço científico das nações periféricas. (VELHO, 1985, p. 35)

A autora dedicou-se à análise do indicador Science Citation Index (SCI) do Institute for Scientific Information (ISI). Segundo Velho (1985), o SCI foi uma criação inovadora, pois, além da contagem do número de autores e de publicações, não havia uma base voltada para contagem das referências dos estudos. Contudo, a autora evidencia problemas com o SCI.

Um deles diz respeito aos seus periódicos. A maioria é de origem norte-americana e de países da Europa Ocidental com publicações no idioma inglês. Para que um novo periódico seja incluído na base, seus estudos devem ser citados várias vezes em periódicos que compõem a base do SCI. No entanto, os cientistas que publicam em periódicos incluídos no SCI costumam consultar e citar trabalhos publicados nos periódicos da SCI (VELHO, 1985), dificultando a inclusão de outros de origem em países periféricos como, por exemplo, o Brasil.

Outro problema é o idioma. Mesmo que os cientistas quisessem consultar periódicos de países periféricos, encontrariam a barreira linguística, além de dificuldades para acessá-los (VELHO, 1985). Segundo Velho (1985), o sistema do SCI privilegiaria periódicos de língua inglesa em detrimento de outros, pois a elegeu como idioma padrão.

Apesar dos problemas explícitos, Velho (1985) afirma que o indicador continuava sendo aplicado em estudos sobre a ciência de países periféricos devido a três razões. Todos os países periféricos estariam em pé de igualdade em relação à incompletude de seus periódicos na base e condições de trabalho dos cientistas. A contribuição desses países expressa no SCI é com a comunidade científica internacional e suas prioridades de pesquisa. Não existia outra base de dados de citações na ocasião do estudo de Velho (1985).

Os países periféricos possuem realidades diversas com as mais variadas condições de trabalho. Voltar os esforços de pesquisa para contribuir com a ciência internacional parece negligenciar os interesses dos próprios países, pois as prioridades podem ser completamente deslocadas da realidade de suas populações. Acreditamos que nenhuma dessas razões justificaria a continuidade do uso desse indicador se o desejo for fortalecer a ciência nesses países.

Atualmente, existem outros indicadores que medem o número de vezes em que um estudo foi citado. Eles são utilizados como medidas de qualidade, inclusive consideradas como uma medida de “impacto” do estudo. A análise aprofundada de indicadores não foi objetivo deste trabalho. No entanto, as considerações e críticas de Velho (1985) devem ser observadas em qualquer indicador que se proponha a avaliar a ciência produzida por cientistas, grupos ou instituições para evitar incorrer em injustiças e na manutenção de uma ciência hegemônica e alheia às necessidades da população.

3 DO FEMINISMO AOS ESTUDOS DE GÊNERO

Nesta seção, dissertamos a respeito das transformações históricas, lutas políticas e reflexões teóricas consideradas importantes para tratar do tema do feminismo, cuja discussão nos oferece uma perspectiva ampliada ao dialogar com sistemas de visibilidade, movimentos sociais, ideias de gênero e lugares culturais, sociais e políticos. Para tal diálogo, adotamos um ponto de vista pós-colonial, tomando uma história do feminismo brasileiro e os estudos de gênero/conceito de gênero como eixos estruturantes.

Céli Pinto (2003) nos conta uma história do feminismo no Brasil, não de um ponto de vista epistemológico, mas histórico. Ela reconhece o movimento como “fragmentado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas” (PINTO, 2003, p. 9). Assim, divide-o em quatro momentos fundamentais. O primeiro, do século XIX até o século XX em 1932, ano em que as mulheres passaram a ter direito ao voto no Brasil. A autora opta por não tratar do movimento de mulheres no Brasil entre a conquista do voto e a década de 70, por considerar que o movimento estava fragmentado, sofrendo um refluxo. De uma forma geral, o mundo estava voltado para as questões socialistas e para a utopia comunista (PINTO, 2003), esmaecendo a força e a presença de outros movimentos. O segundo momento trata do feminismo nos anos 70, durante a ditadura militar. O terceiro, na década de 80, trata de como o movimento feminista lidou com a redemocratização do país. E por último, o feminismo na virada do século, dos anos 90 até os anos 2000.

Os estudos pós-coloniais são interessantes, pois incorporam a crítica ao colonialismo e como ele causou impactos profundos nas relações nacionais. Eles também rompem com o monólogo do Norte Global, ao apresentarem suas perspectivas. Nessa perspectiva, trazemos as contribuições de Sonia Alvarez (2014) que propõe uma nova maneira de interpretar o movimento feminista atual e o do passado e a de Connel e Pearse (2015), que nos oferecem uma alternativa à história comumente contada sobre o movimento feminista e os pensadores que influenciaram o feminismo, os conceitos de gênero e os estudos de gênero.

Segundo Connel e Pearse (2015), para que haja um conhecimento mais democrático sobre as discussões em torno da ‘teoria do gênero’ e ‘teoria feminista’, são necessárias abordagens que considerem as narrativas do Sul Global. Para Boaventura Souza Santos, o Sul é uma metáfora para as mazelas causadas pelo capitalismo. O sociólogo fala em aprender com o Sul com intuito de ir além da teoria crítica proposta pelo Norte e da prática e da política incorporada através dela (SANTOS, 2010). Connel e Pearse (2015) ponderam que não se trata

de uma questão de geografia, mas sobre como as ideias são influenciadas conforme as diferentes trajetórias e problemas, motivando projetos intelectuais diversos.

A esse respeito, a socióloga argentina Sonia Alvarez (2014, p. 15) entende que “onde ‘buscamos’, o feminismo ‘em movimento, inevitavelmente, informa o que conseguimos enxergar e, conseqüentemente, flexiona como podemos imaginá-lo, teorizá-lo, e portanto, praticá-lo”. Ela propõe uma “re-visão epistemológica” (ALVAREZ, 2014, p.16) das dinâmicas dos feminismos no Brasil e na América Latina com intuito de criar um novo aparelho interpretativo dos movimentos sociais contemporâneos, incluindo o feminismo. Com este olhar, ela revisita três momentos do feminismo no Brasil configurados como: centramento e a configuração do feminismo; descentramento e pluralização do feminismo e fluxos verticais do gênero; e fluxos horizontais dos feminismos plurais e a multiplicação de campos feministas.

A autora sustenta que o feminismo se expande para além da sociedade civil, apesar de ser, a exemplo de outros movimentos, situado nessa arena. Ela afirma que ele se direciona verticalmente às instâncias de poder nacionais e transnacionais, mesmo que continue ancorado a sociedade civil, à medida que se expande lateralmente dentro do próprio feminismo para abarcar instâncias organizativas.

Ao invés de movimento feminista, Alvarez (2014) nos convida a pensar em ‘campos discursivos de ação’. Esses campos não são aglomerados de organizações preocupadas com o mesmo assunto, mas atores e lugares articulados por pontos nodais e com padrões de visibilidade flexíveis e situados historicamente como:

Em diferentes momentos, distinta/os atoras/es ou vertentes ganham maior ou menor visibilidade política e cultural, e maior ou menor acesso ao microfone público e aos recursos materiais e culturais, às vezes conseguindo se estabelecer como hegemônicos. E em contextos históricos distintos, diversos atores, como por exemplo, setores da Igreja, as ONGs, ou até espaços dentro do próprio Estado, podem servir como nós articuladores desses campos. (ALVAREZ, 2014, p. 18)

Ela complementa que seus atores se articulam formal e informalmente por meio de redes político-comunicativas. Os campos feministas são construídos culturalmente através das interações comunicativas estabelecidas entre um emaranhado de interlocuções. Assim, os discursos feministas se reconstroem e constroem significados e traduções que conduzem estratégias e identidades.

No contexto mundial do primeiro momento do feminismo estabelecido por Pinto (2003), Connel e Pearse (2015) argumentam que a história frequentemente contada é a do Norte Global, mais precisamente da metrópole europeia. Com isso, as teorias do gênero

surgiram em meio a uma “cultura secular, racionalista e cética” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 122) que ganhou sua forma moderna no final do século XIX. Nessas sociedades, houve uma mudança dos discursos morais e religiosos e o encontro com o mundo colonizado.

Essa mudança ocorreu de forma gradual e esses discursos morais e religiosos de forte tradição misógina conviveram com contradições na sociedade (CONNEL; PEARSE, 2015). Entre essas contradições, encontra-se ‘O livro da cidade de senhoras’ que data do século XV. Escrito pela freira Christine de Pizan, denunciava o abuso ao qual as mulheres estavam sujeitas. A ‘Reivindicação dos Direitos da mulher’ de Mary Wollstonecraft é outro exemplo e foi escrito em resposta a ‘Declaração dos Direitos do Homem’ em plena Revolução Francesa. Além desses, houve o movimento sufragista de cunho religioso nos Estados Unidos do século XIX.

Pinto (2003) relata que o início do movimento de mulheres no Brasil estava ligado a personalidades, a alguma mulher que por variados motivos se destacava e rompia com as normas estabelecidas. Ela destaca três vertentes do movimento nesta época. A primeira, do feminismo bem comportado, era liderada por Bertha Lutz. Essa vertente teve um alcance extraordinário em nível nacional. A luta resumia-se a inclusão da mulher como cidadã, mas sem questionar a posição de poder do homem na sociedade ou as relações de gênero. A segunda vertente, do feminismo difuso, constituiu-se de mulheres educadas que discutiam sexualidade e divórcio através do jornalismo feminista alternativo. Outras questões eram a dominação masculina e a educação de mulheres e meninas. A terceira, ou a mal comportada, era constituída por mulheres trabalhadoras e intelectuais associadas num primeiro momento ao movimento anarquista e posteriormente ao partido comunista. Elas lutavam pela emancipação feminina e a discussão central era a exploração do trabalho. Sua representante mais influente foi Maria Lacerda de Moura.

Pinto (2003) aponta que a questão do voto feminino foi discutida na Constituinte de 1891 e teve apoiadores importantes, mas não foi aprovada. No entanto, as mulheres não foram excluídas explicitamente como mendigos e analfabetos. Para a autora, a não nomeação das mulheres derivou do senso comum de que a exclusão feminina era natural e não eram indivíduos dotados de direitos. A teoria de Darwin, a incipiente ciência da sociedade com Comte e Mill e a existência do Império³ influenciaram a ciência do século XIX quanto a uma crescente preocupação com as questões relacionadas ao gênero, ao passo que a religião era

3 A palavra Império demarca uma questão geopolítica. Trata da herança herdada do período colonial pelas nações, e das relações estabelecidas - econômicas e políticas - no contexto da globalização neoliberal (CONNEL E PEARSE, 2015).

deslocada do centro das explicações. Teóricos como Ward, Bebel e Engels desenvolveram trabalhos importantes sobre as questões de gênero. Assim, no início do século XX, os relatos do Império, os primórdios da Antropologia e o feminismo começaram por desestabilizar a ideia de uma ordem fixa de gênero e as ciências sociais e o feminismo solidificaram-se na Metrópole⁴ (CONNEL E PEARSE, 2015).

No século XX, o pai da psicanálise, Sigmund Freud, desenvolveu teorias que constituíram uma verdadeira força cultural e influenciaram diversos intelectuais. Entre eles, Alfred Adler realizou uma crítica à masculinidade e sua orientação ao poder. A psicanálise fomentou uma importante mudança sobre as ideias de gênero ao mostrar que as divisões de gênero na vida adulta eram constituídas num processo dirigido pelo conflito ao longo da vida e não em um processo fixado no início da vida.

Após a contribuição inicial da psicanálise, o trabalho intitulado ‘O sexo dominante’ (1921) de Mathilde Vaerting é o mais importante da época por ser a primeira teoria social estendida de gênero (CONNEL E PEARSE, 2015). O trabalho abrangia a estrutura social e padrões psicológicos e denunciava a divisão do trabalho enquanto aparato ideológico, provocando um boom de estudos sobre o tema na Europa Central. Em contrapartida, no mundo colonizado e semicolonizado, espocaram motins - o movimento de independência da Índia, a emancipação autoconsciente das mulheres na república da Turquia, a criação da União Feminista Egípcia e o Movimento Quatro de Maio na China - que geraram verdadeiros levantes intelectuais.

Segundo Connel e Pearse (2015), o desenvolvimento da antropologia social ajudou a popularizar o conceito de ‘papéis sexuais’ em meados do século XX. Mas a grande renovação das teorias de gênero no Norte Global foi mérito da francesa Simone Beauvoir em sua obra mais famosa, ‘O segundo sexo’ (1949). Com sua crítica política a subordinação das mulheres, Beauvoir propôs que as mulheres deveriam se constituir a si mesmas e não como o ‘outro’ na consciência dos homens. Ela utilizou textos que partiam da psicanálise, da literatura e de textos feministas modernos. Foi uma exceção em sua época, onde a psicanálise e a teoria dos papéis sexuais haviam se tornado uma força conservadora.

Nesse ínterim, ocorreu um intenso processo de descolonização mundial. Esse processo impulsionou a educação de meninas e mulheres no mundo pós-colonial que almejava o desenvolvimento econômico. Em contrapartida, o impacto do processo de descolonização reverberou no Norte Global, culminando na formação e mobilização dos movimentos de

⁴ Assim como Império, a palavra metrópole se refere aos centros de poder econômico e político herdados do período das colonizações (CONNEL E PEARSE, 2015).

juventude nos anos 60 e o surgimento da nova onda feminista ‘Movimento de Libertação da Mulher’ no final dos anos 60 e 70. Para Pinto (2003), toda a efervescência cultural possibilitou a emersão dos movimentos sociais. Ela afirma que a perda dos sonhos do *american way of life* e o sonho da revolução socialista no Leste Europeu inflamou a juventude que irrompeu em movimentos e manifestações.

Connel e Pearse (2015) contam que o novo feminismo teve seu primeiro avanço teórico com o trabalho intitulado ‘A mulher na sociedade de classes’ (1969) da socióloga brasileira Heleieth Saffioti. A obra traz, entre outras discussões, a economia sexual do Brasil colônia. A sofisticação do trabalho, que também foi influenciado pelo marxismo estruturalista de Paris, está na utilização de argumentos de economistas que procuravam um desenvolvimento econômico autônomo e comprometido com o fim da desigualdade global.

O Brasil, porém, vivia uma plena ditadura militar, marcada pela censura, tortura, perseguição e exílio de todos que parecessem ameaçar a perspectiva anticomunista. Os primeiros eram compostos pelos conservadores do qual a UDN (União Democrática Nacional) era importante representante dos partidos liberais, parte da classe média e empresários com apoio ou liderança das Forças Armadas Nacionais. O segundo era formado por partidos nacionalistas de esquerda, partidos clandestinos, parte do operariado, empresários nacionalistas, movimento camponês, parte da Igreja Católica, estudantes e intelectuais. Saffioti (1969) ressalta que, mesmo nesse cenário, houve um movimento de mulheres que lutavam contra a carestia e englobaram alguns ideários do movimento feminista.

O movimento se desenvolveu, então, diante de um cenário árduo e com o duplo problema: questão da mulher e desigualdade social. Muitas das mulheres do movimento feministas participavam de partidos e eram contra a ditadura. Para Pinto (2003), essas mulheres não eram vistas com bons olhos nem pela direita e muito menos pela esquerda. Primeiro porque acreditavam que a questão da mulher tiraria o foco da luta do proletariado e segundo porque os homens temiam que suas relações e o poder que detinham mudassem dentro do partido (PINTO, 2003). Para Alvarez (2014), a conquista de um espaço político próprio e autônomo foi difícil na época por conta dessa tensão, mas possibilitou a tradução de assuntos entendidos como sendo da esfera do privado em assuntos políticos. A autora afirma que, a partir desse momento, este passou a ser o eixo norteador do feminismo.

Connel e Pearse (2015) assinalam um cenário parecido no Norte Global, onde a questão da mulher era vista como secundária à luta da esquerda. Alvarez (2014) explica que as mulheres contrárias ao movimento autônomo eram tidas como ‘políticas’ e não feministas. Ela denomina a disputa ‘luta geral-militância política’ versus ‘luta específica-militância

autônoma” (ALVAREZ, 2014, p. 22) dos anos 70 e 80 como ‘conflito constitutivo’. Essa dicotomia era central na gramática política do nascente campo feminista, pois definiu a hegemonia do primeiro momento do campo feminista em “luta específica-militância autônoma” nos encontros feministas como os Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe de 1981 (ALVAREZ, 2014).

No Norte Global, a onda feminista tinha uma visão política dicotômica do poder: o patriarcado deveria ser enfrentado, entendido como sistemas de poder masculino (termo extraído da Antropologia), e libertar as mulheres para iniciar uma revolução social. No final dos anos 70, a ideia que imperava nos Estados Unidos e Grã-Bretanha era da desigualdade social como origem da opressão feminina.

De acordo com Connel e Pearse (2015), a nova onda feminista foi tão poderosa que surgiram diversas teorias a respeito. Surgiram estudos que radicalizaram a ideia de ‘papéis sexuais’, estudos sobre masculinidades, estudos sobre a natureza política da mulher e o reconhecimento de governos e da Organização das Nações Unidas para a questão feminina. Nas Universidades Norte Americanas nos anos 80 e 90, houve um crescimento de pesquisas e laboratórios sobre estudos feministas, novos periódicos acadêmicos e a interrupção do “monólogo patriarcal na cultura e nas ciências” (CONNEL; PEARSE, p. 140). Tanto no Brasil como no mundo, o feminismo esteve muito ligado ao meio acadêmico. Sua expressão mais importante no meio começa nos anos 80. A Revista de Estudos Feministas e Cadernos Pagu são as grandes representantes desse conhecimento no Brasil e que surgem nesta época de expansão. Segundo Pinto (2003), o feminismo não é um movimento popular, seja pelo seu raio de abrangência, seja pela classe social das mulheres. Ele passa a atingir as camadas populares por estratégia política. Diversamente, Alvarez (2014) acredita que, desde seu início nos anos 70, o feminismo constituiu um campo discursivo de ação heterogêneo, mesmo que muito menos abrangente horizontalmente e com ação nula verticalmente por conta do regime ditatorial. As “outras” mulheres (populares, negras, indígenas) apropriaram-se dos discursos do campo e criticavam que a ‘luta específica’ “estava profundamente marcada pela classe social, a heteronormatividade, e uma branquidade ‘inominada’ ou implícita que constituía um pano de fundo silenciado” (ALVAREZ p. 23). Após esse primeiro momento do campo, muitas dessas mulheres seguiram seus próprios caminhos e, ainda no final dos anos 70, dentro do movimento negro, algumas mulheres refletiam sobre a subordinação feminina e o racismo. No início dos anos 80, já haviam campos separados de feministas negras das feministas brancas e do movimento negro misto (homens e mulheres).

Nessa época, começa o processo de redemocratização do país com certo afrouxamento da ditadura. Esse afrouxamento foi comemorado com a anistia dos exilados políticos. No processo de redemocratização foram criados o Conselho Nacional da Condição da Mulher (1985) e que ia muito além da defesa direta da mulher. Entre suas pautas, estava a defesa da criação do Sistema Único de Saúde. A Assembleia Nacional Constituinte teve expressiva participação da sociedade civil que enviava emendas populares através de entidades representativas. As emendas deveriam conter o mínimo de 30.000 mil assinaturas. Três emendas se destacaram: a aposentadoria da mulher dona-de-casa, a legalização do aborto e a mais abrangente que reivindicava a nomeação das mulheres na constituinte, apoio médico e psicológico à mulher vítima de estupro, direito de posse e propriedade da terra para mulher, igualdade na sociedade conjugal, entre outros pontos. Apenas esta última emenda foi assumida pelas deputadas constituintes (PINTO, 2003).

Diante desse duplo processo de redemocratização e transição para um modelo econômico neoliberal do final dos anos 80 até o final dos anos 90, Alvarez (2014) assinala que houve um descentramento. As antigas oposições do campo tornaram o feminismo plural. Ela aponta que algumas intelectuais defendem que o feminismo foi institucionalizado neste período. O campo passou a agir verticalmente e a circular melhor como nos partidos, nas universidades e na ONU, passando a ser transversalizado pelas instituições políticas (ALVAREZ, 2014).

Nos anos 90 e 2000, começaram a falar em ‘estudos de gênero’. Esses estudos representam uma expansão dos estudos da mulher desenvolvidos nas universidades. Eles foram constituídos pelas questões LGBT e pelas pesquisas não feministas de gênero.

Pinto (2003) assinala que o feminismo dos anos 90 até anos 2000 em terras brasileiras foi marcado por maior participação política das mulheres e por um feminismo difuso. A participação política das mulheres aumenta com mulheres participando mais ativamente de sindicatos, movimentos populares e partidos políticos. A autora chama de feminismo difuso, num período de certo retraimento dos movimentos sociais, o feminismo sem militantes ou organizações. Foi marcado por homens e mulheres concordando com pautas feministas sem se identificar como feministas. O espaço de legitimidade de atitudes racistas e sexistas diminuiu em diferentes esferas sociais e as campanhas eleitorais tratavam da questão da mulher e pautas defendidas pelo movimento feminista.

A expressão pública do feminismo nos anos seguintes foram as ONG. Diversas organizações foram criadas e demonstraram o movimento feminista cada vez mais segmentado. Para Pinto (2003), essa segmentação se dá pela própria dinâmica das ONG,

sobretudo, por conta da crítica ao feminismo branco, heterossexual, instruído e de classe média que pretendia representar todas as mulheres. Surge, assim, a ideia de feminismos.

Segundo Alvarez (2014), essa transformação dos coletivos feministas nas profissionalizadas ONG fez com que elas se convertessem em instituições do movimento incentivadas por fundos internacionais. Ela afirma que, independente do mérito ou demérito, as ONG tiveram visibilidade central no campo feminista brasileiro, sul americano e global dos anos 90, descentrando campos feministas:

Produzindo e disseminando conhecimentos e discursos, além de executando os mais diversos projetos, as ONGs e suas redes ajudaram a entrelaçar as atoras feministas agora amplamente espalhadas pela fábrica social, articulando-as organizacional e discursivamente (ALVAREZ, 2014, p. 26).

Alvarez (2014) ressalva que, apesar da importância, as ONG não foram as únicas a reconfigurar e descentrar o campo. Houve coletivos e outras expressões feministas como Riot Grrrl, dentro do movimento anarco-punks e da juventude, como os estudantis e os de Hip Hop, nos sindicatos, entre outros. O Partido dos Trabalhadores foi de suma importância nesse processo com a participação de mulheres feministas nas diversas tendências do partido. Através dos espaços sindicais, dos movimentos rurais, em movimentos populares ligados à igreja, através da comissão da mulher, das assessorias e coordenadorias, entre outros espaços, articularam, produziram e disseminaram conhecimentos e discursos que impactaram diretamente na pluralização do movimento feminista. O movimento negro também auxiliou nessa pluralização, especialmente com os encontros de ativismo transnacional estimulados pela ONU que ampliaram as redes político-comunicativas e conferiram maior visibilidade para o campo do feminismo negro.

A respeito dessa pluralização ou fragmentação, Connel e Pearse (2015) assinalam que o feminismo no Norte Global a partir dos anos 80 já havia se fragmentado em questões relacionadas à sexualidade, à raça e às relações com o Estado. Houve ganhos e retrocessos a partir da década de 80 para uma reforma de gênero e isso provocou revisões nas teorias feministas e nos estudos de gênero (CONNEL; PEARSE, 2015). A partir dessa década, surgiu a possibilidade de múltiplas perspectivas, principalmente das mulheres marginalizadas.

O último e atual momento do feminismo, para Alvarez (2014), diz respeito aos fluxos horizontais dos feminismos plurais e a multiplicação de campos feministas. Com isso, a autora faz referência a emergentes manifestações contra o poder neoliberal e que abrangeu setores da sociedade civil e política, mas também atores da sociedade não cívica. Salienta que

são inúmeras as nomeações do feminismo denominado como jovem e defende que sejam entendidos como campos, assim como o feminismo negro.

Alvarez (2014) frisa que o cenário atual tem menos recursos para os formatos institucionalizados do momento anterior e busca ampliar o debate para além, um além que discuta gênero, classe, racismo e que desconstrua opressões. Há, ainda, um descentramento dentro das vertentes no feminismo atual e outras redes discursivas articuladoras como os discursos sobre “o transfeminismo, o transgênero, o pós-gênero, o queer, e outros debates trazidos pelas trabalhadoras do sexo, mulheres trans, lésbicas, e bissexuais” (ALVAREZ, 2014, p. 44). Esse descentramento indica a proliferação de outros campos discursivos de ação e a necessidade de uma política de tradução feminista⁵.

Sobre o momento atual, Connel e Pearse (2015) assinalam que a teoria de gênero na metrópole tem como preocupação discutir a sexualidade, a linguagem, a representação, a identidade e a diferença. A subversão que a metrópole propõe é uma subversão cultural. Para as autoras, grande parte das teorias não faz menção às preocupações concretas com a situação das mulheres. Essas teorias de gênero se apoiaram em escritos que não eram sobre gênero, estudos de nomes como Foucault, Derrida e Deleuze. Como exemplar desses estudos está o livro ‘Problemas de gênero’ de Judith Butler (2015). O livro se tornou um ícone do movimento conhecido como teoria queer cuja crítica repousa sobre os constrangimentos culturais abarcados pela heteronormatividade e que levariam os indivíduos ao encaminhamento binário de seus gêneros.

Em contrapartida, surgiu no Norte o ‘novo materialismo’. Esses escritos discutem corporificação e subjetividade. É uma crítica a essa nova teoria feminista, uma preocupação de que o mundo material e o corpo sejam ignorados ou fiquem estanques. Alguns desses trabalhos de base teórica se preocupam com questões mais práticas como biotecnologia e produção global de alimentos. Essa preocupação não passa pelo feminismo do Sul Global, pois este estaria mais preocupado com questões como a pobreza, morte perinatal, AIDS e etc (CONNEL; PEARSE, 2015).

Connel e Pearse (2015) trazem à tona uma questão importante para este trabalho. Nos estudos de gênero, profissionais do Sul Global são treinados a buscar suas referências no Norte. Essas referências são diversas, tais como métodos, conceitos, equipamentos e

⁵ A palavra tradução é usada no sentido figurado para enfatizar as viagens - especialmente entre América Latina e latinas nos Estados Unidos - dos discursos e práticas feministas nas mais variadas direções e resultando em paradigmas interpretativos de questões como classe, gênero e saúde envolvidos em questões mais amplas de globalização (ALVAREZ, 2009).

reconhecimento. Elas afirmam que a maioria das pesquisas traz dados ou experiências locais combinadas com teorias do Sul Global. Essa seria uma característica dos trabalhos do Sul Global denominada de ‘extraversão’. Ela consiste num jogo de palavras que brinca com o termo ‘extroversão’. A ‘extraversão’ preocupou muitos pesquisadores do gênero e a questão não é a negociação do Sul com as teorias do Norte, mas o quanto se pode aprofundar a extraversão. O encontro desse equilíbrio necessário é assim posto:

Responder adequadamente ao mundo pós-colonial e neocolonial não é apenas uma questão de tocar nas críticas ao racismo nas análises de gênero. É preciso o que Bulbeck chama de “uma perspectiva de viajante do mundo”: aprender a enxergar a si mesmo enquanto o outro se enxerga um, aprender a respeitar as experiências de outros e a trabalhar em coalizão (p.31).

Connel e Pearse (2015) sugerem que expandir as perspectivas, mesmo que de uma visão eurocêntrica por meio de visadas do Sul Global, é vital para o futuro e desenvolvimento dos estudos de gênero no mundo.

Parece que o conceito de gênero vindo do Norte nos convoca a pensar em seus limites para a realidade brasileira e a identificar o lugar deste conceito no feminismo atual além das suas implicações para temas tanto de natureza prática como política, da superação das desigualdades sociais.

O conceito de gênero é caro as teorias feministas e aos estudos de gênero. Como Alvarez (2014) explica que o gênero funcionou como um “discurso ponte” entre os campos discursivos de ação do feminismo em um movimento vertical (aquele em direção ao Estado), além de fornecer argumentos para a contestação da forma em que o gênero é estabelecido em nossa sociedade.

O transfeminismo não é tratado aqui, pois fugiria ao objetivo do capítulo, sendo apenas citado como um campo discursivo de ação. Como campo ele parece tomar contornos mais definidos na atualidade, assim como talvez esteja atuando na visibilidade de pessoas transgêneras como um todo.

4 DESIGUALDADE EM SAÚDE E VISIBILIDADES

Elaboramos este capítulo com recurso a perspectivas teóricas diversas, incluindo os chamados estudos culturais e pós-coloniais. Nosso intuito foi realizar aproximações ao tema da transgeneridade e suas interseções com a invisibilidade, comunicação e a desigualdade social em saúde. Assim, esperamos contribuir para a compreensão do fenômeno da invisibilidade em relação às pessoas transgêneras.

Alguns autores foram fundamentais para pensarmos sobre a questão da transgeneridade a partir de perspectivas que abordam a desigualdade na saúde, na comunicação e na visibilidade. Entre os autores, Hallais e Barros (2015), Uhlein (2012), Soares (2005) e Costa (2004) contemplam as ideias e conceitos de visibilidade negativa, invisibilização, invisibilidade pública, invisibilidade social e suas manifestações. Moreira (2015) e Araujo, Moreira e Aguiar (2013) foram fundamentais para pensarmos sobre a relação entre invisibilidade e saúde, negligência, reconhecimento e nomeações negativas. Araujo e Cardoso (2007) nos auxiliam a pensar sobre poder, comunicação e saúde. Santos (2007) nos traz sua concepção sobre pensamento abissal e desigualdade. Connell (2014) para pensarmos em justiça social e gênero.

Ao tentarmos definir invisibilidade, deparamo-nos com o desafio de responder às seguintes questões: O que seria invisibilidade além do elucidado pela palavra dicionarizada ou que conceito é esse? Como ela se manifesta?

4.1 O que seria visibilidade além do dicionário ou que conceito é esse?

Soares (2005), em seu livro ‘Cabeça de porco’, discorre sobre invisibilidade social. Ele relata uma experiência em que se tornou invisível para as demais pessoas da cidade durante uma peregrinação. Na comunidade de Bom Jesus, no interior do Maranhão, a ‘Busca do mastro’, como é chamada a jornada, inicia as comemorações sob proteção de São Benedito. Um mastro é fixado no centro do povoado e representa a unidade do grupo e a comunhão com o sagrado. Durante a peregrinação as pessoas deixaram de notar a presença de Soares ou até mesmo respondê-lo. Essa atitude dos moradores de Bom Jesus não era comum e segundo o autor denota a importância da peregrinação para aquela comunidade. Elas não o respondiam, pois o simbolismo da celebração poderia ser rompido. Assim, como conclusão do episódio, o autor atribuiu à cultura e à sociedade o poder de determinar o que é permitido ver. Esse processo não seria racional e consciente, mas agiria em nossa percepção de acordo com

fatores variados: “limites e pressões psicológicas, sociais e culturais” (SOARES, 2005, p. 163).

A esse respeito, Uhlein (2012) considera a invisibilidade social como um problema que atinge diversas sociedades e que se articula com várias questões sociais, políticas e econômicas. Para ela, o indivíduo invisibilizado é descartado do grupo independentemente de sua vontade. O indivíduo invisibilizado é excluído.

Os conceitos de identidade e reconhecimento podem auxiliar na compreensão de como a invisibilização influencia aspectos como educação, emprego, poder e outras variáveis que definem o indivíduo na sociedade. Para a população transgênera, esse aspecto da invisibilidade social é valorizado, pois, além do reconhecimento e respeito às suas identidades de gênero, existe a luta pela apropriação de espaços e direitos dos quais foram impedidos e/ou dificultados de ocuparem e/ou alcançarem.

Segundo Hall (2014), a ideia de identidade tem sido alvo de inúmeras discussões na teoria social. O autor não pretendeu esgotar as possibilidades em torno do conceito de identidade, mas discutir a identidade cultural atual e avaliar a existência do que se convencionou chamar de “crise de identidade”, onde os sujeitos deixam de ser amparados pelas antigas identidades consideradas unificadas. Para ele, esse fenômeno abalaria as estruturas e processos sociais nas sociedades modernas. As identidades modernas sofreram um deslocamento, uma descentralização (HALL, 2014). O autor apresenta uma discussão sobre o “jogo de identidades” que consiste em: um único sujeito possuir identidades contraditórias; as contradições atuarem externamente e internamente ao sujeito; não existir uma identidade que se sobressaia sobre as outras e classe não ser mais uma categoria mobilizadora de reconciliação entre identidades; a paisagem política está fragmentada por identificações rivais; e a identidade não ser automática e ter se politizado. Sobre a politização das identidades, o autor aponta que constitui uma mudança para uma política de diferença e não mais uma política de identidade.

Um único sujeito pode possuir uma identidade cultural fragmentada e ser mobilizado de formas diferentes, a depender do contexto. Essa noção de identidade pode ser importante para avaliar os diferentes lugares que alguém pode ocupar e como a invisibilização pode atuar de maneira complexa e desigual. Portanto, o grupo ‘pessoas trans’ não é uniforme, as identidades não são unificadas e a invisibilidade social não ocorre da mesma forma para todas as pessoas trans.

Outro conceito que encontramos ao explorar o tema da invisibilidade é a invisibilidade pública. Segundo Costa (2004), ela é a manifestação de dois fenômenos psicossociais: a

humilhação social e a reificação. A invisibilidade pública é caracterizada pelo desaparecimento intersubjetivo de uma pessoa em meio a outras.

A humilhação social é um fenômeno histórico e que recai sobre as classes pobres, sendo caracterizado por sofrimentos sociais (COSTA, 2004). Para o autor, este sofrimento deriva do passado colonial e escravocrata que deixou sem herança ou memória os descendentes de pessoas negras que foram escravizadas, assim como descendentes de europeus e asiáticos proletarizados. O autor argumenta que a humilhação social indica “a exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito público da iniciativa e da palavra, do âmbito da ação fundadora e do diálogo, do governo da cidade e do governo do trabalho.” (COSTA, 2004, p.17). Para ele, esse sofrimento assinala uma situação de desigualdade política, material e de exclusão da intersubjetividade desses indivíduos.

De acordo com Costa (2004), a reificação é uma característica da moderna sociedade capitalista. Ela consiste em equivaler os seres humanos a coisas que, por sua vez, passam a serem reconhecidos de acordo com as leis que regem o mundo das coisas. Esse processo histórico culminou numa sociedade que estabelece relações entre coisas e não mais entre seres humanos. Assim, o capitalismo impõe-se não apenas como modelo econômico, mas como modelo que rege valores e relações, determinando a utilidade e reconhecimento das pessoas dentro deste modelo.

A realidade das pessoas trans é diversa e são muitos os fatores que afetam suas vidas. Contudo, como sugerem os conceitos de humilhação social e reificação, não podemos deixar de mencionar que a cor da pele determina maneiras na exclusão de indivíduos do grupo aqui referido como pessoas trans. Em nosso país tivemos três longos séculos de escravização, onde às pessoas negras era negada a condição de ser humano, e hoje circulam discursos que objetificam, animalizam e que hipersexualizam, sobretudo a mulheres negras (BRITO, 2016).

A humanidade foi oficialmente negada às pessoas negras durante mais de 350 anos em nosso país. O fim da escravização não encerrou os discursos que se reverberam em diversos meios midiáticos de objetificação, animalização e hipersexualização das mulheres negras.

Há, ainda, outra faceta da invisibilidade social. Segundo Soares (2005), àquele que vê e não é visto, mesmo que fisicamente presente, é furtado da possibilidade de participação no grupo. Ele argumenta que a verdadeira presença depende da possibilidade de participar, interagir, ser reconhecido e trocar.

Nossa visão das coisas e das pessoas é carregada de expectativas e sentimentos, valores e crenças, compromissos e culpas, desejos e frustrações. Acima de tudo, é necessário reter na memória esse ponto: ver é

relacionar-se. Sendo assim, o que seria não ver, sobretudo em certos contextos? (SOARES, 2005, p.173)

Soares (2005) comenta que o sentimento de não pertencimento e de não ser visto costuma gerar sofrimento a quem o experimenta. O indivíduo não pode negociar, trocar e expressar seus desejos. Nesse sentido, descobrir-se sem esse vínculo o condena a impossibilidade de exercer sua autonomia.

Moreira (2014) propõe uma genealogia da visibilidade e defende que, no mundo atual, ser visível é existir. A visibilidade está intimamente ligada a instâncias de poder que determinam as suas configurações. Ou seja, o que está visível e o que é esquecível. Logo, ser/estar visível não depende unicamente do olhar e o contexto da atualidade é marcado pela “extrema visibilidade e mobilidade informacional” (MOREIRA, 2014, p. 39). Para o autor, aqueles que estão à margem desses processos não são reconhecidos e são, conseqüentemente, negligenciados de diversas formas, inclusive em sua saúde. A invisibilidade também pode ser posta como a impossibilidade do indivíduo de “agir e manifestar-se publicamente” (ARAÚJO, MOREIRA e AGUIAR, 2013, p. 6).

A visibilidade repercute no processo comunicativo, posto que seja um elemento de mobilidade e que influencia no lugar de interlocução do sujeito, deslocando-o para o centro ou para a periferia de visibilidade (MOREIRA, 2014). Esse deslocamento, porém, não garantiria a “oportunidade discursiva”, já que o centro e a periferia discursiva não coincidem necessariamente com o centro e periferia de visibilidade. O sujeito pode sofrer com a hipervisibilidade e, ao invés de ser ouvido, tornar-se alvo de fala estigmatizante do outro. Alguns grupos de pessoas são rotulados como exemplos de ‘diversidade’. Dentre eles, o ‘de gênero’, que por sofrerem com estereótipos, preconceitos e/ou não possuírem valor de mercado, são invisíveis em seus sofrimentos e demandas (MOREIRA, 2014).

Um exemplo desse tipo de hipervisibilidade e o reforço do estigma são alguns programas humorísticos no qual a própria transgeneridade é motivo de piada. Ou seja, a transgeneridade é evidenciada para fortalecer as normas de gênero hegemônicas, num processo de constante desumanização e reforço de estereótipos. Ao passo que visibiliza a questão, também implica numa depreciação.

Podemos pensar em um aspecto da invisibilidade especificamente em relação às pessoas trans. Bento (2012) aborda a invisibilidade na temática transgênera. Para ela, a invisibilidade é intrínseca ao mecanismo que vigia as normas de gênero. Os invisibilizados seriam os indesejados ou aqueles com menor valor, mas que podem servir a certos propósitos. Eles somente surgem no discurso para imediatamente serem “mortos” (BENTO, 2012, p. 40).

São evocados apenas para aterrorizar, ato chamado por ela de heteroterrorismo, e enviar uma mensagem de que a pessoa só será aceita pela sociedade se seguir as regras, mensagem comumente dirigida às crianças. A morte seria, em um primeiro momento, simbólica através da discriminação e do que pode ser expresso como nomeações negativas.

As nomeações são elementos centrais na discussão sobre invisibilidade na comunicação e sobre pessoas transgêneras. Araujo, Moreira e Aguiar (2013) assinalam que podem significar visibilidade, pois ser nomeado é ser conhecido.

A questão da identidade, conforme foi expressa anteriormente, nos auxilia a inferir que as nomeações também são importantes para a identidade cultural. Entretanto, as nomeações podem marcar as identidades negativamente ou positivamente. O poder de nomear grupos também parece estar ligado a invisibilização dos mesmos. Quem nomeia quem? Quem possui esse poder? Há como grupos nomeados reverterem a nomeação pejorativa?

Um exemplo de nomeação negativa e que ganhou outros contornos é a do termo *queer*. O termo utilizado como xingamento aos membros da comunidade LGBT nos Estados Unidos é atualmente utilizado como nomeação orgulhosa dos mesmos. Esse tipo de guinada resultou de mobilização, visibilidade, força política e reconhecimento.

Araujo, Moreira e Aguiar (2013) advertem, porém, que nem sempre as nomeações são positivas e podem implicar em outra faceta da invisibilidade. Para eles, o indivíduo passaria a ser reconhecido como parte de um grupo estereotipado e marginalizado ao invés de ser reconhecido em sua singularidade. Explicam que há duas possibilidades de nomeação: a do sujeito e a nomeação por terceiros. Em relação à nomeação por terceiros, vale lembrar as nomeações médicas, as nomeações com intuito de agredir (“bicha”, “viado”, “sapatão”, “traveco”) e as que caíram em desuso como homossexualismo e transexualismo. Essas nomeações por terceiros ora evocam a “anormalidade” pela patologização e em outros momentos as agressões verbais dirigidas às pessoas que não correspondem ao esperado, à heteronormatividade⁶.

A conceituação em torno da invisibilidade está em disputa e transformação. O fenômeno social mostra-se multifacetado e pode apresentar diferenças entre grupos e sujeitos ao considerar a política da diferença e as possibilidades do ‘jogo das identidades’. Entretanto, os autores concordam entre si ao não esgotarem as possibilidades da manifestação da

6 Para Butler (2015) a heteronormatividade é um sistema naturalizado que estabelece a heterossexualidade compulsória e determina a relação consistente e inequívoca entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

invisibilidade e ao admitirem um contexto estrutural que se manifesta na invisibilização dos sujeitos.

4.2 Como a invisibilidade se manifesta?

Apesar dos diversos fatores que influenciam a percepção do que é visto, Soares (2005) ressalta que não somos marionetes. Apesar dos fatores culturais e psicológicos que podem controlar o quê e como percebemos os sujeitos e os fatos sociais, os nossos limites podem ser sobrepujados. Dentre as formas de manifestação da invisibilidade social, Uhlein (2012) reflete o que pode acontecer em uma situação cotidiana e mesmo entre pares. Nesse caso, o indivíduo ficaria momentaneamente invisível. Ele pode não querer ser notado ou não poder participar de um diálogo. Quando o indivíduo obtém sucesso em não ser notado, a invisibilidade é positiva para o sujeito. O inverso da invisibilidade pode ser desastroso nas situações em que o centro das atenções é tomado para o gozo e a repulsa dos outros (UHLEIN, T. 2012).

A invisibilidade positiva pode ser percebida por pessoas trans através da indiferenciação como discorre Almeida (2012). A indiferenciação ocorre quando a pessoa trans não é reconhecida como tal nos espaços públicos, ou seja, ela não é alvo de suspeitas a respeito do gênero atribuído no nascimento. Ela é reconhecida como uma pessoa "cis", que se localiza no âmbito da heteronormatividade. Para algumas pessoas trans, esse tipo de indiferenciação pode significar melhores condições de vida, pois, não será, entre outras possibilidades, objeto de hostilidade.

Semelhante processo ocorre com o que é chamado de ‘direito ao esquecimento’. O direito ao esquecimento foi idealizado para que pessoas em processo de ressocialização por atos criminosos tivessem seu passado oculto. Na temática trans, o direito ao esquecimento tem sido considerado na intenção de proteger a intimidade e apagar ou dificultar o acesso de terceiros, por meio virtual, a identidade de gênero atribuída à pessoa antes de sua transição, quando assim ela o desejar (ALVES, 2017).

A indiferenciação e o direito ao esquecimento são, portanto, invisibilidades que podem ser consideradas positivas por alguns indivíduos. O inverso da invisibilidade pode expor a pessoa a riscos e violências letais, pois nem sempre ser percebida pode ser algo positivo se faz parte de um grupo estigmatizado.

Segundo Soares (2005), outra peculiaridade da invisibilidade social seria aquela que é provocada através do preconceito e da indiferença. A primeira anula a pessoa alvo do preconceito e a substitui por uma imagem caricata. A segunda provoca a impossibilidade de o

outro incluir-se entre os demais. O outro não existe, não tem importância, não passa pelo escopo de nossas preocupações e cuidados. São inúmeros os relatos de violência institucional, negligência em unidades de saúde, descaso com os homicídios e o não reconhecimento pelo Estado brasileiro da criminalização da homofobia.

A não existência aqui declarada será melhor desenvolvida adiante com as colaborações de Santos (2007) sobre os não territórios e sub-humanidades.

Uhlein (2012) ressalta que o sujeito invisibilizado passa a ser estereotipado de acordo com o grupo ao qual é posto. Isso acontece seja por sua semelhança física ou outras características. Ele não é entendido como indivíduo único, mas através de rótulos. A autora ressalta que essa situação ocasiona a previsibilidade de suas ações hipotéticas e despertam nos outros atitudes também previsíveis e concretas. Essas atitudes concretas causam sofrimento real para quem é o alvo deste preconceito e seus efeitos deletérios podem ser sentidos pela sociedade (UHLEIN, 2012).

A forma de invisibilização através da imagem mantida pelo rótulo também poderia estar relacionada ao que outros autores chamam de visibilidade negativa. Ela assemelha-se a invisibilidade pelo preconceito, conforme descrito neste texto.

Hallais e Barros (2015), ao refletirem sobre o acolhimento e a produção de cuidado em saúde à população em situação de rua, abordam as visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidades identificadas durante a pesquisa. Eles destacam a associação feita pelo discurso midiático entre a população em situação de rua e a região conhecida como cracolândia. Segundo os autores, estas regiões são consideradas locais degradantes. Assim, estes indivíduos são estigmatizados e as vulnerabilidades a que estão expostos são invisibilizadas. Os autores afirmam que esse processo produz uma visibilidade negativa que interfere no reconhecimento dos indivíduos como sujeitos de direitos. Eles passam a ser vistos como um problema urbano e não como um grupo vulnerável.

Segundo Hallais e Barros (2015), às ações do poder público têm conferido invisibilidades a população em situação de rua quando invisibilizam e silenciam suas demandas e direitos, negando o pertencimento dessas pessoas à sociedade. Outra dificuldade que a população em situação de rua enfrenta e que reforça a invisibilidade é a “indocumentação”, ou seja, a falta de documentação que impede o indivíduo de acessar benefícios sociais e serviços públicos garantidos aos cidadãos (HALLAIS e BARROS, 2015). A dificuldade no acesso é produzida indiretamente através do processo de invisibilização e exclusão da população em situação de rua (HALLAIS e BARROS, 2015).

Posto que elas sejam populações diferentes, pessoas trans e pessoas em situação de rua, apesar de pessoas trans estarem expostas a situação de rua por variados motivos, os apontamentos dos autores evidenciam situações que perpassam as experiências de pessoas trans. Existem discursos midiáticos sobre pessoas trans e apesar de não possuímos referências para julgá-lo como positivo ou não, compreendemos que há visibilidade negativa associada principalmente às travestis e à prostituição, como evidenciado por Hélio Silva em seu estudo sobre as travestis e as transformações do bairro da Lapa, que localizam a travesti como o novo malandro. O silenciamento de suas demandas é expresso pela inabilidade do poder público de proteger a população trans. Sobre a indocumentação, até que ocorra a mudança do registro civil e do sexo são muitos os depoimentos de pessoas que se sentiram humilhadas quando precisaram apresentar documentos que contradiziam sua identidade de gênero, o que pode ser considerado como não possuir uma documentação.

No que diz respeito à saúde, Moreira (2014) aponta as seguintes implicações para saúde de grupos em situação de invisibilidade social: o descumprimento dos princípios doutrinários do SUS e o descaso com suas necessidades e especificidades. É possível afirmar que “para estes, restam a vulnerabilidade, a perda de sua autonomia e de sua humanidade” (ARAÚJO; MOREIRA; AGUIAR, 2013, p. 6). Há outra consequência mais imediata para a vida dessas pessoas. A morte que foi referida anteriormente como simbólica atua em conjunto com a perda de direitos básicos. A estes grupos invisibilizados, resta viver situações que os matam precocemente. Os poucos estudos, registros epidemiológicos e a subnotificação são relacionados como agentes mantenedores da invisibilidade (MOREIRA, 2014; ANTUNES, 2015). Moreira (2014) acrescenta, ainda, a dificuldade de alocação de verbas públicas, materiais e profissionais para o cuidado à saúde das populações devido ao desconhecimento gerado pelas situações citadas.

4.3 Quais são as consequências para a saúde?

Conforme o que foi apresentado sobre a invisibilidade e suas manifestações, torna-se oportuno considerar a relação entre invisibilidade e desigualdade em saúde. A invisibilidade é uma condição que motiva e é motivada pela desigualdade em saúde. Nancy Krieger, professora de epidemiologia social na universidade de Harvard, diz em entrevista a Antunes que é amplamente acordado que as desigualdades sociais em saúde “surgem de relações desiguais entre grupos sociais, definida por relações políticas, sociais e econômicas, e constituem a personificação de exposições evitáveis, injustas e desnecessárias” (ANTUNES,

2015, p. 183). Para Barata (2016), médica e doutora em medicina preventiva, a expressão desigualdade social em saúde aponta necessariamente para situações de injustiça. São injustas por serem situações evitáveis, por ferirem os direitos humanos e por influenciarem nas possibilidades do indivíduo zelar por sua saúde.

Raewyn Connell (2014), cientista social inserida entre os estudiosos pós-coloniais sobre gênero, ao explicar sobre justiça e injustiça nas relações de gênero, afirma que desde os anos 90 a questão da dimensão social da opressão das mulheres começa a ganhar importância a partir da perspectiva do conceito de justiça. Segundo a estudiosa, a discussão foi suscitada através de estudos feministas e suas críticas a obras anglófonas clássicas que dissimulam a questão de gênero em seus estudos. Connell (2014, p. 14) entende a “justiça social como reivindicação de reparação da desigualdade” e os estudos feministas como um pensamento de reivindicação por justiça social.

Segundo Connell (2014), os efeitos das relações de gênero assumem uma multiplicidade de formas. A autora discute quatro delas em relação à justiça social: a desigualdade material, o reconhecimento, a violência e a inclusão social. Quanto ao reconhecimento à igualdade, Connell (2014) assinala a importância do mesmo para mulheres transexuais. Ela afirma que, por vezes, o próprio Estado nega esse reconhecimento ou reconhece de forma a excluir, permitindo a violência pessoal e institucional.

No Brasil, o tipo de reconhecimento das identidades trans segue a via da patologização. Para que a pessoa transgênera tenha acesso a assistência que necessita, é necessário que receba um diagnóstico legitimando sua identidade como um transtorno. Este é o tipo de reconhecimento social aceito pelo Estado para que se responsabilize pelos custos das modificações corporais. Além disso, existe a demora no tempo de espera pelos procedimentos e há, ainda, a procura do ‘transexual verdadeiro’ por parte de alguns profissionais. Todo esse processo e lentidão acabam acarretando mais sofrimento. Portanto, essa pode ser uma inclusão perversa no SUS para algumas pessoas trans.

O nome social enquanto medida paliativa para inclusão de pessoas trans também pode funcionar como um duplo mecanismo. Ele é uma tentativa de incluir e garantir o respeito às pessoas trans. Em contrapartida, há o descumprimento do uso do nome social nas instituições e a dificuldade de mudança do registro civil.

A palavra ‘desigualdade’, em si, não é carregada de juízo de valor e as diferenças nas características dos indivíduos ou grupos sociais são parte da diversidade da vida (BARATA, 2016). Para a autora, entretanto, é corriqueira a tentativa de restringir o processo de produção

de saúde e de doença às características biológicas com intuito de camuflar seu forte conteúdo político.

Barata (2016) propõe refletir a relação entre gênero e outras categorias ao analisar as desigualdades na saúde. Ela aponta uma emergência dos movimentos sociais baseados em questões de identidade cultural e não mais em relação ao local do sujeito na estrutura produtiva. As dimensões de determinação e de mediação dizem respeito ao maior ou menor grau de determinação no processo saúde-doença. No caso do gênero, parte da militância defende que o gênero possui papel determinante no perfil epidemiológico; outros defendem que o gênero é um mediador importante (mas não um determinante) na relação entre posição social e o perfil epidemiológico. Para a autora, as dimensões de determinação e mediação existentes nos processos sociais são de difíceis de desvincular e, assim, localizar hierarquias rígidas nos processos de saúde e doença não é desejável. Cada problema deveria ser analisado conforme o contexto. A categoria gênero pode ocupar tanto o lugar de determinação quanto o de mediação. Observamos que o gênero é uma categoria imposta antes mesmo do nascimento e sua transgressão parece ser determinante na vida de pessoas transgêneras, vide as extremas demonstrações de violência contra a população trans.

As pessoas transgêneras são alvo de diversos tipos de violência: a física, a verbal, a simbólica, entre outras. A agressão física é comum e o Brasil tem se apresentado inseguro para esta população. De acordo com o ‘2º Relatório Sobre Violência Homofóbica 2012’ (BRASIL, 2012), trata-se de um dos grupos de pessoas que mais sofrem agressões no país. Ela ocorre em vários contextos como no ambiente familiar, nas instituições e na rua por estranhos, chegando a impossibilitar a livre circulação dessas pessoas nos espaços públicos. A mesma violência também pode ser observada na tentativa de acesso de pessoas transgêneras aos serviços de saúde. Frequentemente, por medo, não buscam ajuda para seus problemas. Quando procuram ajuda, existe a possibilidade real de violência dentro do serviço de saúde e a negligência de suas demandas (SOUZA et al., 2015).

As noções de justiça e de direito são iminentes à discussão sobre desigualdades sociais em saúde, que são alvo de discussões em diferentes nações, sendo que cada país possui um tipo de proteção social para seu povo. No Brasil, o sistema de proteção é o da seguridade social, que assegura direitos como saúde, previdência e assistência social e é baseada nas noções de cidadania e solidariedade. Isto é, mesmo sob o sistema capitalista, o Estado reconhece os direitos sociais inerentes à cidadania de todos os brasileiros sem distinção de qualquer espécie (PAIM, 2009). A constituição adotou um conceito ampliado de saúde e orientou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Por sua vez, o SUS tem como

princípios para o direcionamento de suas ações a universalidade, a integralidade e a equidade (BARATA, 2016). Moreira (2014) aponta que o descumprimento dos princípios doutrinários do SUS e o descaso com necessidades e especificidades têm implicações para saúde de grupos em situação de invisibilidade.

As desigualdades em saúde também são estabelecidas por disparidades nas relações de poder entre grupos (ANTUNES, 2015). Araujo e Cardoso (2007) tratam da importância da distribuição de poder na comunicação com intuito de tornar mais equilibradas as relações. Aqui existe uma ligação entre desigualdade em saúde, grupos vulneráveis, comunicação e visibilidade. Trata-se do poder simbólico, "poder de fazer ver e fazer crer" (BOURDIEU, 1989, p.14). No campo da saúde, algumas vozes podem ser consideradas mais autorizadas do que outras para tratar de temas específicos. Elas têm maior "poder de constituir a realidade". Trata-se do poder simbólico, "poder de fazer ver e fazer crer" (BOURDIEU, 1989, p.14). Assim, guardam condições de (in) visibilizar temas, grupos de pessoas e teorias, orientam investimentos públicos e influenciam políticas públicas.

Para articular a invisibilidade, a comunicação e a desigualdade no campo da saúde, o sociólogo Boaventura de Souza Santos (2007) nos auxilia ao explicar como as linhas abissais fundadas pelo colonialismo perduram, mesmo que em outros formatos, no pensamento moderno ocidental. Ele argumenta que o pensamento moderno ocidental é um pensamento dicotômico: "um pensamento abissal". Santos contrasta a realidade social em diferenças visíveis e invisíveis através de linhas radicais, a ponto de o lado invisível tornar-se ininteligível. Para ele, a característica de maior relevância desse tipo de pensamento é a impossibilidade desses lados existirem concomitantemente. "O universo 'deste lado da linha' só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética" (SANTOS, 2007, p. 71). Trata-se de um pensamento que produz extremidades.

A negação do pensamento abissal como fundante da inexistência demonstra o pertencimento da inexistência ao próprio pensamento abissal (SANTOS, 2007). Para um lado da linha se afirmar como universal é preciso que se negue o outro lado. Assim, o autor complementa que existem sub-humanidades, seres humanos que não são nem considerados à inclusão social. As sub-humanidades encontram-se em não territórios em termos jurídicos e políticos:

nas discriminações sexuais e raciais, quer na esfera pública, quer na privada: nas zonas selvagens das megacidades, nos guetos, nas prisões, nas novas formas de escravidão, no tráfico ilegal de órgãos humanos, no trabalho infantil, na exploração da prostituição. (SANTOS, 2007, p. 76).

Esse pensamento mantém a desigualdade na medida em que dissimula a sua ação fundadora de extremos. Assim, entre esses não territórios, quando pensamos em pessoas trans, encontram-se as mais vulnerabilizadas. Suas vivências só começam a aparecer através de denúncias por ativistas em redes sociais.

De acordo com Santos (2007), entre as manifestações mais eficientes do pensamento abissal estão o conhecimento e o direito modernos. No campo do conhecimento, define-se a ciência ou a verdade científica como dominante em detrimento da razão e da fé. O autor complementa que do outro lado da linha não existe conhecimento real e resta meramente e, na melhor das hipóteses, tornar-se objeto do interesse científico. A inexistência pertence aos saberes populares, às crenças, aos saberes constituídos a partir da intuição ou da subjetividade, e entre outros que não são abarcados pela ciência, religião ou filosofia.

No campo do direito moderno, considera-se aquilo que é legal ou ilegal de acordo com o Estado, o detentor do direito oficial ou do direito internacional. Do lado da inexistência, estão os territórios sem lei ou a-legais e tudo que não é reconhecido oficialmente como legal ou ilegal.

Santos (2007) assinala que a ciência é atualmente a forma de conhecimento privilegiado na sociedade. Em nosso país, para ter acesso a mudanças corporais e a possibilidade de reconhecimento do seu gênero é necessário acessar a parafernália da saúde e receber um diagnóstico que constate a transexualidade. Muitas vezes, esse diagnóstico é exigido também pelo poder judiciário para a mudança de registro civil. Nem todas as pessoas têm a possibilidade de acessar esses serviços e muitas se encontram em situações que as deixam vulneráveis. Entre elas, situações que ameaçam a sua saúde.

4.4 Uma nova construção epistemológica

Com o que foi exposto até o momento, são necessários novos olhares sobre práticas cristalizadas para a promoção do cuidado das pessoas trans.

Hallais e Barros (2015) propõem que, diante do quadro de visibilidades e invisibilidades que configuram experiências de “não existência”, é preciso conferir uma hipervisibilidade ao cuidado destas pessoas. Para eles, a hipervisibilidade deve ser baseada numa relação de troca, acolhimento e reconhecimento do outro como protagonista do próprio processo saúde-doença.

Como proposta de contribuição para a solução desses problemas, Moreira (2015) apresenta as políticas equitativas e o conceito de equidade em saúde⁷. As políticas seriam “um meio para se alcançar a igualdade” (MOREIRA, 2014, p. 40) através do reconhecimento e do tratamento alinhado às especificidades de grupos vulneráveis.

A visibilidade afeta a participação e o controle social, pois “é determinante na construção e manutenção do lugar de fala dos indivíduos no espaço público e no mercado simbólico” (MOREIRA, 2014, p. 44). Por essa razão, é proposto o combate da negligência em saúde através da articulação da defesa do direito à comunicação e à saúde e de fatores relacionados à visibilidade como “reconhecimento, participação social, inclusão nas estatísticas que geram decisões políticas e públicas, autonomia e cidadania” (MOREIRA, 2014, p. 45).

Nesse contexto, emerge a discussão do direito à comunicação como indissociável do direito à saúde. Os princípios doutrinários do SUS são discutidos a partir da premissa de Araujo e Cardoso (2007, p. 60): “comunicação só pode ser assim chamada em sua plenitude quando concebida e aplicada como redistribuição do poder de as pessoas se expressarem e serem levadas em consideração [...]”. Ao considerar essa premissa, entendemos que a possibilidade de uma comunicação plena por determinados grupos é determinante para que se tenha saúde. Na concepção de ‘Comunicação e Saúde’, proposta por Araujo e Cardoso (2007, p. 64), o princípio da universalidade (o primeiro e mais abrangente princípio do SUS) faz com que a comunicação seja vista como um direito de todos. A relação com o princípio da integralidade pode ser caracterizada pelo reconhecimento das múltiplas dimensões da comunicação em sua inteireza. Por último, a relação com o princípio da equidade é marcada pela percepção de uma comunicação que respeite as diferenças, sempre de maneira contextualizada e com intuito de equilibrar as relações na busca de comunicação equitativa. Assim, concluímos que a comunicação, percebida e praticada como direito a saúde é uma forma de resistência à invisibilidade social.

Santos (2007) apresenta a proposta de outra construção epistemológica baseada nas sociologias das ausências e emergências, que evidenciam não apenas a invisibilidade e a exclusão, mas também a resistência à violência que estas produzem. Como o próprio autor alerta, esta não é uma tarefa fácil de ser implementada, pois o pensamento abissal é parte fundante do mundo pós-colonial e muitas questões são levantadas em torno de uma ecologia

7 Em seu uso contemporâneo, o conceito contrapõe-se a iniquidade. Atualmente, é entendido e ancorado nas ideias de igualdade e de justiça. A partir disso, reconhece-se a diferença e as diversas necessidades dos cidadãos (MOREIRA, 2014).

de saberes. Contudo, Santos (2007), ao propor um pensamento pós-abissal e em constante autorreflexão, convida a uma participação solidária, coletiva e atenta aos erros cometidos no passado. Nesse sentido, subverter a lógica que se impõe no mundo pós-colonial nos parece um ponto nevrálgico para que ocorram mudanças no quadro de desigualdades sociais.

4.5 Algumas reflexões sobre invisibilidade

Estamos cientes que há outras possibilidades de discussão a respeito da invisibilidade e transgeneridade, mas esperamos ter contribuído em alguma medida para o debate sobre o tema. Podemos concluir que a invisibilidade social é um fenômeno multifacetado, histórico, contextual e que age em conjunto com processos de exclusão. Como processos de exclusão, estamos nos referindo às bases estruturais de desigualdade. A invisibilidade social, portanto, atua nas materialidades, tanto quanto nas subjetividades.

Durante a elaboração deste capítulo, compreendemos que a palavra invisibilidade não pode ser utilizada como equivalente ao termo ‘invisibilidade social’. Este último foi entendido como um conceito, logo, quando utilizado remete a referências teóricas específicas. Por consequência, utilizaremos em trabalhos futuros o termo invisibilidade social quando quisermos fazer referência ao conceito e os termos visibilidade, invisibilidade e hipervisibilidade quando estivermos nos referindo ao que a palavra dicionarizada remete. Essas últimas podem ser positivas ou negativas a depender do contexto. Quando negativas, podem ser desdobramentos da invisibilidade social.

Outra compreensão importante é a de que os sujeitos não são invisíveis e sim invisibilizados. Ser alvo da invisibilização é que caracteriza a invisibilidade social dos grupos. Temos a percepção que a invisibilidade social é algo que afeta grupos de pessoas. Então, apesar de agir sobre o indivíduo e sobre a subjetividade, é um fenômeno que atinge coletividades. A dedução sobre a invisibilidade afetar coletividades nos parece viável a partir das leituras de Santos (2007) e Soares (2005). O primeiro por tratar de um tipo de pensamento que afetaria todo o ocidente e seu passado colonial. O segundo por explicitar a herança desse mesmo passado.

Como indicado por Moreira (2014), a invisibilidade social ganha novo contorno em um contexto de extrema mobilidade informacional, seja na subjetividade do indivíduo invisibilizado e por vezes excluído desse processo, seja na ideia coletiva ou visibilidade negativa que pode ser gerada e “viralizada” dentro desse contexto. No entanto, não é a tecnologia responsável pelo bem ou pelo mal, mas os poderes que já atuam na sociedade.

A transgeneridade parece estar cada vez mais visível nas redes sociais, na televisão, no teatro, no cinema, no rádio etc. Em contrapartida, não é possível afirmar que essa visibilidade seja positiva em sua totalidade e que o grupo “pessoas trans” não sofra com a invisibilidade social por conta disso. Principalmente, quando discursos opostos a ideia de diversidade surgem e ganham força de lei.

Apesar de utilizarem termos e conceituações diferentes devido ao foco que pretendem, os autores se aproximam em suas ideias. A invisibilidade pública e a invisibilidade social não são excludentes. A invisibilidade pública pode ser subjacente à invisibilidade social.

Finalmente, a cor da pele é um dado primordial a ser tratado. Uma vez disseram: “a travesti é preta e pobre e a transexual é branca e rica”. Independente da palpabilidade da afirmação, não há como negar os efeitos do racismo no Brasil. De forma geral, pessoas negras têm os piores salários, os piores empregos, menor expectativa de vida, pouca representação positiva na mídia, poucas oportunidades, ou seja, piores condições de vida em relação à população branca. Logo, uma pessoa trans negra tem outras experiências ligadas à invisibilidade social. Um aprofundamento a respeito do racismo no Brasil nos parece coadunar com as ideias de Santos (2007), ao tratar do pensamento abissal e a herança colonial.

5 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste capítulo, descrevemos os pormenores do caminho teórico-metodológico, incluindo nossas decisões metodológicas e teóricas e os respectivos motivos que embasaram essas escolhas.

5.1 Processo de produção de dados

Nesta pesquisa, consideramos somente artigos científicos de periódicos indexados pelas fontes de informação SciELO Citation Index (SciELO CI), Web Of Science (WOS) e SCOPUS. A busca foi composta pelo termo proveniente do Descritores de Ciências da Saúde (Decs) e complementada por linguagem natural a partir de análise da leitura dos próprios textos que embasaram a revisão teórica, sem restrição de período inicial, ou seja, o período final foi o disponível em cada uma destas fontes no dia dezesseis de agosto do ano 2017. Outro critério de restrição foi a afiliação brasileira de pelo menos um autor. Como último critério, o corpus foi constituído por artigos que abordavam a transgeneridade; o que significa que aqueles que foram recuperados, mas o foco não era a transgeneridade foram eliminados.

A escolha por essas fontes multidisciplinares ocorreu por entendermos que as fontes chamadas especializadas como a Medline poderia apresentar o viés biomédico mais acentuado. Entendendo que a saúde é um assunto complexo que perpassa toda a experiência humana, necessita da cooperação de diferentes disciplinas na reflexão de suas demandas, problemas, atividades e etc. As fontes multidisciplinares foram uma opção apropriada para se obter um corpus heterogêneo.

Devido à relevância dessas fontes para a pesquisa, trataremos de aspectos de cada uma delas que justificaram nossas escolhas.

Inicialmente, a SciELO foi escolhida por ser uma biblioteca eletrônica que reúne periódicos científicos em acesso aberto na internet. Foi criada com o intuito de atender às necessidades de comunicação científica dos países em desenvolvimento, possibilitando acesso universal e visibilidade para a produção científica destes países. Ela é fruto da cooperação entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) (PACKER et al., 2014). Quanto às áreas do conhecimento que a biblioteca SciELO engloba, estão contempladas todas as áreas do conhecimento científico. No entanto, há significativa

diferença dentre os números de periódicos indexados de cada área sendo as áreas das Ciências da Saúde e Humanas as que possuem mais periódicos indexados (PACKER et al., 2014).

Para os estudos indexados na SciELO, descarregamos os dados após a busca no portal da própria fonte de informação (scielo.org). Entretanto, ao exportarmos estes dados para uma planilha eletrônica, o campo autores aparecia “truncado”. No tempo disponível do mestrado, não seria possível fazer a limpeza manualmente e, por isto, optamos pela utilização da SciELO CI.

A SciELO CI é produto da parceria do Programa SciELO / FAPESP com a Thomson Reuters e começou a funcionar em janeiro de 2014. Ela compartilha os mesmos recursos disponíveis na WOS e a acessamos via portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela interface da Web Of Science (PACKER et al., 2014).

A WOS⁸ é o que se convencionou chamar o conjunto de bases de dados compiladas pelo Institute for Scientific Information (ISI), conhecido também como Science Citation Indexes (Science Citation Index, Social Science Citation Index e Arts and Humanities Citation Index). Ela reúne, ainda, mais duas bases: a Current Chemical Reactions e a Index Chemicus. Estas últimas não foram utilizadas, pois não abrangiam o interesse da pesquisa. Idealizada e mantida pela Thomson Reuters Scientific, possui uma vasta gama de documentos. Dentre eles, estão artigos, patentes e conferências que abarcam todas as áreas do conhecimento científico. O acesso a WOS foi realizado via portal de periódicos da Capes.

A Scopus⁹ é uma base de dados de citações e resumos mantida pela Elsevier. Ela indexa mais de 21.500 periódicos, alguns são de acesso aberto. É uma base multidisciplinar e a maior parte de seu conteúdo é das Ciências da Saúde, seguida das Ciências Físicas, Sociais e da Vida. Dentre os documentos disponíveis, constam artigos, livros, monografias e conferências. O acesso a Scopus seguiu o mesmo procedimento descrito para a WOS.

A fim de explorar o procedimento metodológico, foram elaboradas estratégias por meio de testes de busca nas fontes que foram utilizadas. Na WOS, os termos de busca foram aplicados para o campo “tópico”, que procura os termos nos campos de título, resumo e palavra-chave do autor e palavra-chave. Como filtro, foi empregado o “endereço” que

8 Universidade do Porto. Web of Science – Tutorial. Biblioteca virtual. Disponível em: <https://sigarra.up.pt/up/en/web_gessi_docs.download_filep_name=F1355807798/Tutorial_WebofScience20050708.pdf/>. Acesso em: 7 de abr. de 2017.

9 Editora Elsevier. Folheto Scopus. Disponível em: <https://www.elsevier.com/__data/assets/pdf_file/0004/245803/0031-Scopus-Global-Research-Factsheet-A4-v4-POT.pdf>. Acesso em: 7 de abr. 2017.

identifica a afiliação dos autores a instituições de determinado país. Neste caso, foram utilizados os valores “Brasil OR Brazil”. Este procedimento foi realizado de forma idêntica na Scielo CI.

Na Scopus, os termos de busca foram utilizados no campo “Article title, Abstract, Keywords” que busca simultaneamente título, resumo e palavra-chave. E no campo “Affiliations country”, foi inserida a palavra “Brazil”.

Abaixo, segue um quadro que sintetiza as estratégias de busca detalhadas das fontes de informação utilizadas. Todas as buscas foram realizadas no dia 16 do mês de agosto do ano de 2017, sem restrição de data inicial.

Ilustração 1 - Quadro com a Estratégia de busca

Fonte	Estratégia de busca
Scopus	TITLE-ABS-KEY (travesti* OR transwomen OR transmen OR transwoman OR transman OR transgender* OR transexual* OR transsexual* OR "gender disphoria" OR "gender identity disorder" OR "gender dysphoria" OR "gender reassignment") AND AFFILCOUNTRY (brasil OR brazil)
Scopus	TITLE-ABS-KEY (gender AND ("non-binary" OR "non binary") OR "gender-variant*" OR "gender variant*" OR "two-spirit*" OR "two spirit*") AND AFFILCOUNTRY (brasil OR brazil)
Fonte	Estratégia de busca
WoS	Tópico: (travesti* OR transwomen OR transmen OR transwoman OR transman OR transgender* OR transexual* OR transsexual* OR "gender disphoria" OR "gender identity disorder" OR "gender dysphoria" OR "gender reassignment") AND Endereço: (Brasil OR Brazil) Índices=SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI, CPCI-S, CPCI-SSH, ESCI Tempo estipulado=Todos os anos
WoS	Tópico: (gender AND ("non-binary" OR "non binary") OR "gender-variant*" OR "gender variant*" OR "two-spirit*" OR "two spirit*") AND Endereço: (Brasil OR Brazil) Índices=SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI, CPCI-S, CPCI-SSH, ESCI Tempo estipulado=Todos os anos
Fonte	Estratégia de busca
Scielo CI	Tópico: (travesti* OR transwomen OR transmen OR transwomen OR transman OR transgender* OR transexual* OR transsexual* OR "gender disphoria" OR "gender identity disorder" OR "gender dysphoria" OR "gender reassignment" OR "gender affirming" OR "gender incongruence") AND Endereço: (Brasil OR Brazil) Índices=SCIELO Tempo estipulado=Todos os anos
Scielo CI	Tópico: (gender AND ("non-binary" OR "non binary") OR "gender-variant*" OR "gender variant*" OR "two-spirit*" OR "two spirit*") AND Endereço: (Brasil OR Brazil) Índices=SCIELO Tempo estipulado=Todos os anos

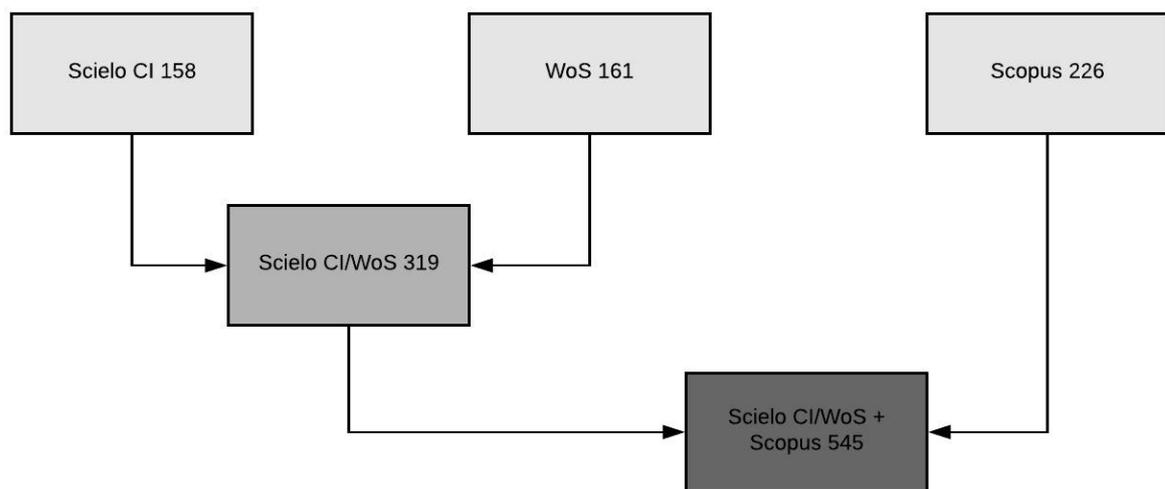
Fonte: Elaboração própria

Os resultados das buscas foram descarregados de cada uma destas fontes em formato de texto completo e exportados para seis arquivos distintos. Os arquivos foram importados

para a ferramenta de mineração de dados Vantage Point¹⁰, disponível no Laboratório de Informação Científica e Tecnológica em Saúde do Instituto de Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Lict/Icict), para os integrantes do grupo de pesquisa Estudos de informação, do qual faz parte a autora desta dissertação.

Num primeiro momento, os arquivos de cada fonte foram unidos, totalizando 3 arquivos. Em seguida, o arquivo da fonte de informação WoS foi unido ao da SciELO CI. Não foi necessário padronizar os campos das fontes, pois eram os mesmos em ambas. Por fim, houve uma compatibilização dos campos (autor, instituição, data de publicação, título, resumo e palavras-chave) da SCOPUS para que fosse possível unir os resultados desta fonte ao arquivo anterior resultante da fusão da Wos com a SciELO. Em seguida, está o fluxograma das junções com o total de estudos em cada momento.

Ilustração 2 - Fluxograma das junções das referências por fonte de informação



Fonte: Elaboração própria

Após as junções, foi possível realizarmos a exclusão dos documentos duplicados. Apesar de o Vantage Point permitir a exclusão automática das duplicações, foi necessário fazermos algumas exclusões manualmente, porque encontramos duplicações remanescentes não excluídas pelo programa. Esta última fase de exclusão ocorreu na fase de limpeza dos dados e de categorização dos artigos.

10 Software de análise de dados.
https://www.thevantagepoint.com/data/documents/VP_General_Overview_2016.pdf

Posteriormente, serão apresentados os resultados encontrados e as respectivas discussões. Nossa intenção foi realizar uma contextualização da produção científica sobre a transgeneridade através da criação de um panorama e utilizá-lo para a análise de assunto.

5.2 Panorama: contextos de produção

Foram considerados os seguintes dados para criação do panorama: as áreas do conhecimento, os autores, as instituições e os países.

As áreas do conhecimento foram determinadas a partir da lista disponibilizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Para classificar a área de cada estudo, foram utilizadas as classificações fornecidas pelas fontes de informação. Depois, os estudos foram agrupados nas áreas do CNPq manualmente.

Para a qualificação dos autores mais produtivos, foi realizada uma busca nominal pela Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/>) a fim de identificar área do doutorado e áreas de atuação, pois as fontes só indicam a afiliação. Os autores estrangeiros que aparecem entre os primeiros autores, porém sem afiliação brasileira e/ou Lattes foram excluídos do panorama: Robert Grant, Albert Liu, David Glidden, Vanessa McMahan, Juan Guanira, Kenneth Mayer, Linda-Gail Bekker, Suwat Chariyalerstak, Rivet K Amico, Peter Anderson e Susan Buchbinder.

Em relação às instituições, foi utilizado o recurso de desambiguação do *Vantage Point* para agrupar as instituições. Após essa fase, foi necessário agrupar as instituições manualmente. Este estágio foi necessário devido ao grande número de siglas, abreviações e nomes em idioma estrangeiro que esses campos podem apresentar. Para tanto, foram levadas em consideração as instituições e não seus institutos e laboratórios. O mesmo processo foi realizado com os países.

5.3 Análise de Assunto

Para a análise dos artigos obtidos nas buscas, foi utilizada a análise de assunto. De acordo com Dias e Naves (2013), a análise de assunto é uma etapa, ou ainda, a primeira etapa do tratamento temático da informação. Por sua vez, o tratamento temático é um tipo de tratamento da informação que tem como objetivo descrever o conteúdo do documento. Ele possui reconhecida importância para bibliotecas e sistemas de recuperação da informação. Assim, segundo os autores, a análise de assunto constitui-se na atividade de leitura para extrair conceitos que melhor representem o conteúdo expresso em um documento.

Dias e Naves (2013) propõem que a análise de assunto seja realizada em três etapas das quais duas foram empregadas: a leitura técnica e a extração de conceitos. Para a análise desta dissertação, acreditamos que a leitura técnica e a extração de conceitos seja suficiente para cumprir os objetivos traçados para a pesquisa. Devido ao tempo e aos recursos, as bibliotecas elaboraram o que se convencionou chamar de leitura técnica. Ela consiste em ler partes do documento onde serão encontradas informações relevantes para a identificação dos assuntos (DIAS; NAVES, 2013). Nesta pesquisa, foram utilizadas as seguintes partes dos artigos científicos: título e subtítulo, resumo e palavras-chave.

Dias e Naves (2013) assinalam que o título e o subtítulo de um documento são importantes para a leitura técnica, pois, na maioria das vezes, pretendem sintetizar a ideia do que é tratado no texto. Ainda, o subtítulo pode pretender caracterizar melhor o conteúdo e complementar o título. Eles sugerem que o resumo é também uma tentativa de sintetizar o texto, mas com a vantagem de apresentar informações adicionais do que é apresentado no título e no subtítulo devido a sua extensão. As palavras-chaves podem auxiliar ao apresentar abstrações do que é importante no texto. Essas abstrações podem ser realizadas pelos autores ou pela base de dados.

Para a extração de conceitos com o propósito de determinar o assunto de um texto, existe a necessidade de considerar três aspectos interdependentes que permeiam toda essa etapa: conceito, assunto e contexto (DIAS E NAVES, 2013). Segundo os autores, para esta fase da análise é necessário o domínio do que seria o conceito. Eles os definem como um “conjunto de características, que são os elementos dos conceitos e traduzem os atributos das coisas designadas” (DIAS; NAVES, 2013, p. 56). Complementam, ainda, que categoria é a característica mais geral do conceito.

O assunto é o produto da extração de conceitos e a representação do conteúdo do documento (DIAS E NAVES, 2013). Segundo os autores, não é trivial entender a noção de assunto, pois em alguns casos o assunto de um documento pode apresentar descrições diferentes e igualmente precisas ou apresentar mais de um assunto. Outros motivos podem adicionar complexidade à tarefa como a compreensão do conteúdo, a indistinção dos gêneros literários, a avaliação da importância e a confusão entre assunto e ideia principal, a nomenclatura e a própria complexidade do assunto. Dias e Naves (2013) discorrem que para definir o assunto sempre se deve considerar o contexto de produção em que está inserido o documento.

O contexto é apresentado como descrições típicas dos documentos e que podem ser observadas durante a leitura técnica (DIAS E NAVES, 2013). A informação contextual pode

incluir desde dados sobre o documento até a informação sobre o ambiente de recuperação do documento. Os autores apontam que as descrições contextuais mais comuns são autor e data de publicação.

Por fim, Dias e Naves (2013) apontam que todas as etapas da análise de assunto consistem em um trabalho essencialmente intelectual e estão suscetíveis a interferências relacionadas ao responsável pela tarefa. Entre os fatores que irão influenciar no resultado da análise, encontram-se o conhecimento prévio e a experiência sobre o tema e a subjetividade, além de elementos linguísticos, cognitivos e lógicos.

Em nossa pesquisa, os assuntos foram criados com intuito de propiciar o modo de visibilidade conferida às pessoas trans pela produção científica brasileira que consta nessas fontes de informação. Eles foram definidos a partir do Thesaurus da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization ou Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em português (UNESCO), uma vez que o DECS não dava conta do conjunto de termos que representassem o conteúdo dos textos analisados. Em nossa tentativa inicial, foi observado que por suas características o DECS tornaria ainda mais invisível a especificidade do que queríamos tratar. O Thesaurus da Unesco, disponível no site da Unesco é uma lista hierarquizada, controlada e multidisciplinar de termos que podem ser utilizados para análise de assuntos¹¹.

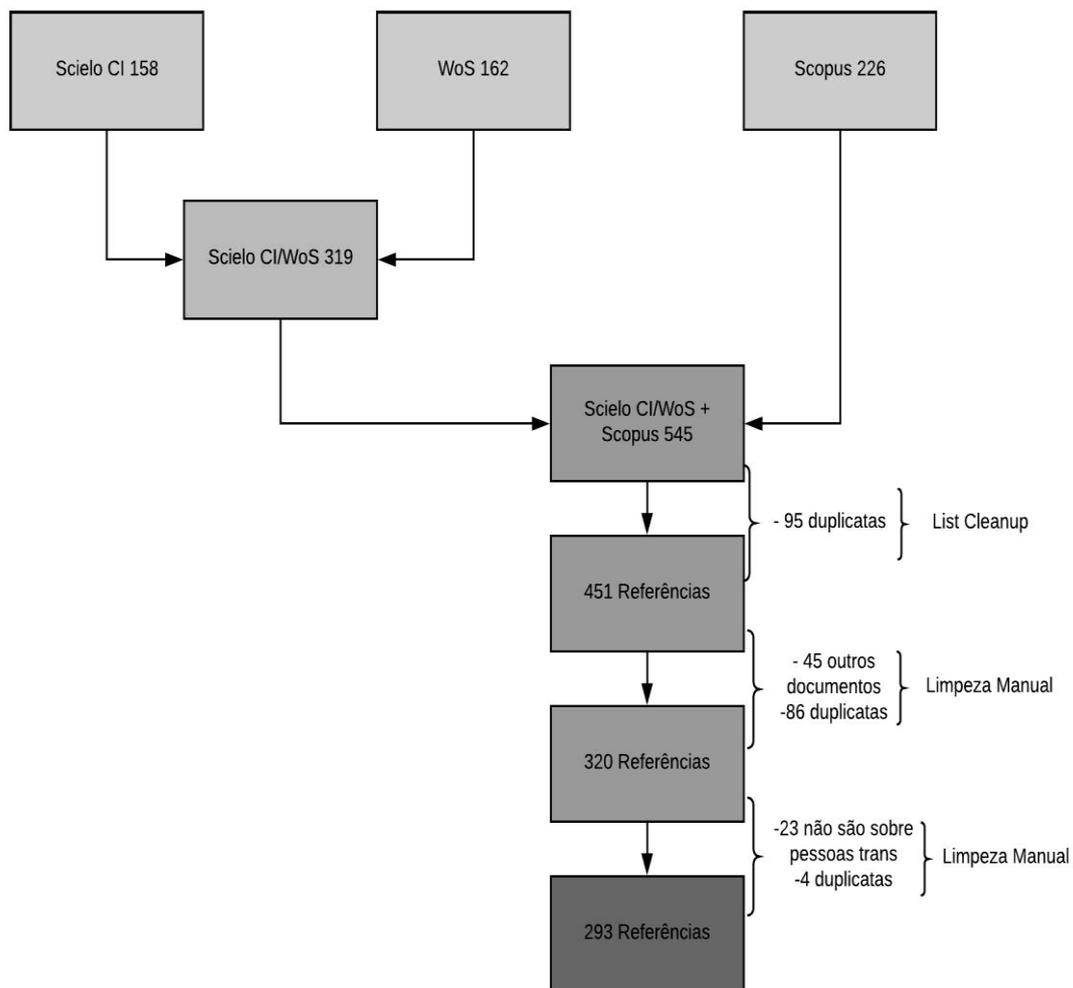
Para tanto, foi exportado do Vantage Point uma planilha com todos os metadados dos artigos e acrescidas em três colunas: uma para explicitar do que se trata cada artigo e as outras duas para categorizá-los de acordo com a lista de termos do Thesaurus da UNESCO. Após esta categorização, importamos novamente a planilha para o VP a fim de construir os gráficos e tabelas constantes do capítulo de resultados apresentado a seguir.

11 Sobre o Thesaurus da Unesco: <<http://vocabularies.unesco.org/browser/en/about>>

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O corpus da produção científica brasileira sobre transgeneridade resultante da metodologia adotada é de 293 artigos. O panorama apresentado diz respeito ao período das publicações, às instituições de ensino e pesquisa, aos autores e às áreas do conhecimento em que os artigos estão inseridos. Assim, podemos visualizar o contexto de produção das pesquisas para utilização nas análises que realizamos. Abaixo um fluxograma com as fases e resultados de cada fonte de informação.

Ilustração 3 - Fluxograma de exclusões

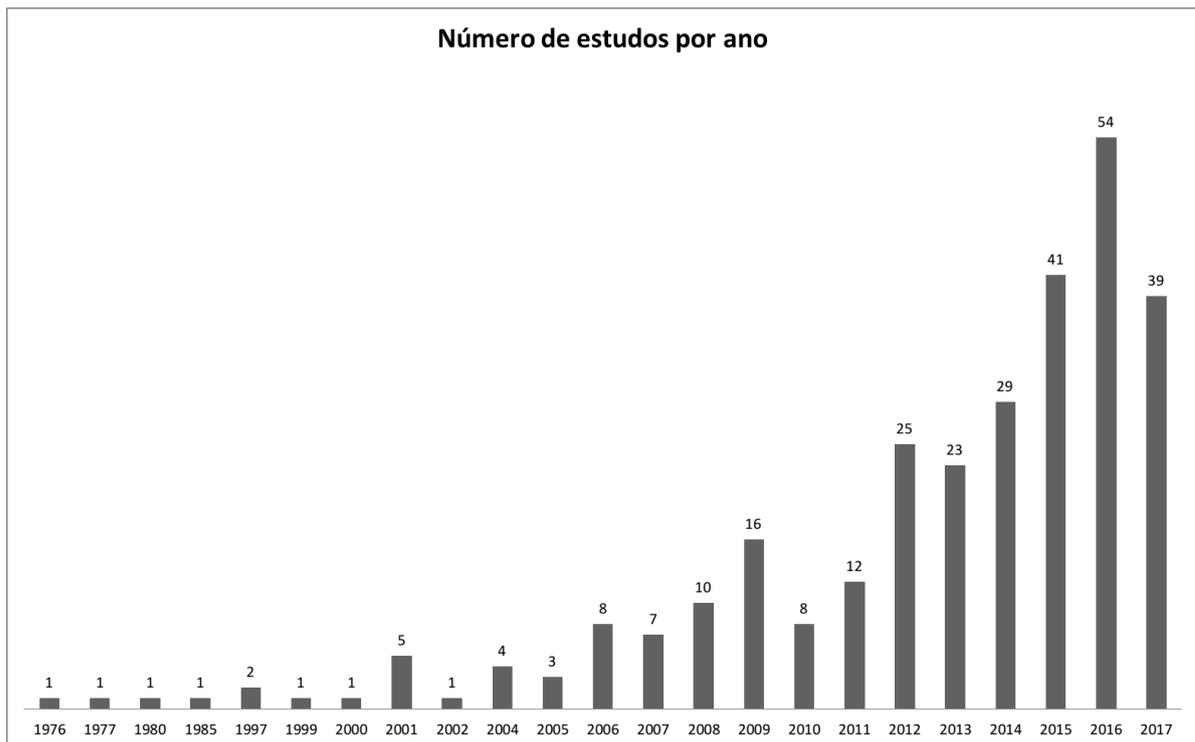


Fonte: Elaboração própria

6.1 Panorama: contextos de produção

O período do corpus compreende os anos de 1976 a 2017 conforme o Gráfico 1. De 1976 a 2005, o número de artigos publicados por ano foi de no máximo 5. A partir de 2006, houve um crescimento e estabilização no número de publicações com pequenas variações até 2011. Nesse período, o ano de 2009, com 20 artigos, é o que possui mais publicações. Em 2012, houve um aumento de 94% no número de estudos em relação ao ano anterior, mantendo-se com pequenas variações até o ano de 2014. Em 2015, ocorreu um novo pico de crescimento, chegando até 66,7% a mais do que 2014, ano com o maior número de artigos do período. O ano com maior número de publicações sobre transgeneridade é 2016 com 64 estudos, seguido por 2015 com 55 e 2017 com 41 estudos, considerando que a busca foi realizada em agosto do mesmo ano.

Ilustração 3 - Gráfico dos estudos distribuídos por ano.



Fonte: Elaboração própria

Algumas conquistas concomitantes no campo da saúde e dos direitos humanos merecem destaque e podem estar relacionadas à configuração desse período. No ano de 2004, foi instituído o dia da visibilidade trans através do Movimento LGBT e do Ministério da Saúde no Congresso Nacional. Esse dia tem o objetivo de incrementar a visibilidade da população, promover o respeito aos direitos das pessoas trans e assumir a luta contra a

epidemia de HIV/AIDS. Em 2008, houve a inclusão do processo transexualizador no SUS, que regulamenta os procedimentos de readequação sexual (BRASIL, 2015). Em 2011, foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). A política visa à eliminação das desigualdades em saúde e entende a orientação sexual e a identidade de gênero como determinantes sociais da saúde. Em 2012, foi desenvolvida uma campanha (BRASIL, 2016) em parceria com o Ministério da Saúde e o extinto Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos com intuito de facilitar o atendimento integral e humanizado da população trans e o uso do nome social. Neste mesmo ano, foi lançado o II Relatório sobre violência homofóbica no Brasil (BRASIL, 2012) que trouxe dados sobre a violência ao qual pessoas trans estão sujeitas.

Todos esses marcos, que demonstram conquistas da luta de movimentos sociais e uma expansão verticalizada das ações em direção ao Estado conforme Alvarez (2014) podem estar atuando em conjunto para o aumento do interesse dos cientistas pela temática. O ano da inclusão do processo transexualizador no SUS foi seguido do ano com maior número de publicações no período. Assim, é razoável que tenham estudos voltados para a temática do processo transexualizador. O ano de 2012, que sucedeu a aprovação da PNSI-LGBT, com expressivo aumento das publicações, também pode estar ligado a este interesse, inclusive a política faz referência direta ao incentivo a pesquisas. O tema da despatologização, com importantes publicações nos últimos anos, a exemplo da publicação no *The Lancet*¹² que discute a mudança da classificação médica pela OMS, pode estar influenciando o aumento nas pesquisas.

As áreas do conhecimento dos artigos, determinadas a partir da lista de áreas do conhecimento do CNPq, estão dispostas na Tabela 1 abaixo:

12 Para ler o artigo de opinião [http://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366\(16\)30165-1/fulltext](http://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366(16)30165-1/fulltext)

Tabela 1 - Área do conhecimento versus números de referências

Área do Conhecimento - CNPq	Número
Ciências da Saúde	102
Ciências Humanas	92
Ciências Biológicas	3
Linguística, Letras e Artes	19
Ciências Sociais Aplicadas	11
Ciências exatas e da Terra	5
Outros	70

Fonte: Elaboração própria

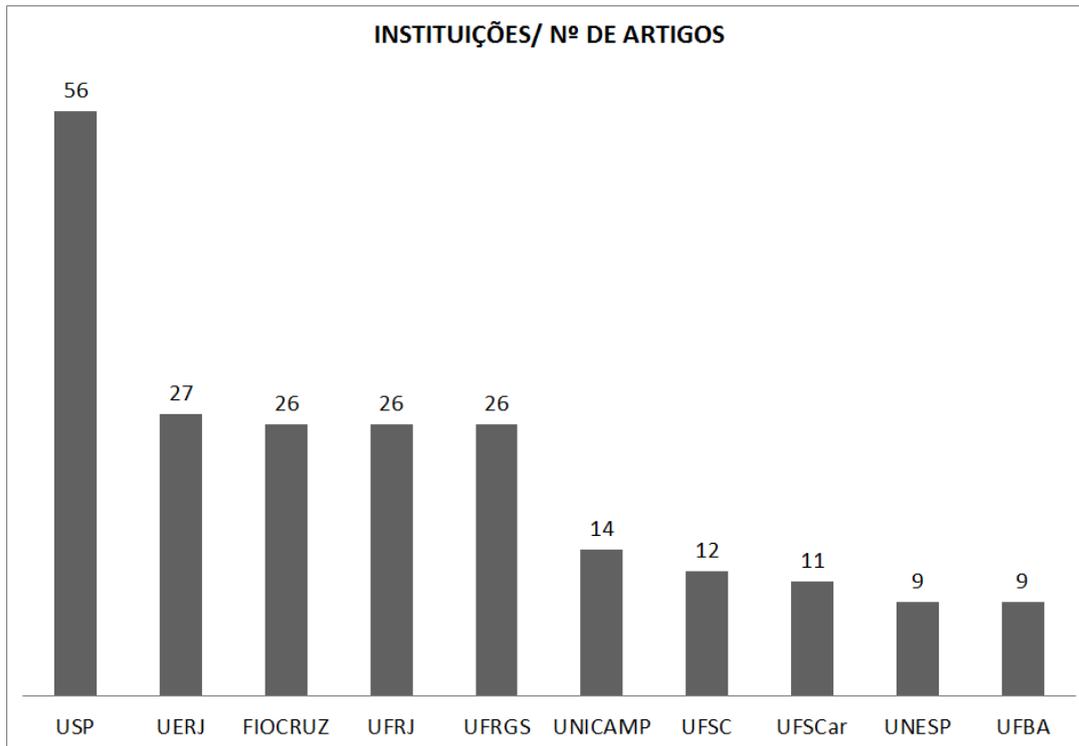
Ressaltamos que a grande área denominada denominado Ciências da Saúde engloba estudos de Saúde Coletiva, cirurgias, clínica médica, entre outros, demonstrando a diversidade de estudos sobre transexualidade na área da saúde. A Saúde Coletiva se destaca com mais da metade dos trabalhos na área e se trata de um campo com forte influência das Ciências Sociais.

Ciências Humanas engloba entre outras áreas: Psicologia, Antropologia, Sociologia e História. Dentre os estudos que constam nessa área, 62% são de Psicologia. Esse montante demonstra, como citado por Bento (2008), a tradição das áreas que tratam da dimensão psicológica dos processos sociais e humanos na consideração da relevância desse tema.

As Ciências Sociais aparecem de três formas: em 36% (25 artigos) dos estudos correspondentes à área “Outros”, na grande área Ciências Sociais Aplicadas e na área de Ciências Humanas. Podemos dizer que esses dados demonstram, novamente, a presença das Ciências Sociais que ocupa o terceiro lugar em número de trabalhos. Outro dado que chamou nossa atenção foi sobre a área Ciências Exatas e da Terra. Ela contempla áreas de pesquisa como física e geografia. Contudo, os estudos parecem não corresponderem a estas áreas.

Na ilustração 4 pode-se ver as 10 instituições brasileiras que mais publicaram estudos sobre o tema.

Ilustração 4 - Gráfico das instituições que mais publicaram artigos.



Fonte: Elaboração própria

Sobre as instituições com mais publicações, as dez primeiras são públicas estaduais e federais. Segundo Sidone et al. (2014), a concentração de pesquisa em universidades é um padrão típico de países em desenvolvimento. A localização espacial das universidades também aponta para um padrão. Elas estão majoritariamente localizadas nas Regiões Sul e Sudeste. Essa distribuição ocorre na pesquisa brasileira de uma forma geral (SIDONE et al, 2014).

A primeira colocada, a Universidade de São Paulo (USP), tem mais que o dobro da produção da segunda colocada, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Segundo Sidone et al. (2014), a USP é a instituição com a maior produção científica concentrada no país. Na época, possuía um quarto de toda a produção brasileira, seguida pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A UERJ possui um dos hospitais referência no atendimento de pessoas transgêneras, o Hospital Pedro Ernesto. Os estudos podem demonstrar a tradição da universidade no atendimento a pessoas trans e serem estudos anteriores à crise atual de financiamento. O hospital foi o único credenciado no Rio

de Janeiro em 2008 (apesar de já atender a população trans desde 2002) e um dos cinco credenciados no país¹³.

As cinco primeiras instituições que mais produzem são responsáveis por mais da metade das publicações brasileiras. Esse fato demonstra a concentração dos estudos tanto geograficamente como em instituições de referência em pesquisa no Brasil.

Na tabela 2, a seguir, encontram-se os países com quem os autores brasileiros publicaram em coautoria.

Tabela 2 - Países que publicaram em colaboração

Países	Número
Estados Unidos	38
Peru	13
África do Sul	11
Tailândia	9
Alemanha	5

Fonte: Elaboração própria

Entre os países que mais publicaram em colaboração com o Brasil está os Estados Unidos, um dos que mais publicam sobre transgeneridade no mundo (RODRIGUES, 2017). No entanto, outros países têm adotado posturas que merecem destaque e podem ser considerados avanços nessa temática. O Peru recentemente reconheceu os direitos sociais das pessoas trans e parece caminhar para a instituição de uma lei de identidade de gênero. A África do Sul, assim como o Brasil, pretende apresentar estudos a favor da despatologização da identidade de gênero na 11ª versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) da OMS em 2018 em conjunto com México, França, Índia e Líbano. A Tailândia é um país conhecido pela qualidade das cirurgias de afirmação de sexo e pelo *Miss Universo* para transexuais. E, por fim, a Alemanha foi o primeiro país europeu a oficializar o terceiro gênero para crianças intersexuais.

Essa colaboração internacional na pesquisa demonstra a dimensão do tema e como os países têm reconhecido e buscado lidar com a transgeneridade em seus territórios e em estabelecer parcerias além deles.

13 Para ler a matéria completa <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/referencia-em-transexualidade-pedro-ernesto-clama-por-apoio-ao-servico-20065614#ixzz56T12bSVxstest>>

Vejamos a seguir na ilustração 5, a configuração dos autores que mais publicam sobre o tema e um perfil resumido de cada um.

Ilustração 5 - Quadro dos autores com mais publicações

	AUTOR/ n° de artigos	AFILIAÇÃO DO AUTOR	ÁREA DO DOUTORADO	ÁREAS DE ATUAÇÃO
1	Valdilea Gonçalves Veloso (13)	FIOCRUZ	Saúde Pública	Pesquisa Clínica em DST e AIDS
2	Beatriz Grinsztejn (10)	FIOCRUZ	Medicina	Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas e Parasitárias. HIV/AIDS, co-infecções e comorbidades associadas
3	Angelo Brandelli Costa (9)	PUC- RS	Psicologia	Sexualidade e Relações de Gênero, Identidade de Gênero
3	Esper Kallás (9)	USP	Infectologia	Medicina de tradução, Doenças infecciosas.
3	Maria Inês Rodrigues Lobato (9)	UFRGS	Medicina	Psiquiatria clínica, Identidade de Gênero
3	Anna Martha Vaites Fontanari (9)	UFRGS	Em andamento: Ciências do Comportamento e Psiquiatria	Identidade de Gênero e ISTs
4	Mauro Schechter (8)	UFRJ	Medicina Clínica Tropical	Pesquisa clínica, epidemiologia e imunologia. HIV/AIDS, Hepatites e tuberculose.
5	Márcia Arán (7)	UERJ	Saúde Coletiva	Transexualidade e Saúde: acesso e cuidado integral; Psicanálise, Sistemas de sexo-gênero, Reprodução, Gênero e Ciência.
5	Rodrigo Borba (7)	UFRJ	Linguística Aplicada	Investiga os mecanismos discursivo-identitários emergentes de consultas no Processo Transexualizador do SUS e projetos de ONGs que visam à prevenção de DST/aids.
5	Dhiordan Cardoso da Silva (7)	UFRGS	Em andamento: Ciências do Comportamento e Psiquiatria	Terapia cognitivo-comportamental, avaliação e intervenção terapêutica, comportamento sexual, alimentar e aditivos e transexualidade.

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 3 mostra os 10 autores e/ou coautores que mais publicam sobre o tema e um perfil resumido de cada um. Na Tabela, é possível ver a posição que ocupam de acordo com a quantidade de artigos, a afiliação, a área de atuação e a área do doutorado.

A primeira autora é responsável por metade da produção da FIOCRUZ, terceira instituição mais produtiva. Isso pode demonstrar que a pesquisa sobre transexualidade na instituição esteja mais concentrada quando comparada a USP. Ou seja, possivelmente têm-se menos assuntos sendo discutidos em relação à primeira instituição da lista.

Seis autores são médicos, três são psicólogos e um possui licenciatura em Letras. Quase todos são formados no Brasil, da graduação até o mestrado e doutorado, indicando a capacidade brasileira de produção de profissionais qualificados para a pesquisa no país. Mais da metade declarou a investigação sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) na área de atuação. O Brasil caminha para 33 anos de enfrentamento ao HIV/AIDS com muitas e reconhecidas conquistas como a estratégia de redução de danos e o maior programa nacional de cobertura a população de antirretrovirais do mundo (BASTOS, 2005). O quadro de autores parece refletir essa realidade.

Consultamos o sistema “Pesquisa Saúde”¹⁴ do Departamento de Ciência, Tecnologia e Insumos, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, para identificar fomentos recebidos por esses autores. Três autoras foram encontradas.

A segunda pesquisadora que mais publicou no panorama, Beatriz Grinsztejn, foi contemplada em dois editais - nos anos de 2010 e 2014 - que totalizam R\$ 374.460,00 em recursos. Os projetos contemplados abordam a temática do HIV e um especificamente com a população de travestis, sobre a adoção e adesão à profilaxia pré-exposição (PrEP). A terceira pesquisadora, Esper Kallás, foi contemplada com um edital do ano de 2012 no valor de R\$ 500.000,00. A temática abordada é sobre a PrEP com público-alvo de homens que fazem sexo com homens e mulheres transexuais. A autora Márcia Arán, quinta colocada no panorama, foi contemplada com um edital em 2006 sobre transexualidade e condições de acesso ao cuidado integral no valor de R\$ 58.912,95.

Apesar de esse sistema apresentar somente projetos financiados pelo Ministério da Saúde, apenas três autores da lista apresentada são coordenadores de projetos com esse tipo de fomento. Não significa que os outros autores não estejam recebendo investimento, pois o sistema permite apenas buscar pelo nome do coordenador do projeto. Dos temas dos projetos, dois são sobre PrEP, indicando que esses recursos podem estar ligados a um projeto de

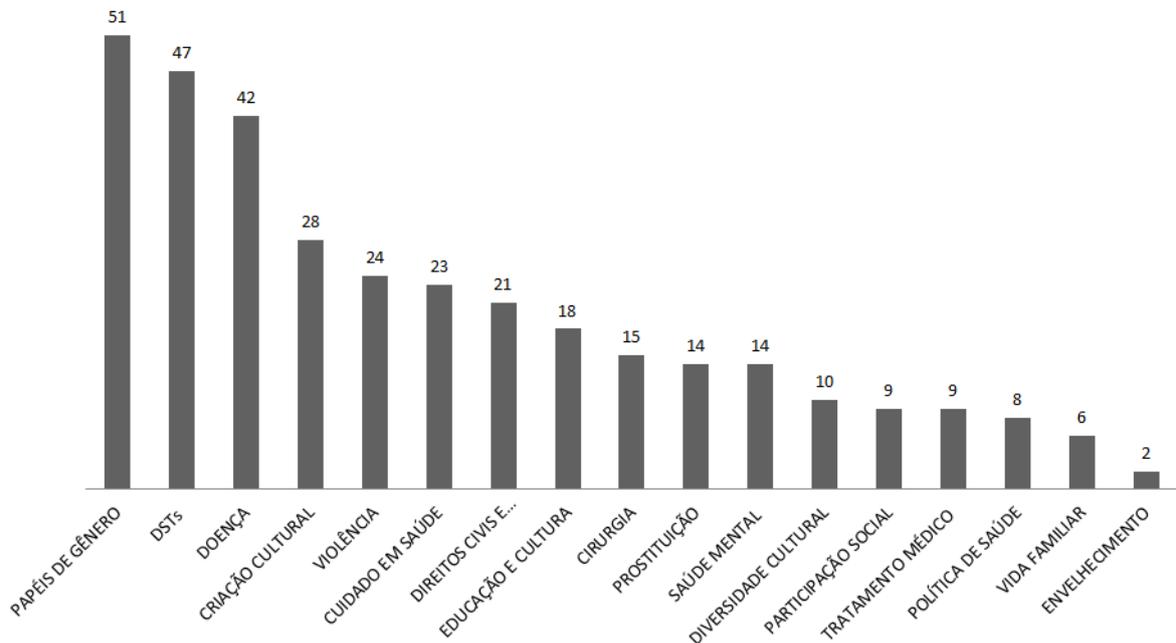
envergadura internacional sobre o assunto e que será discutido adiante. Outro tema é o acesso ao atendimento integral em saúde e que data de 2006, antes da promulgação da PNSI LGBT, e que completará 12 anos. Aqui emerge uma questão: não seria esperado que surgissem outros projetos nesta mesma linha após a aprovação da PNSI? No entanto, ao realizar a busca pela população - transexuais, transgêneros, travestis e LGBT - no título, resumo e palavras-chave no “Pesquisa Saúde”, não encontramos resultados mais projetos financiados pelo Ministério da Saúde.

Com os recursos encontrados a nível federal para temas como saúde integral e DST, podemos perceber que há pouco investimento em temas de grande importância, principalmente em relação à saúde integral da população LGBT. Avanços na oferta de acesso ao processo transexualizador têm sido alcançados no sentido da universalidade do atendimento, apesar disso, pessoas trans enfrentam dificuldades para acessar serviços do SUS como a atenção básica, os serviços de urgência e emergência e a atenção psicossocial (POPADIUK et al., 2017).

6.2 Assuntos

Os 293 estudos que compõem nosso corpus foram distribuídos num total de dezessete categorias conforme a ilustração 5. Alguns estudos foram classificados em mais de uma categoria, os estudos e categorias podem ser consultadas no Apêndice. Entre os temas mais recorrentes nas referências estão a prevenção de HIV/AIDS, as discussões sobre identidade de gênero, as consequências prejudiciais do uso do silicone líquido industrial, a transfobia e o direito à saúde.

Ilustração 5 - Gráfico com a categoria dos estudos e total de estudos



Fonte: Elaboração própria

O assunto denominado como ‘Papéis de Gênero’ engloba as referências que discutem as construções das identidades, a formação de subjetividades e modelos identitários.

‘Doenças sexualmente transmissíveis’ trata dos estudos que discutem a problemática que a nomeia. Entre os assuntos em torno das infecções sexualmente transmissíveis, o HIV/AIDS é o mais discutido.

Na categoria ‘Doença’, foram agrupadas as referências que versavam sobre o processo de adoecimento em consequência de procedimentos cirúrgicos e hormonais, os que discutem a intersexualidade e os que entendem a transgeneridade de uma perspectiva patologizante. Pertencem a esta categorias os primeiros estudos sobre a transgeneridade no Brasil da década de 1970.

Em ‘Criação cultural’ estão os estudos que tratam de assuntos como arte, moda, cultura e turismo.

Os vários tipos de violência (simbólica, sexual, física, institucional e etc) foram reunidos na categoria homônima. Os artigos tratam desde abuso infantil e violência no trabalho até violência no SUS.

‘Cuidado em saúde’ é a categoria que agrupa os estudos que versam sobre o acesso, o cuidado, o direito à saúde, o atendimento integral e o profissional de saúde.

‘Direitos Civis e Políticos’ pautam a discussão sobre Direitos Humanos e cidadania.

‘Educação e Cultura’ contêm os estudos referentes ao contexto escolar e às pessoas transgêneras como a transfobia na escola e a educação de jovens e adultos.

‘Cirurgia’ se refere aos estudos que discutem os procedimentos cirúrgicos. Essa discussão, entre os artigos coletados, está pautada por questões como o impacto do procedimento cirúrgico, melhores técnicas cirúrgicas, descrições de experiências, ética médica e apoio social.

‘Prostituição’ contém os artigos que discutem as problemáticas ligadas à prostituição. Elas incluem desde a legislação até a saúde mental de pessoas trans que se prostituem.

‘Tratamento médico’ apresenta estudos com técnicas e procedimentos não cirúrgicos. Em sua maioria, são estudos da fonoaudiologia e de terapia hormonal. Entre eles, um versa sobre a terapia hormonal na adolescência.

Na categoria intitulada ‘Saúde Mental’, estão os estudos que abordam o uso de álcool e outras drogas e o suicídio.

Em ‘Diversidade Cultural’ foram reunidos os trabalhos que versam sobre a despatologização das identidades trans.

‘Política de saúde’ versa sobre as políticas brasileiras de saúde pública. A maior parte sobre a Política Nacional de Saúde Integral de Gays, Lésbicas, Bissexuais, travestis e transexuais.

‘Participação Social’ contempla os estudos que abordam o ativismo trans, da militância à participação política.

Os artigos que tratam das estruturas familiares, as conjugalidades e parentalidades estão reunidos na categoria ‘Vida Familiar’.

Os estudos na categoria ‘Envelhecimento’ tratam do envelhecimento LGBT.

Esses dados nos trazem algumas questões sobre o modo de visibilidade que a academia tem dispensado ao tema. Os próximos parágrafos foram separados conforme grupos e padrões de visibilidades. São eles os assuntos: sempre visíveis, os visíveis a partir da última década, os pouco visíveis e os assuntos recentes.

Entre os assuntos sempre visíveis, que estiveram presentes nas discussões nessas fontes de informação desde o início do período obtido até os anos 2000 e que continuam até os dias atuais, estão: ‘Doença’, ‘DST’ e ‘Papéis de Gênero’.

A transgeneridade entrou para os compêndios médicos como doença, e a tendência atual é a discussão dessa permanência patologizante (BENTO, 2008). Diante dessa informação, podemos inferir que existem dois grandes modos de abordagem da transgeneridade e que eles convivem desde, no mínimo, a década de 1970. A categoria

‘Doença’ não trata somente da ideia das identidades trans enquanto doença, mas também está relacionada aos processos de adoecimento das pessoas trans devido a inúmeros procedimentos inseguros. Isso explicaria o fato das categorias ‘Doença’ e ‘Papéis de Gênero’ estarem sempre presentes nas discussões.

Sobre a categoria ‘DST’ ter destaque durante o passar das décadas, principalmente em relação ao HIV/AIDS, os financiamentos internacionais, o êxito do atendimento a pessoa soropositiva no Brasil, a noção de risco do início da epidemia (que perdura até hoje), o forte ativismo, entre outros possíveis fatores, influenciam no padrão de visibilidade do corpus analisado.

A prevenção de HIV/AIDS foi majoritariamente apresentada em relação ao uso da PrEP. A PrEP é uma estratégia que envolve o uso de medicação antirretroviral por pessoas soronegativas com intuito de diminuir as chances de contração do vírus. Os estudos são recentes, datando dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. O mais antigo é do ano de 2010. Atualmente está sendo conduzido um projeto sobre PrEP reunindo instituições de saúde do Brasil, México e Peru. Com financiamento da Unitaaid e apoio dos Ministérios da Saúde dos países participantes e da Fiotec¹⁵.

A primeira autora com mais publicações nas fontes, Valdiléa Veloso, participa do projeto e quase a totalidade dos artigos encontrados são sobre PrEP que podem ser resultado deste projeto. Assim como a segunda autora, Beatriz Grinsztejn, que possui artigos em coautoria com a primeira. Ambas da Fiocruz.

A visibilidade desses assuntos é importante para a geração de uma pauta de reivindicação do atendimento adequado às pessoas trans e de possíveis problemas que as afligem como os procedimentos inseguros. Acrescentamos, ainda nessa pauta, a concorrência de uma visão mais próxima da despatologização, não necessariamente despatologizante, mas que pode expandir os debates ao discutir a identidade. Entretanto, esses assuntos não são os únicos que merecem destaque nas pesquisas e uma possível centralidade deles pode indicar o lugar de invisibilidade social e a invisibilização das pessoas trans.

Entre os assuntos visíveis na última década, destacamos ‘Política de Saúde’, ‘Cuidado em Saúde’ e ‘Violência’. A emergência da PNSI LGBT em 2011 pode ter influenciado com mais vigor os trabalhos incluídos nessas categorias. Existe diversidade de assuntos a serem tratados quando pensamos em ‘Cuidado em Saúde’, isso porque o cuidado em saúde não é um nível de atenção, mas uma ação integral que visa respeitar as diferenças e entender as

15 Matéria completa <<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/projeto-de-prevencao-ao-hivaid-reune-brasil-mexico-e-peru>>

necessidades específicas de cada um a partir das relações que se colocam em nossa sociedade (PINHEIRO, 2008). Assim, o Cuidado em saúde pode versar sobre acesso, tomada de decisões do usuário, questões de raça, etnia e gênero, entre outros assuntos. Os fatores que podem influenciar a visibilidade desse assunto são inúmeros, desde o financiamento em saúde até demandas sociais. No entanto, arriscamos dizer que essa visibilidade tende a diminuir diante o congelamento de investimentos na área da Saúde e da Educação (JÚNIA, 2016). A possibilidade do atendimento integral para a população trans também deve ser afetada.

O assunto ‘Violência’ parece ganhar destaque nessa última década. Os primeiros censos em relação à violência como os Relatórios Anuais de Violência Homofóbica, o crescimento de denúncias e a possível conscientização da sociedade civil podem ser fatores de influência na produção científica brasileira. Em relação à violência em si, as redes sociais têm sido grandes difusoras do assunto que antes era ocultado para boa parte da população (DANTAS; NETO, 2015). Apesar de não pretendermos estabelecer relações diretas de causalidade, a violência contra a população LGBT tem tido mais oportunidade de discussão em vários espaços. A visibilidade desse assunto possibilita avançarmos em relação a uma legislação de proteção às vidas LGBT. Falar sobre violência é interessante na medida em que podemos discuti-la com profundidade e buscar outras vias de enfrentamento que não sejam apenas a da punição.

Entre os assuntos pouco visíveis, destacamos ‘Diversidade Cultural’. O assunto aparece nos anos de 2006, 2009, 2012, 2013 e 2015, somando 9 estudos. Esse assunto trata da despatologização das identidades trans. Apesar do movimento mundial em prol da despatologização, são pontuais os estudos a esse respeito nas fontes pesquisadas. Além da despatologização em si, discuti-la também no contexto brasileiro de cuidado em saúde parece ser imprescindível para garantia da saúde das pessoas trans. Almeida e Murta (2013) discorrem que a despatologização é desejável desde que o acesso, ainda limitado em nosso país, seja garantido e ampliado, tenha profissionais qualificados e os serviços garantam as condições necessárias para o trabalho.

Outro assunto pouco visível foi o intitulado ‘Vida Familiar’. Este trata dos arranjos familiares e tem pouca discussão. Aparece apenas em dois anos. A violência física, material e simbólica faz parte da violência perpetrada principalmente contra travestis adolescentes como apontado por Kulick (2008). Temas como esse e outros como a importância do apoio familiar, direito a constituição de uma família e ao afeto, casamento, direitos reprodutivos e adoção são desejáveis que fossem amplamente discutidos.

Apesar de não constituir um assunto neste panorama, apenas dois artigos propõem a discussão de raça e interseccionalidade. A maior parte dos artigos propõem discussões em torno da identidade travesti. Três artigos abordam as transmasculinidades. Quanto ao termo interseccionalidade, atualmente se refere a uma teoria transdisciplinar que busca entender a complexidade das identidades e desigualdades sociais a partir de uma perspectiva integrada da produção e reprodução dessas desigualdades. Assim, a interseccionalidade ultrapassa a simples constatação da multiplicidade dos sistemas de opressão que atuam a partir dessas categorias e contesta a clássica hierarquização entre as categorias de diferenciações sociais (HIRATA, 2014). Assim, parece interessante que estudos com uma perspectiva interseccional ou que pretendam discutir a interseccionalidade sejam fomentados.

Entre os assuntos, recentes estão aqueles que enfocam o envelhecimento. A população brasileira vem envelhecendo, como indica Kücherman (2012): “Em 2011, a população idosa era de 20,5 milhões, o equivalente a 10,8% da população total. Projeções indicam que, em 2020, a população idosa brasileira será de 30,9 milhões, representando 14% da população total”. Esse fato pode estar ligado a maior quantidade de trabalhos em relação a esse ciclo da vida e a expansão da pesquisa para grupos antes negligenciados. Ao pesquisar sobre a relação entre envelhecimento e travestilidade, Mountian (2015) aponta alguns aspectos dessa relação, entre eles o “envelhecimento, corpo, imigração, mercado de trabalho, relação com a história e transfobia institucional.” (MOUNTIAN, 2015, p.41). Assim, este tema de estudo mostra-se abundante e ainda pouco explorado.

Considerando o corpus analisado, percebemos que o tema transgeneridade esteve mais norteado para discussões patologizantes e circunscritas em tempos passados. Atualmente, as discussões são mais heterogêneas e oriundas de diversas áreas, apesar das Ciências da Saúde ainda possuírem destaque na arena de disputas dessa temática. Assim, podemos indicar uma visibilidade ampliada do meio acadêmico em relação a períodos anteriores. Esse fenômeno, tal qual o movimento feminista, pode estar relacionado a pessoas trans estarem ocupando lugares no ativismo e na academia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, optamos pela adoção de perspectivas teóricas que desnaturalizam essencialismos e nos propiciaram criticar algumas das posições hierárquicas estabelecidas em nossa sociedade como as relações de gênero. Foi possível refletir sobre as relações e as disputas que historicamente participam do processo de produção dessas hierarquias. Assim, esperamos ter construído uma dissertação pautada no respeito às identidades trans e ciente das complexas relações que se estabelecem em relação à cor da pele, classe social e uma política neoliberal.

Nesse sentido, assumimos algumas limitações do processo dessa pesquisa.

A incompletude e a fragilidade são inerentes ao fazer científico. Ao buscarmos a desestabilização dos discursos hegemônicos que gostaríamos de provocar, foi necessário que nos dispuséssemos a desestabilizar a nós mesmos. Abrir mão de certezas não é uma tarefa simples, por isso, esse processo não se deu com facilidade. A construção da pesquisa e do pesquisador se imiscuiu.

Ao pensar na produção científica sobre pessoas trans, buscamos investigar o investigador. Investigar quem produz o conhecimento, que conhecimento é esse e para quem serve, ou seja, o modo de visibilidade de pessoas trans na produção científica do Brasil. Buscamos, ainda, estabelecer o vínculo entre as formas de visibilidade e as desigualdades em saúde. Pretendíamos analisar as formas de nomeação usadas nessa produção e as relações que elas estabelecem com a visibilidade de pessoas trans. Optamos, porém, por não prosseguir com essa última análise devido à extensão e ao aprofundamento que merecia e que não seria possível alcançar no tempo de um mestrado. A grande soma de evidências de como as nomeações opera na construção dos sentidos do texto nos fez concluir por essa impossibilidade nesse contexto da pesquisa de mestrado. Essa decisão, porém, implica não numa desistência, mas em um adiamento do desafio, que deverá ser cumpridos em que investiguem e aprofundem a importância das nomeações para o modo de visibilidade que a ciência confere às pessoas trans.

Um estudo realizado por pesquisadoras da Universidade Federal de Santa Catarina apresentou um panorama de publicações científicas brasileiras sobre travestis e mulheres transexuais entre os anos 2001 a 2010 (AMARAL, et al. 2014). As autoras explicitam os modos pelos quais as experiências das travestis e mulheres transexuais foram abordadas e analisam as terminologias utilizadas por movimentos políticos e acadêmicos. Entre os achados dessa pesquisa, está a centralidade de trabalhos no tema HIV/AIDS, a transformação

corporal e a prostituição. Em contrapartida, houve um número reduzido de pesquisas que versavam sobre envelhecimento, adolescência e educação.

Em relação a esse estudo e o panorama descortinado na nossa pesquisa, existem aproximações e distanciamentos. Em nossa pesquisa, de fato constatamos centralidade quanto aos sujeitos sobre os quais os estudos versam, a maioria travestis e mulheres transexuais. Poucos trabalhos discutem as transmasculinidades. Apesar do número elevado de estudos no assunto ‘DST’, aqueles que abordam as transformações corporais e a prostituição são tangenciados por outras discussões como os assuntos ‘tratamento médico’, ‘papéis de gênero’ e o próprio ‘DST’. ‘Prostituição’ é um dos assuntos do nosso corpus, contemplado em 14 textos. O assunto ‘Envelhecimento’ tem pouca visibilidade, assim como adolescência que talvez esteja sendo tratada em pesquisas na área de educação. No entanto, nossos trabalhos diferem em relação à ‘educação e cultura’ que é um assunto que começa a aparecer na última década. Os estudos desse assunto são mais recentes o que demonstra um interesse crescente da academia para a temática.

Ao começar a pesquisa, nossa perspectiva era de que os temas de interesse da academia seriam HIV/AIDS, prostituição, violência e a maioria com um viés patologizante das experiências das pessoas trans. Essa ideia deu-se principalmente pela posição estigmatizada e de invisibilidade social de pessoas trans na sociedade. Os relatos de abusos sofridos em diferentes instituições e a busca pelo ‘transexual verdadeiro’ em locais que realizam o processo transsexualizador contribuíram para nossa expectativa do que seria a produção acadêmica. Ao contrário do que pensávamos, o panorama desvelado pela pesquisa mostra que existe atualmente uma variedade de assuntos e áreas do conhecimento das quais emanam os textos que se debruçam sobre a temática, uma ampla variedade se comparada a épocas anteriores, principalmente antes dos anos 2000 e dos anos 2000 a 2010. Considerando as fontes multidisciplinares selecionadas, o cenário que foi configurado, talvez menos heterogêneo se fossem fontes das Ciências da Saúde, demonstra que diferentes abordagens e preocupações estão sendo tratadas, como Criação Cultural, Violência, Cuidado em Saúde, Direitos Civis e Políticos.

Por outro lado, apesar dos diferentes assuntos, existe uma centralidade em três deles: ‘Doenças sexualmente transmissíveis’, ‘Doença’ e ‘Papéis de Gênero’. Em ‘Papéis de Gênero’ estão as referências que discutem as construções das identidades, a formação de subjetividades e modelos identitários. ‘Doenças sexualmente transmissíveis’ trata dos estudos que discutem a problemática que a nomeia. Em ‘Doença’, estão as referências que tratam sobre o processo de adoecimento em consequência de procedimentos cirúrgicos e hormonais,

os que discutem a intersexualidade e os que entendem a transgeneridade de uma perspectiva patologizante. Ponderamos que algumas dessas categorias aparecem a partir dos anos 70, o que influencia na centralidade desses assuntos, tradicionalmente relacionado à construção da transgeneridade na ciência.

A diversificação de assuntos tratados pela academia é importante para o incentivo de políticas públicas, para o aprofundamento dos debates em torno de mudanças e para elaboração de estratégias de resistência em uma sociedade que é violenta em relação a pessoas trans e a toda diferença que contrarie o *status quo*.

Destacamos a pequena quantidade de dois artigos que explicitamente tiveram como intenção integrar a discussão da transgeneridade com raça. Como a análise foi realizada somente a partir dos metadados disponíveis, não é possível afirmar se outros autores fazem ou não essa discussão no texto completo. No entanto, a discussão sob uma perspectiva interseccional merece atenção, pois não se trata apenas de uma perspectiva da constatação das múltiplas opressões. Trata-se da configuração de algo além que pode aprofundar o debate de raça e transgeneridade em um país com séculos de escravização de pessoas, onde até hoje sobressai a desigualdade entre brancos e negros. Dois estudos apenas são sintomáticos do racismo institucionalizado.

Considerando a importância do projeto sobre Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), um projeto de cunho internacional, e a trajetória brasileira no enfrentamento do HIV/AIDS, seria de esperar que existissem trabalhos publicados e que o tema tenha aparecido entre os assuntos com mais trabalhos publicados. Essa prevalência não confirma que outros assuntos sejam negligenciados, mas demonstra como o investimento afeta a produção. Ou melhor, como a falta de investimentos pode reduzir pesquisas que são importantes aliadas para tomada de decisão e resolução de problemas de populações invisibilizadas.

Não podemos prescindir de mencionar o cenário político brasileiro que vem se estabelecendo desde o impeachment - diante da conjuntura, um “golpe forjado por uma farsa parlamentar-judicial” (BRAZ, 2017, p. 88) - da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016. Como a maior parte das verbas para pesquisa no Brasil é proveniente do Governo Federal, o corte de quase metade do investimento destinado à ciência e tecnologia no ano de 2017, somado à crise financeira de fundações estaduais de amparo à pesquisa e cortes de verbas destinadas à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) torna desalentadoras as perspectivas de continuidade e crescimento de pesquisas. Além disso,

o estabelecimento do teto de 20 anos para gastos públicos - PEC 55/2016¹⁶ - como saúde e educação públicas, se mantido, acarretará em desassistência da população em vulnerabilidade social. Para a população trans e para a população mais vulnerável de forma geral, esse tipo de restrição orçamentária impede a possibilidade de conquistas e avanços sociais que promovam projetos vida que primam pela inclusão, cidadania e saúde.

Outro ponto deste cenário é a perseguição aberta de setores conservadores aos direitos das minorias, entre elas a LGBT. A retirada de termos¹⁷ como “identidade de gênero” e “orientação sexual” da base nacional curricular¹⁸ é um exemplo. Apesar dessa retirada não impedir o debate de gênero nas escolas, a omissão desses termos dissimula problemas como a evasão escolar devido à violência homofóbica.

É nesse contexto político obscuro de cortes em investimentos e de conservadorismo que assuntos como financiamento, violência e despatologização estão sendo problematizados. O aumento da visibilidade em torno do assunto violência pode estar relacionado com a reação às conquistas de direitos, ao aprofundamento do debate público em torno das vivências LGBT e a possibilidade da troca de informações via WEB. Via web, não foi possível ignorar as imagens da travesti Verônica Bolina¹⁹ que foi agredida e desfigurada por policiais, servidores do Estado, numa delegacia em São Paulo ou o vídeo filmado pelos assassinos da travesti Dandara²⁰, no Ceará, onde ela implorou pela própria vida.

No Brasil, não há legislação específica que tipifique homofobia como crime. Desse modo, pesquisas que buscam discutir a violência podem contribuir para o embasamento de uma lei de proteção às vidas LGBT, para a compreensão das minúcias dessa violência e para a prevenção e o enfrentamento.

Os Relatórios de Violência Homofóbica 2012 e 2013 no Brasil da Secretaria Especial de Direitos Humanos do extinto Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos somam-se às pesquisas que buscam quantificar e qualificar essa violência. Ela ocorre em diversos contextos como a escola e a família e são de diferentes ordens como a

16 PEC do fim do mundo, aprovada mesmo diante de várias manifestações contrárias da população.

Site do Senado Federal, sobre a emenda constitucional
<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>

17 Reportagem sobre a retirada de termos da base curricular
<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1873366-ministerio-tira-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-da-base-curricular.shtml>.

18 Site da base nacional curricular - <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

19 Reportagem sobre agressão a Verônica Bolina
<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1617217-travesti-fica-desfigurada-apos-ser-presa-e-policia-de-sp-abre-investigacao.shtml>

20 Reportagem sobre assassinato de Dandara <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>

violência psicológica, a física e a discriminação. Desta forma, são necessárias estratégias que colaborem para (des) construção de pensamentos, atitudes e práticas. É necessário discutir identidade de gênero, gênero e orientação sexual nas escolas sem subterfúgios e travar esse embate cultural em todos os espaços possíveis, incluindo os espaços de saúde.

Na saúde, a proposta de despatologização das identidades trans defende o reconhecimento das identidades e o direito a modificações corporais sem a necessidade de um laudo médico que ateste a ‘disforia de gênero’. Considerando a violência perpetrada através do congelamento de recursos para saúde, há o risco de a despatologização surtir efeitos contrários ao que muitos defensores da despatologização desejam - a liberdade, o reconhecimento, a extinção do estigma e a cidadania. A garantia do atendimento integral, que atualmente é precário ou inexistente, tende a retroceder diante das perdas de direitos. Alguns ambulatorios como o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais em São Paulo foram criados para garantir o atendimento adequado da população trans que encontra dificuldades de atendimento nos serviços disponíveis a toda população. Existem também os serviços para procedimentos ambulatoriais de processo transexualizador que incluem terapia hormonal e acompanhamento dos usuários em consultas e no pré e pós-operatório. Existem nove centros dos quais cinco realizam cirurgias²¹. O bom funcionamento dos centros de referência e ambulatorios e a ampliação dos mesmos não parecem palpáveis num futuro próximo. A situação do Hospital Pedro Ernesto, referência neste tipo de atendimento e sofrendo com dificuldades para sua manutenção e funcionamento, é um indicativo dessa impalpabilidade.

Cada vez menos comum, a ideia da transgeneridade como patologia ainda é dissimulada em preocupações com a saúde de pessoas trans. Apesar de não nos debruçarmos na análise de nomeação nesta dissertação, podemos inferir alguns dos sentidos da transgeneridade e de seus modos de adjetivação através de leituras de artigos do corpus.

Há autores que parecem entender a transgeneridade como “um raro quadro psiquiátrico” (JORGE; TRAVASSOS, 2017, p. 308). Ou, ainda, como manifestação de algum outro quadro conforme afirmam o “elevado número de casos de transexualidade tem tudo para ser considerado uma nova epidemia de histeria, talvez mesmo uma pandemia de histeria — uma epidemia na era da globalização” (JORGE; TRAVASSOS, 2017, p. 316). Esses autores veem com apreensão os diagnósticos e as demandas de pessoas trans para modificação corporal. Percebemos uma preocupação de que a transgeneridade se espalhe - ou pior, que já

21 <http://portalm.s.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/27125-ministerio-da-saude-habilita-novos-servicos-ambulatoriais-para-processo-transexualizador>

se espalhou - no uso de expressões como “epidemia e pandemia trans”. Eles deixam transparecer que a informação no mundo globalizado atua como difusora e auxilia na criação de demandas. Neste estudo específico, há também uma afirmação de que médicos estariam diagnosticando, ao que parece levemente, crianças que reivindicam um reconhecimento de gênero diferente do imposto pela sociedade, induzindo-as para intervenções precoces no futuro.

No Brasil, a idade para intervenções desta natureza é de 21 anos de idade e elas são realizadas por meio de uma equipe multiprofissional e após no mínimo dois anos de acompanhamento. Não há um consenso - e não temos a intenção de negar a importância dessas investigações - sobre a melhoria da qualidade de vida após cirurgias, mas há indícios de que elas podem melhorar aspectos da vida de pessoas trans que desejam tais mudanças (CARDOSO, et al, 2016). Toda pessoa transgênera tem o direito de ser devidamente acompanhada e informada sobre a irreversibilidade de possíveis alterações no corpo, assim como receber atendimento integral de saúde. Sobretudo, conhecer a possibilidade de atendimento na rede de saúde mental para que possam ter qualidade de vida diante de uma sociedade agarrada as antigas identidades e com elevado pânico moral.

Em contraponto, há autores preocupados com a nomeação utilizada em seus artigos e explicam os motivos da utilização de uma ou outra forma de nomeação. No artigo de Borba (2016), podemos visualizar este cuidado quando “pontua que o uso do termo isoladamente ‘soa ofensivo’, pois reduz a complexidade da experiência.” (BORBA, 2016, p. 34). Os que assim o fazem, fazem despatologizando a experiência de pessoas trans. Eles apontam nomeações advindas de teorias ou do trans ativismo e, por vezes, seus trabalhos nos trazem entrevistas e falas de pessoas trans. Longe de ser uma superficialidade, o cuidado ao nomear demonstra o compromisso ético do pesquisador, o respeito e o comprometimento com uma população que é invisibilizada também ao ser nomeada. Em longo prazo, essa responsabilidade deverá surtir efeito na melhora do estigma sofrido pelo grupo.

Outros autores não externam preocupação com a forma de nomear. Utilizam a classificação internacional de doenças, evidenciando o caráter de entidade nosológica da transexualidade a exemplo do artigo de Fontanari et al. (2016). Apesar disso, seu trabalho visibiliza injustiças e adoecimentos biopsicossociais como parte de uma realidade social que discrimina e não reconhece a identidade de gênero de pessoas trans como autêntica. É importante destacar que esse tipo de nomeação parece estar presente em estudos biomédicos. Há neste artigo o que parece ser uma característica do meio biomédico de trabalhar com a patologia. Essa contradição em utilizar discursos estigmatizantes e visibilizar o adoecimento

por razão de uma não aceitação da sociedade da identidade de gênero parece deflagrar a ideia do cientista encastelado como se não fosse parte de nossa sociedade.

Há, ainda, autores que defendem a importância do cuidado ao nomear grupos para que essas parcelas da população não sejam duplamente invisibilizadas. Este é o caso de estudos epidemiológicos que, ao incluir mulheres trans e homens que fazem sexo com homens, podem contribuir para a exclusão e invisibilização das demandas de saúde das mulheres trans, pois o HIV/AIDS não atinge esses grupos na mesma proporção (PARKER, et al. 2016). Ou seja, é possível invisibilizar através de uma aparente visibilização. Contar grupos sem realmente se importar com eles. Os autores discorrem rapidamente a respeito do cuidado ao pensar nas transmasculinidades que seriam, segundo eles, relativamente invisibilizadas e também a respeito do que a ONU chama de ‘populações-chave’ (PARKER, et al. 2016). Em nosso corpus, as transmasculinidades aparecem em poucas referências. Os motivos para esse suposto desinteresse acadêmico não são evidentes. Talvez exista a crença de que as transmasculinidades gozem de privilégios que as travestis e mulheres trans não possuem. No entanto, esse silêncio parece ecoar em situações onde homens trans estariam mais vulneráveis como, por exemplo, entre a população de rua e carcerária, mesmo que o corpus contenha um estudo sobre prisões e transmasculinidades. Outra questão é a noção de população chave que traz consigo a ideia de risco e estigma que persiste deixando a sua marca na comunidade LGBT desde o surgimento do HIV/AIDS até os dias atuais.

A questão da nomeação atravessa os estudos sobre a população trans. Esse é um embate perceptível nos trabalhos. Ao que tudo indica, ganham força os estudos preocupados com seus efeitos ao nomear essa população e em mudar velhas formas de tomar pessoas trans como objetos de suas pesquisas. Tais preocupações representam nossa postura sobre essa questão em um mundo neocolonial. Esperamos, assim, assumir “uma perspectiva de viajante do mundo”, exercitando nosso olhar para nós mesmos, buscando aliados e aprendendo e respeitando a vivência do outro.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. S. Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do 'corpo lésbico' na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e AIDS. 2005. Tese de doutorado. **Instituto de Medicina Social** – UERJ
- ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, Aug. 2012.
- ALMEIDA, G; MURTA, D. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sex., Salud Soc.** (Rio J.), Rio de Janeiro , n. 14, p. 380-407, 2013.
- ALVAREZ, S. E. 2009. Construindo uma política feminista translocal da tradução. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 743-753. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2009000300007&script=sci_arttext> Acesso em: 9 de setembro de 2017.
- ALVES, F. D. O transexual e o direito ao esquecimento no ciberespaço após a mudança de gênero: por um tratamento compatível com o constitucionalismo contemporâneo brasileiro, de promoção aos direitos fundamentais e garantia à diversidade. **Revista Publicum**. Rio de Janeiro, Número 4, Volume 1, 2017, p. 78-99. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum>
- AMARAL, Marília dos Santos et al . “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 26, n. 2, p. 301-311, Aug. 2014.
- ANTUNES, J. L. F. Desigualdades em saúde: Entrevista com Nancy Krieger. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 177-194, June 2015.
- ARAUJO, I. S. **A reconversão do olhar**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000.
- ARAUJO, I.S. Mercado simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, SP, v. 8/14, p. 165-178, 2004.
- ARAUJO, I. S.; CARDOSO, J. M. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007.
- ARAUJO, I. S.; MOREIRA, A. L.; AGUIAR, R. Doenças negligenciadas, comunicação negligenciada. Apontamentos para uma pauta política e de pesquisa. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v.6, n.4, 2013.
- BARATA, R.B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde?** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2009.
- BASTOS, F. I. HIV/AIDS na América Latina: conquistas e desafios na terceira década da epidemia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 338-339, jan./fev. 2005.
- BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, Apr. 2017.
- BENTO, B. **O que é transexualidade**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BORBA, Rodrigo. Receita para se tornar um "transexual verdadeiro": discurso, interação e (des)identificação no processo transexualizador. **Trab. linguist. apl.**, Campinas, v. 55, n. 1, p. 33-75, Apr. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde: Saúde e Qualidade de vida:** políticas de estado e desenvolvimento/Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Presidência da República; 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais /** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 2 Brasília : 1. ed., 1. reimp. 2 Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Brasil. **Cirurgias de mudança de sexo são realizadas pelo SUS desde 2008.** mar.2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/cirurgias-de-mudanca-de-sexo-sao-realizadas-pelo-sus-desde-2008>>.

BRASIL. Portal da Saúde, 2016. **Ministério lança campanha voltada à saúde da população trans.** Disponível em: <<http://u.saude.gov.br/index.php/lgbt-noticias/21905-ministerio-lanca-campanha-voltada-a-saude-da-populacao-trans>> Acesso em: 28 de dezembro de 2017.

BRITO, P. C. “Já é negro e ainda quer ser travesti?” – experiências trans de mulheres negras. Defendido em: Setembro/2016. **Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.** Dissertação de mestrado. Jequié, 2016.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, D. S. et, al. WHOQOL-100 Before and After Sex Reassignment Surgery in Brazilian Male-to-Female Transsexual Individuals. **J. Sex. Med.** 2016 Jun; 13(6):988-93.

CHRISTOVÃO, H. T. Da comunicação informal à comunicação formal: identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade. **Ciência da Informação**, v. 8, n.1, p. 3-36, 1979.

CONNELL, R. Questões de gênero e justiça social. **Rev Ciên Soc.**, v.4, nº2, p.11-48, jan./jun. 2014.

CONNELL, R; PEARSE, R. **Gênero: Uma perspectiva global.** 3ª ed. São Paulo: NVersos, 2015.

COSTA, F. B. da. **Homens Invisíveis: Relatos De Uma Humilhação Social.** 1ª ed. São

Paulo: Editora Globo, 2004. p.254.

DANTAS, M., NETO, A. P. O discurso homofóbico nas redes sociais da internet: uma análise no facebook “Rio sem Homofobia - Grupo Público” **Cadernos do Tempo Presente**. Rio de Janeiro, n. 19, mar./abr. 2015, p. 27-41.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto: teoria e prática**. ed. Brasília, DF: Thesaurus, 2013.

DOMINGUEZ, B. Histórias em transição. **Revista Radis**, Rio de Janeiro, nº164, p.18-24, mai. 2016.

FONTANARI, A. M. et al. Reduced serum concentrations of brain-derived neurotrophic factor (BDNF) in transsexual Brazilian men. **Neurosci Lett**.V. 630, September 2016, Pages 109-113.

HALL S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina; 2014.

HALLAIS, J. A. da S. BARROS, N.F. Consultório na Rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, 31(7), p.1497–1504. 2015.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, 2014, vol. 26, n. 1, pp. 61-73.

JORGE, Marco Antonio Coutinho; TRAVASSOS, Natália Pereira. A epidemia transexual: histeria na era da ciência e da globalização?. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 307-330, Apr. 2017.

JÚNIA, R. PEC 241 ou o fim do SUS e da escola pública. **Escola Politécnica De Saúde Joaquim Venâncio**. 2016. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/pec-241-ou-o-fim-do-sus-e-da-escola-publica>> Acessado em 10 de junho de 2016.

KRAICZYK, J. **A bioética e a prevenção da aids para travestis**. Defendido em 17 de dezembro de 2014. p. 168. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília. Brasília, 17.12.14.

KUCHEMANN, Berlindes Astrid. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. **Soc. estado.**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 165-180, Apr. 2012.

KULICK, D. **Travesti – prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008. 280 p.

LANZ, L. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros**. 1ª ed. Curitiba: Transgente, 2015.

LINS, R. A. **Saúde coletiva como especialidade científica: a perspectiva dos estudos quantitativos da ciência**. Defendida em: 30 de março de 2016. p. 217. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS). Rio de Janeiro, 30.03.2016.

MATTOS, M. C. **Proposta de uma base de citações da literatura científica por meio da**

extração automática de dados do SciELO. Defendida em: 1 de outubro de 2013. p. 172. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência da Informação (PPGCI). Belo Horizonte, 01.10.2013.

MERTON, Robert K. A Ciência e a estrutura social democrática. In: **Sociologia: teoria e estrutura.** São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1968. p. 651-662.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, June 2009.

MOUNTIAN, I. Some aspects on travestility, transsexuality and ageing: history, body and immigration. **Quaderns de Psicologia**, 2015, Vol. 17, Nº 3, 31-44.

MOREIRA, A. L. Visibilidade, comunicação, políticas públicas e saúde: ressonâncias e inter relações na saúde indígena. Defendido em: Janeiro/ 2014. **Programa de Pós-Graduação em Informação, Comunicação e Saúde (Icict).** Tese de doutorado. Rio de Janeiro, 2014. Ver comentário a referências de publicações acadêmicas.

MUELLER, S. A Ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p.21-34.

[NASCIMENTO, F. A.](#); [LEITE JUNIOR, F. F.](#); [PINHO, F. A.](#) Tipologias e classificações: um estudo sobre as temáticas de gênero e sexualidade no manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB), 2015, João Pessoa - PB. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB).** João Pessoa - PB: Editora da UFPB, 2015. v. 1.

NUNES, E. D. Pós-graduação em saúde coletiva no Brasil: histórico e perspectivas. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 13-38, Junho 2005.

POPADIUK, G. S.; OLIVEIRA, D. C.; SIGNORELLI, M. C. A. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1509-1520, May 2017.

PACKER, A.L., et al., orgs. **SciELO – 15 Anos de Acesso Aberto: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica.** Paris: UNESCO, 2014, 188 p. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7476/9789237012376>. Acesso: 07 abr. 2017.

PARKER, R. et al. The trouble with 'Categories': Rethinking men who have sex with men, transgender and their equivalents in HIV prevention and health promotion. **Glob Public Health**. 2016 Aug-Sep;11(7-8):819-23.

PINHEIRO, R. Integralidade Em Saúde. In: PEREIRA, I. B; LIMA, J. C. F. (Org.). **Dicionário da educação profissional em saúde.** 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 255-262.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

QUEIROZ, N. **Não é só o gênero que é socialmente construído, o sexo biológico também.** Azmina, mai. 2016. Disponível em: <http://azmina.com.br/2016/05/nao-e-so-o-genero-que-e->

socialmente-construido-o-sexo-biologico-tambem/

RODRIGUES, E. G. Gênero e produção científica: um panorama sobre pessoas transgêneras. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 2017, Marília. **Anais xxx**. Marília: EDITORA, 2017. p. xx-xx.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 78, p. 3-46, out. 2007.

SIDONE, O. J. G.; HADDAD, E. A.; MENA-CHALCO, J. P. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 15-32, Apr. 2016

SILVA, S. R. H. **Travestis: entre o espelho e a rua**. Rio de Janeiro. Ed: Rocco, 2007.

SOARES, L. E., BILL, MV & ATHAYDE, C. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2005.

SOUZA, M. H. T. et al . Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 767776, abr. 2015.

UHLEIN, T. Invisibilidade social e a questão da criminalidade entre os jovens brasileiros. In: **Seminário Intermunicipal De Pesquisa**, 15. 2012. Guaíba. Artigo. Guaíba: Universidade Luterana do Brasil. 2012. p.1-24. Disponível em: <<http://conselheiros6.nute.ufsc.br/ebook/medias/pdf/Invisibilidade%20social%20e%20a%20quest%C3%A3o%20da%20criminalidade%20entre%20os%20jovens.pdf>> Acesso em 10 agosto de 2017.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 369–379, ago. 2002.

VELHO, L. M. L. S. Como medir a ciência? **Revista Brasileira de Tecnologia**, v. 16, n. 1, p. 35-41, jan./fev.1985.

VELHO, L. A Ciência e seu público. **Transinformação**, v. 9, n. 3, p. 15-32, set./dez. 1997.

VELHO, Lea. Conceitos de Ciência e a Política Científica, Tecnológica e de Inovação. **Sociologias**, v. 13, n. 26, p. 128-53, jan./abr. 2011

APÊNDICE

A - Lista dos estudos do corpus classificados por assunto

#	Assuntos	Título	Autores	Periódico	Ano	
1	CIRURGIA	Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual	Giami, Alain; Galli, Rafael Alves; Santos, Manoel Antônio dos; Vieira, Elisabeth Meloni	Psicologia: Teoria e Pesquisa	2013	
2	CIRURGIA	Satisfaction With Male-to-Female Gender Reassignment Surgery	Hess, Jochen; Panic, Leo; Rossi Neto, Roberto; Ruebben, Herbert; Senf, Wolfgang	DEUTSCHES ARZTEBLATT INTERNATIONAL	2014	
3	CIRURGIA	An ethnography about psychotherapeutic interventions for transsexuals	Oliveira, M. J.	Revista Estudos Feministas	2014	
4	CIRURGIA	Follow-up of sex reassignment surgery in transsexuals: A Brazilian cohort	Fortes, Maria da Graca Borges; Henriques, Alexandre Annes; Ines Lobato, Maria Ines; Koff, Walter Jose; Manenti, Carlo; Petry, Analidia Rodolpho; Salvador, Jaqueline; Seger, Debora da Fonseca; Silveira, Esalba	ARCHIVES OF SEXUAL BEHAVIOR	2006	
5	CIRURGIA	Modified Preparation of the Neurovascular Bundle in Male to Female Transgender Patients	Hess, Jochen; Hess-Busch, Yasmine; Kronier, Janine; Neto, Roberto Rossi; Ruebben, Herbert	UROLOGIA INTERNATIONALIS	2016	
6	CIRURGIA	Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde	Coelho, Maria Thereza Ávila Dantas; Sampaio, Lilians Lopes Pedral	Interface - Comunicação, Saúde, Educação	2012	
7	CIRURGIA	Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva	Murta, Daniela; Márcia, Arán; Zaidhaft, Sérgio	Psicologia & Sociedade	2008	
8	CIRURGIA	DOENÇA	Transexualism	Farina, R.; Sadi, A.; Vargas, J. J. M. L.	Cirurgia Plástica Ibero-Latinoamericana	1980
9	CIRURGIA	TRATAMENTO MÉDICO	Transgender women and the Gender Reassignment Process: subjection experiences, suffering and pleasure in body adaptation	Petry, Analidia Rodolpho	Revista Gaúcha de Enfermagem	2015
10	CIRURGIA	Transgenitalização masculino / feminino: experiência do Hospital Universitário da UFRJ	Aran, Márcia; Franco, Diogo; Franco, Talita; Miranda, Luiz Carlos de; Zaidhaft, Sergio	Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões	2010	
11	CIRURGIA	Uma etnografia sobre o atendimento psicoterapêutico a transexuais	Oliveira, Marcos de Jesus	Revista Estudos Feministas	2014	
12	CIRURGIA	Upper displacement of the anterior commissure: Experimental study of a new phonosurgical approach to raising vocal pitch	Chung, Daniel; Imamura, Rui; Sennes, Luiz Ubirajara; Tsuji, Domingos Hiroshi	ANNALS OF OTOLOGY RHINOLOGY AND LARYNGOLOGY	2007	
13	CIRURGIA	WHOQOL-100 Before and After Sex Reassignment Surgery in Brazilian Male-to-Female Transsexual Individuals	Costa, Angelo Brandelli; Da Silva, Dhiordan Cardoso; Henriques, Alexandre Annes; Massuda, Raffael; Rodrigues Lobato, Maria Ines; Rosito, Tiago Elias; Salvador, Jaqueline; Schwarz, Karine; Silveira, Esalba; Vaites Fontanari, Anna Martha	JOURNAL OF SEXUAL MEDICINE	2016	

14	CIRURGIA		Yes and yes again: are standards of care which require two referrals for genital reconstructive surgery ethical?	Addinall, R M; Arango de Montis, I; Arcelus, J; Bouman, W P; Duisin, D; Esteve, I; Fisher, A; Harte, F; Khoury, B; Lu, Z; Marais, A; Mattila, A; Nieder, T O; Reddy, D Nayarana; Richards, C; Robles Garcia, R; Rodrigues, O M, Jr; Roque Guerra, A; T'Sjoen, G; Tereshkevich, D; Wilson, D	SEXUAL AND RELATIONSHIP THERAPY	2014
15	CIRURGIA	VIDA FAMILIAR	Social support in gender reassignment surgery	Henkel, A; Hess, J; Hess-Busch, Y; Kurth, I; Panic, L; Rossi Neto, R; Ruebben, H	UROLOGE	2017
16	CRIAÇÃO CULTURAL		"Brilham estrelas de São João!": notas sobre os concursos de "Miss Caipira Gay" e "Miss Caipira Mix" em Belém (PA)	Noletto, Rafael da Silva	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	2014
17	CRIAÇÃO CULTURAL		A DISCURSIVE ANALYSIS OF CRUCIFIXION ICONOGRAPHY	Silveira, Andreia Aparecida T S; Witzel, Denise Gabriel	REVISTA DE LETRAS NORTE@MENTOS	2017
18	CRIAÇÃO CULTURAL	PAPÉIS DE GÊNERO	An explanatory and critical study about journalistic narratives and the problematization of gender	Gomes, M. C. A.	Calidoscópio	2015
19	CRIAÇÃO CULTURAL	PAPÉIS DE GÊNERO	BETWEEN POLITICAL SUBJECTS AND GAMES IN THE CONTEXT OF THE LGBT MOVEMENT OF PERNAMBUCO	Carneiro, Aida; Medrado, Benedito	ATHENEA DIGITAL	2017
20	CRIAÇÃO CULTURAL	PAPÉIS DE GÊNERO	Construindo Vera Cruz e desconstruindo gênero: aproximações entre Pedro Almodóvar e Judith Butler	Heilborn, Maria Luiza; Rodrigues, Carla	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	2014
21	CRIAÇÃO CULTURAL	PAPÉIS DE GÊNERO	Corporalidade e desejo: Tudo sobre minha mãe e o gênero na margem	MALUF, SÔNIA WEIDNER	Revista Estudos Feministas	2002
22	CRIAÇÃO CULTURAL		Geographies of sexualities in Brazil: Between national invisibility and subordinate inclusion in postcolonial networks of knowledge production	Silva, J. M.; Vieira, P. J.	Geography Compass	2014
23	CRIAÇÃO CULTURAL		Gênero, autoginografia e performatividade em margaret skinnider	Sousa, Raimundo	Ex aequo	2016
24	CRIAÇÃO CULTURAL		Homoerotismo e abjeção em O lugar sem limites de José Donoso	Barcellos, José Carlos	Literatura y lingüística	2007
25	CRIAÇÃO CULTURAL		Judaísmo e homossexualidade no Rio de Janeiro: notas de uma pesquisa	Barros, Myriam Lins de; Machado, Maria das Dores Campos; Piccolo, Fernanda Delvalhas	Religião & Sociedade	2010
26	CRIAÇÃO CULTURAL		O ciborgue entre a bio-arte e a arte distorbatória	Cardoso, Jean	Ilha do Desterro	2017
27	CRIAÇÃO CULTURAL		O travestimento do corpo e da escritura em Severo Sarduy	Carvalho, Maria Cristina Chaves	Alea : Estudos Neolatinos	2017
28	CRIAÇÃO CULTURAL		Posicionamentos interacionais mobilizados por Tudo sobre minha mãe na rede social Filmow	GONZALEZ, Clarissa Rodrigues; LOPES, Luiz Paulo da Moita	DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada	2015
29	CRIAÇÃO CULTURAL		POST-MODERN TOURISM: THE LGBT SEGMENT IN BRAZIL	Oliveira, Luciano Amaral	TURISMO-ESTUDOS E PRÁTICAS	2016
30	CRIAÇÃO CULTURAL		Queer art in Brazil? Race relations and non-binary gender and sexualities in artistic expression in Brazilian social contexts	Ferreira, Glauco B	URDIMENTO-REVISTA DE ESTUDOS EM ARTES CÊNICAS	2016

31	CRIAÇÃO CULTURAL		The Brazilian Art of Transvestism: Routes to a decolonial genealogy	Bortolozzi, Remom Matheus	QUADERNOS DE PSICOLOGIA	2015
32	CRIAÇÃO CULTURAL		The transvestism of the body and the literary texts in severo sarduy	Carvalho, M. C. C.	Alea	2017
33	CRIAÇÃO CULTURAL		TRAJETÓRIA DE UM TEXTO VIRAL EM DIFERENTES EVENTOS COMUNICATIVOS: ENTEXTUALIZAÇÃO, INDEXICALIDADE, PERFORMANCES IDENTITÁRIAS E ETNOGRAFIA	GUIMARÃES, Thayse Figueira; LOPES, Luiz Paulo da Moita	Alfa : Revista de Linguística (São José do Rio Preto)	2017
34	CRIAÇÃO CULTURAL		Trampas do traje	Corrêa, Mariza	Cadernos Pagu	2004
35	CRIAÇÃO CULTURAL		Transsexuality/transvestite in brazilian literature: Senses and meanings	Da Silva, A. L.; De Oliveira, A. A. S.	Arquivos Brasileiros de Psicologia	2013
36	CRIAÇÃO CULTURAL		Translesbianizando o olhar: representações na margem da arte	Arruda, Lin	Revista Estudos Feministas	2015
37	CRIAÇÃO CULTURAL		Poses, posses e cenários: as fotografias como narrativas da conquista da Europa	Carrijo, Gilson Goulart	Revista Estudos Feministas	2012
38	CRIAÇÃO CULTURAL		Narrative effects on the transgender experience: the story of Susan Grey	Piccardi, Tatiana	VIA ATLÂNTICA	2016
39	CRIAÇÃO CULTURAL		The ecclesiastical organization of The Christian Community Nova Esperanca: between the welcoming and the exclusion.	da Silva, Moizes Generino; Ferreira, Rubio Jose	HORIZONTE-REVISTA DE ESTUDOS DE TEOLOGIA E CIENCIAS DA RELIGIAO	2015
40	CRIAÇÃO CULTURAL		Labirintos conceituais científicos, nativos e mercadológicos: pornografia com pessoas que transitam entre os gêneros	Leite Jr, Jorge	Cadernos Pagu	2012
41	CRIAÇÃO CULTURAL	PAPÉIS DE GÊNERO	The beautiful and the abject - Gender, identity and constructions of the body in contemporary Brazilian culture	Adelman, Miriam; Ruggi, Lennita	CURRENT SOCIOLOGY	2008
42	CUIDADO EM SAÚDE		Percepções acerca da condição de vida e vulnerabilidade à saúde de travestis	Amorim, Sylvia Maria Godoy; Brancaleoni, Ana Paula; Vieira, Fernanda de Sousa	Saúde em Debate	2013
43	CUIDADO EM SAÚDE		Health of sexual minorities in North-Eastern Brazil: Representations, behaviours and obstacles	Adami, F.; Albuquerque, G. A.; De Lima Garcia, C.; Drezett, J.	Journal of Human Growth and Development	2016
44	CUIDADO EM SAÚDE		Trans-Specific Health Care: Challenges in the Context of New Policies for Transgender People	Paiva, Vera; Tagliamento, Grazielle	JOURNAL OF HOMOSEXUALITY	2016
45	CUIDADO EM SAÚDE		Health care provision in Brazil: A dialogue between health professionals and lesbian, gay, bisexual and transgender service users	Moscheta, Murilo S; Santos, Manoel A; Souza, Laura V	JOURNAL OF HEALTH PSYCHOLOGY	2016
46	CUIDADO EM SAÚDE		Health care: the transvestites of Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil	Pereira, Pedro Paulo Gomes; Souza, Martha Helena Teixeira de	Texto & Contexto - Enfermagem	2015
47	CUIDADO EM SAÚDE	PAPÉIS DE GÊNERO	Identity as a 'patchwork': aspects of identity among low-income Brazilian travestis	Vieira Garcia, Marcos Roberto	CULTURE HEALTH & SEXUALITY	2009
48	CUIDADO EM SAÚDE		A clínica em movimento na saúde de TTTs: caminho para materialização do sus entre travestis, transsexuais e transgêneros	Araujo, Fátima Cristina Alves de; Freire, Eduardo Corsino; Marques, Dalvani; Souza, Andrea Cardoso de	Saúde em Debate	2013

49	CUIDADO EM SAÚDE		Access to health services by lesbian, gay, bisexual, and transgender persons: systematic literature review	Adami, Fernando; Albuquerque, Grayce Alencar; Belem, Jameson Moreira; de Abreu, Luiz Carlos; do Nascimento, Vania Barbosa; dos Santos Figueiredo, Francisco Winter; Garcia, Cintia de Lima; Henrique Alves, Maria Juscinaide; Maciel, Erika da Silva; Paiva, Laercio da Silva; Quirino, Glauberto da Silva; Valenti, Vitor Engracia	BMC INTERNATIONAL HEALTH AND HUMAN RIGHTS	2016
50	CUIDADO EM SAÚDE		As travestis no Programa Saúde da Família da Lapa	Romano, Valéria Ferreira	Saúde e Sociedade	2008
51	CUIDADO EM SAÚDE		Cultural care: Sexual orientation as bias in health care practices	Adami, F.; Albuquerque, G. A.; Belém, J. M.; Da Silva Paiva, L.; Da Silva Quirino, G.; De Abreu, L. C.; De Lima Garcia, C.; Dos Santos Figueiredo, F. W.; Valenti, V. E.	International Archives of Medicine	2015
52	CUIDADO EM SAÚDE		Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é 'bado'!	Knauth, Daniela Riva; Muller, Magnor Ido	Cadernos EBAP.BR	2008
53	CUIDADO EM SAÚDE		Difficulties experienced by trans people in accessing the Unified Health System	Pedrini, Mateus Dias; Rocon, Pablo Cardozo; Rodrigues, Alexsandro; Zamboni, Jesio	CIENCIA & SAUDE COLETIVA	2016
54	CUIDADO EM SAÚDE		Itinerários terapêuticos de travestis da região central do Rio Grande do Sul, Brasil	Signorelli, Marcos Claudio; Coviello, Denise Martin; Pereira, Pedro Paulo Gomes; Souza, Martha Helena Teixeira de	Ciência & Saúde Coletiva	2014
55	CUIDADO EM SAÚDE		Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão	Cardoso, Michelle Rodrigues; Ferro, Luís Felipe	Psicologia: Ciência e Profissão	2012
56	CUIDADO EM SAÚDE		Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais	Borba, Rodrigo	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	2014
57	CUIDADO EM SAÚDE		“Tudo é sempre de muito!”: produção de saúde entre travestis e transexuais	Germano, Idilva Maria Pires; Sampaio, Juliana Vieira	Revista Estudos Feministas	2017
58	CUIDADO EM SAÚDE	DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	Social stigma, legal and public health barriers faced by the third gender phenomena in Brazil, India and Mexico: Travestis, hijras and muxes	Diehl, Alessandra; Fanganiello, Ana; Mari, Jair de Jesus; Robles, Rebecca; Sharan, Pratap; Vieira, Denise Leite; Zaneti, Marina Milograna	INTERNATIONAL JOURNAL OF SOCIAL PSYCHIATRY	2017
59	CUIDADO EM SAÚDE	PAPÉIS DE GÊNERO	Training process of the social representations on transsexuality among health professionals: possible ways to overcome prejudice	dos Santos, Adelyany Batista; Merchan-Hamann, Edgar; Shimizu, Helena Eri	CIENCIA & SAUDE COLETIVA	2014
60	CUIDADO EM SAÚDE		Effectiveness of a multidimensional web-based intervention program to change Brazilian health practitioners' attitudes toward the lesbian, gay, bisexual and transgender population	Caetano, Adriano Henrique; Catelan, Ramiro Figueiredo; Costa, Angelo Brandelli; da Rosa Filho, Heitor Thome; de Camargo, Eric Seger; Guaranha, Camila; Koller, Silvia Helena; Kveller, Daniel; Nardi, Henrique Caetano; Pase, Paola Fagundes	JOURNAL OF HEALTH PSYCHOLOGY	2016
61	CUIDADO EM SAÚDE	VIOLÊNCIA	Gays, Lesbians, Bisexuals, Transgenders perception's of the Brazilian public health care system (SUS)	Barbosa, L. H.; Calvetti, P. U.; Hermel, J.; Moura, A.; Rocha, K. B.; Santos, E. C.	Interamerican Journal of Psychology	2010
62	CUIDADO EM SAÚDE	VIOLÊNCIA	PROBLEMATIZATIONS (IM) PERTINENT: (ABOUT) EXPERIENCES OF TRANSESTITES IN PRIMARY HEALTH CARE IN HEALTH IN BRAZIL	Barreto, Danielle Jardim; de Oliveira, Leticya Grassi; Geronimo Ferreira, Jose Augusto	ATHENEA DIGITAL	2017

63	CUIDADO EM SAÚDE			Violence and social distress among transgender persons in Santa Maria, Rio Grande do Sul State, Brazil	Gomes Pereira, Pedro Paulo; Malvasi, Paulo; Signorelli, Marcos Claudio; Teixeira de Souza, Martha Helena	CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA	2015
64	DIREITOS POLÍTICOS	CIVIS	E	A jurisprudência brasileira da transexualidade: uma reflexão à luz de Dworkin	Bunchaft, Maria Eugenia	Sequência (Florianópolis)	2013
65	DIREITOS POLÍTICOS	CIVIS	E	DA (IMPOSSIBILIDADE DO DIÁLOGO: CONVERSACÕES PÚBLICAS E OS DIREITOS LGTB)	Casarini, Karin Aparecida; Moscheta, Murilo; Scorsolini-Comin, Fabio; Souza, Laura Vilela	Psicologia & Sociedade	2016
66	DIREITOS POLÍTICOS	CIVIS	E	Debate on LGBT issues: Challenges and achievements	Braz, C.; De Avelar, R. B.; De Freitas, F. R. A.; Mello, L.	Sociedade e Cultura	2012
67	DIREITOS POLÍTICOS	CIVIS	E	DIFFERENCE AND ETHICS ON THE RESEARCH PROCESS WITH PUBLIC CONVERSATIONS GROUPS	dos Santos Moscheta, Murilo; Vilela e Souza, Laura	ATHENEA DIGITAL	2016
68	DIREITOS POLÍTICOS	CIVIS	E	Direito, violências e sexualidades: a transexualidade em um contexto de direitos	Stefanes Pacheco, Isabela; Stefanes Pacheco, Rosely Aparecida	Estudios Socio-Jurídicos	2016
69	DIREITOS POLÍTICOS	CIVIS	E	Discrimination, policies, and sexual rights in Brazil	Carrara, S.	CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA	2012
70	DIREITOS POLÍTICOS	CIVIS	E	Homo-afetividade e direitos humanos	Mott, Luis	Revista Estudos Feministas	2006
71	DIREITOS POLÍTICOS	CIVIS	E	Legal aspects of transsexualism in brazilian law - A privat law approach	Lima Marques, C.; Ramos Da Silva, E.	International Journal of Transgenderism	1997
72	DIREITOS POLÍTICOS	CIVIS	E	POST-GENDER AND HUMAN RIGHTS: BIOETHICAL ISSUES IN THE PROCESS OF SEXUAL REASSIGNMENT IN TRANSGENDER TEENS	de Araujo, Jailton Macena	REVISTA GÊNERO & DIREITO	2016
73	DIREITOS POLÍTICOS	CIVIS	E	Profecias de fraude: Casamentos inaceitáveis e sujeitos perigosos em decisões judiciais sobre retificação de "sexo" de pessoas transexuais	Lima, Luiza Ferreira	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	2017
74	DIREITOS POLÍTICOS	CIVIS	E	Proteção da autonomia reprodutiva dos transexuais	Barboza, Heloisa Helena	Revista Estudos Feministas	2012
75	DIREITOS POLÍTICOS	CIVIS	E	Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública	Rocon, Pablo Cardozo; Rodrigues, Alessandro; Sodré, Francis	Revista Katálysis	2016
76	DIREITOS POLÍTICOS	CIVIS	E	Reproductive health and rights for the population of transvestites and transsexuals: abjection and symbolic sterility	Angonese, Monica; de Souza Lago, Mara Coelho	SAÚDE E SOCIEDADE	2017
77	DIREITOS POLÍTICOS	CIVIS	E	Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos	Freire, Lucas	Cadernos Pagu	2016
78	DIREITOS POLÍTICOS	CIVIS	E	The fight for love and love for the fight: Notes about the collective ceremony of homoaffective unions in Rio de Janeiro	Da Silva, D. A.; De Garay Hernández, J.; Uziel, A. P.	Sociedade e Cultura	2012

79	DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS		Talking gender: How (con)text shapes gender - The discursive positioning of transgender people in prison, work and private settings	Camargo, Brígido V; Cottone, Paolo F; Faleiros, Vicente P; Hochdorn, Alexander	International Journal of Transgenderism	2016
80	DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS		Uma galeria para travestis, gays e seus maridos: Forças discursivas na geração de um acontecimento prisional	Passos, Amilton Gustavo da Silva; Seffner, Fernando	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	2016
81	DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS		Transsexual genital self-mutilation	Baltieri, DA; de Andrade, AG	AMERICAN JOURNAL OF FORENSIC MEDICINE AND PATHOLOGY	2005
82	DIVERSIDADE CULTURAL		Undiagnosing gender	Arán, M.; Butler, J.; Rios, A.	Physis	2009
83	DIVERSIDADE CULTURAL		Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil	Murta, Daniela; Almeida, Guilherme	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	2013
84	DIVERSIDADE CULTURAL		Desdiagnosticando o gênero	Butler, Judith; Rios, André	Physis: Revista de Saúde Coletiva	2009
85	DIVERSIDADE CULTURAL		Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas	Bento, Berenice; Pelúcio, Larissa	Revista Estudos Feministas	2012
86	DIVERSIDADE CULTURAL		"Que nunca chegue o dia que irá nos separar": notas sobre episteme arcaica, hermafroditas, andrógenos, mutilados e suas (des)continuidades modernas	Leite Jr , Jorge	Cadernos Pagu	2009
87	DIVERSIDADE CULTURAL		A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero	Arán, Márcia	Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica	2006
88	DIVERSIDADE CULTURAL		Categories That Should Be Removed From Mental Disorders Classifications: Perspectives and Rationales of Clinicians From Eight Countries	Elena Medina-Mora, Maria; Fresan, Ana; Gureje, Oye; Luis Ayuso-Mateos, Jose; Mari, Jair de Jesus; Maruta, Toshimasa; Matsumoto, Chihiro; Reed, Geoffrey M; Roberts, Michael C; Robles, Rebeca; Sharan, Pratap; Xiao, Zeping	JOURNAL OF CLINICAL PSYCHOLOGY	2015
89	DIVERSIDADE CULTURAL	DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	Transitar para onde?: monstrosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras	Leite Junior, Jorge	Revista Estudos Feministas	2012
90	DIVERSIDADE CULTURAL		El gender disordered Reviews around a la patologizacion de la transexualidad	Ávila, S.	Cadernos Pagu	2012
91	DIVERSIDADE CULTURAL		A psicanálise e o dispositivo diferença sexual	Arán, Márcia	Revista Estudos Feministas	2009
92	DOENÇA		Etiopathogeny of sexual identity disorders - application of the concepts of Mahler, Klein, Bicudo, Ammon and Cesio in transsexuality and transvestitism	Miller De Paiva, L.	Dynamische Psychiatrie	1977
93	DOENÇA		From acting to communicating: The analysis of a boy with a pathological organization	Escosteguy Carneiro, M. I. N.	International Journal of Psychoanalysis	2006
94	DOENÇA		Inversões do papel de gênero: "drag queens", travestismo e transexualismo	Cardoso, Fernando Luiz	Psicologia: Reflexão e Crítica	2005

95	DOENÇA	SAÚDE MENTAL	OCD and transvestism: is there a relationship?	Abdo, CHN; de Tubino Scanavino, M; Hounie, A; Miguel, EC	ACTA PSYCHIATRICA SCANDINAVICA	2001
96	DOENÇA	SAÚDE MENTAL	Psychiatric disorders associated with body image dissatisfaction	Cunha, C. F.; Ferreira, R. A.; Henriques, P. R. F.; Silva, A. R. C.; Val, A. C.	REVISTA BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA	2011
97	DOENÇA		Strange body	Rinaldi, Doris	REVISTA LATINOAMERICANA DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL	2011
98	DOENÇA		Siliconomas	Arruda, Fabrizio Romagnoli de; Barra, Felipe Marcellos Lemos; Correa, Marília de Pádua Dornelas; Dornelas, Marcília de Cássia; Dornelas, Marilho Tadeu; Netto, Gabriel de Mendonça; Sant'Anna, Ludmila Leite; Sá Junior, Carlos Alberto Correa de	Revista Brasileira de Cirurgia Plástica	2011
99	DOENÇA	SAÚDE MENTAL	Schizophrenia Modifying the Expression of Gender Identity Disorder	Baltieri, Danilo Antonio; de Andrade, Arthur Guerra	JOURNAL OF SEXUAL MEDICINE	2009
100	DOENÇA		A clínica psicológica e o público LGBT	Pinafi, Tânia; Toledo, Livia Gonsalves	Psicologia Clínica	2012
101	DOENÇA		Gender dysphoria associated with disorders of sex development	Barros, Luciana Oliveira; Barroso, Ubirajara, Jr; Furtado, Paulo Sampaio; Lago, Renata; Moraes, Felipe; Toralles, Maria Betânia	NATURE REVIEWS UROLOGY	2012
102	DOENÇA		Laparoscopic Promontofixation for the Treatment of Recurrent Sigmoid Neovaginal Prolapse: Case Report and Systematic Review of the Literature	Kondo, William; Ribeiro, Reitan; Tsumanuma, Fernanda Keiko; Zomer, Monica Tessmann	JOURNAL OF MINIMALLY INVASIVE GYNECOLOGY	2012
103	DOENÇA		Value of cytogenetic study in transsexualism	Olazabal, L. C.; Saldanha, P. H.	Arquivos de Neuro-Psiquiatria	1976
104	DOENÇA		Pulmonary embolism due to liquid silicone: Case report	da Luz, A. P. Z.; de Albernaz Muniz, R. Z.; de March Ronsoni, R.; Lourenço, K. C.; Magalhães, P. S. C.; Melo, L. H.; Schwingel, F. L.	Respiratory Medicine Extra	2007
105	DOENÇA		Serum concentrations of brain-derived neurotrophic factor in patients with gender identity disorder	Aguiar, Bianca; Andrezza, Tahiana; Belmonte-de-Abreu, Paulo S; Costa, Angelo B; Ferrari, Pamela; Fontanari, Anna-Martha V; Gama, Clarissa S; Kapczinski, Flavio; Kauer-Sant'Anna, Marcia; Koff, Walter J; Lobato, Maria Ines R; Massuda, Raffael; Pedrini, Mariana; Salvador, Jaqueline; Silveira, Esalba	JOURNAL OF PSYCHIATRIC RESEARCH	2013
106	DOENÇA		Support system for decision making in the identification of risk for body dysmorphic disorder: A fuzzy model	Cordás, T. A.; De Brito, M. J. A.; Dini, G. M.; Ferreira, L. M.; Nahas, F. X.; Neto, M. S.; Ortega, N. R. S.	International Journal of Medical Informatics	2013
107	DOENÇA		The Diversity of Sexologies in Latin America: Emergence, Development, and Diversification	Giami, Alain; Russo, Jane	INTERNATIONAL JOURNAL OF SEXUAL HEALTH	2013
108	DOENÇA		The polycystic ovary syndrome - A medical condition but also an important psychosocial problem	Eggers, S; Kirchengast, S	COLLEGIUM ANTROPOLOGICUM	2001
109	DOENÇA	INTERSEXO	46,XY disorders of sex development (DSD)	Arnhold, I. J. P.; Costa, E. M. F.; Domenice, S.; Mendonca, B. B.	Clinical Endocrinology	2009

110	DOENÇA	INTERSEXO	Choice of gender in 5 α -reductase deficiency: A moving target	Damiani, D.; Houk, C. P.; Lee, P. A.	Journal of Pediatric Endocrinology and Metabolism	2005
111	DOENÇA	INTERSEXO	Molecular analysis of SRY gene in Brazilian 46,XX sex reversed patients: Absence of SRY sequence in gonadal tissue	Arnhold, I. J. P.; Billerbeck, A. E. C.; Carvalho, F. M.; Costa Frade, E. M.; Domenice, S.; Latronico, A. C.; Mendonca, B. B.; Nishi, M. Y.	Medical Science Monitor	2001
112	DOENÇA		SEX CHANGE - CAUSES AND CONSEQUENCES - INTERSEXUALITY AND TRANSEXUALITY	HOJDA, MJS	REVISTA BRASILEIRA DE MEDICINA	1985
113	DOENÇA		Alveolar hemorrhage after parenteral injection of industrial silicone	Caruso, P. C.; De Capitani, E. M.; de Cerqueira, E. M. F. P.; Leme, M. S. T.; Lobão, R. A.; Macedo, R. F.; Zambon, L.; Zanovello, M. E. P.	Jornal Brasileiro de Pneumologia	2013
114	DOENÇA		Body image in eating disorders	Athanássios Cordás, T.; Jabur Saikali, C.; Messina Scalfaro, B.; Saliba Soubhia, C.	Revista de Psiquiatria Clínica	2004
115	DOENÇA		Phalloplasty and urethroplasty in children with penile agenesis: Preliminary report	De Castro, Roberto; Macedo, Antonio, Jr; Merlini, Emilio; Rigamonti, Waifro	JOURNAL OF UROLOGY	2007
116	DOENÇA		Complicações locais após a injeção de silicone líquido industrial: série de casos	Fraga, Murilo F; Gonçalves, Karen Chicol; Helene Jr, Américo; Mello, Daniel Francisco; Perin, Luis Fernando	Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões	2013
117	DOENÇA		Discordant Transsexualism in Male Monozygotic Twins: Neuroanatomical and Psychological Differences	Andreazza, Tahiana Signorini; Belmonte-de-Abreu, Paulo; Carvalho, Renata; Costa, Angelo Brandelli; Koff, Walter; Massuda, Rafael; Piccon, Felipe; Rodrigues Lobato, Maria Ines; Salvador, Jaqueline; Silveira, Esalba Maria; Vaites Fontanari, Anna Martha	ARCHIVES OF SEXUAL BEHAVIOR	2014
118	DOENÇA		Do travestismo às travestilidades: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010	Amaral, Marília dos Santos; Cruz, Karla de Oliveira; Silva, Talita Caetano; Toneli, Maria Juracy Filgueiras	Psicologia & Sociedade	2014
119	DOENÇA		Psychoanalysis and trans-identities: Heterotopias	Ayouch, Thamy	EVOLUTION PSYCHIATRIQUE	2015
120	DOENÇA		Diagnosis of prolactinoma in two male-to-female transsexual subjects following high-dose cross-sex hormone therapy	Camara, V L; Costa, E M F; Cunha, F S; Domenice, S; Gooren, L J G; Mendonca, B B; Sircili, M H P	ANDROLOGIA	2015
121	DOENÇA		Gender Dysphoria in a 62-Year-Old Genetic Female With Congenital Adrenal Hyperplasia	Kater, Claudio E; Knobloch, Felicia; Silva Janovsky, Carolina C P; Silveira, Mariana Telles	ARCHIVES OF SEXUAL BEHAVIOR	2016
122	DOENÇA		Reduced serum concentrations of brain-derived neurotrophic factor (BDNF) in transsexual Brazilian men	Aguiar, Bianca; Andreazza, Tahiana; Borba Soll, Bianca Machado; Borba, Andre Oliveira; Costa, Angelo Brandelli; da Rosa, Eduarda Dias; Da Silva, Dhiordan Cardoso; Massuda, Rafael; Mueller, Andressa; Rodrigues Lobato, Maria Ines; Schneider, Maiko; Schwarz, Karine; Tusset, Cintia; Vaites Fontanari, Anna Martha	NEUROSCIENCE LETTERS	2016
123	DOENÇA	SAÚDE MENTAL	Neural Correlates of Psychosis and Gender Dysphoria in an Adult Male	Da Silva, Dhiordan Cardoso; Mueller, Andressa; Rodrigues Lobato, Maria Ines; Salvador, Jaqueline; Schneider, Maiko Abel; Schwarz, Karine; Soll, Bianca; Vaites Fontanari, Anna Martha; Zucker, Kenneth J	ARCHIVES OF SEXUAL BEHAVIOR	2016

124	DOENÇA		Sex and Gender: Critical Variables in Pre-Clinical and Clinical Medical Research	Clegg, D. J.; Frank, A. P.; Fátima, L. A.; Morselli, E.; Palmer, B. F.; Santos, R. S.	Cell Metabolism	2016
125	DOENÇA		Transsexualism: A review	Correia Filho, A.; Ghisolfi, E. S.; Henriques, A. A.; Kegel, S.; Lobato, M. I.; Schestatsky, G.; Schestatsky, S. S.	Jornal Brasileiro de Psiquiatria	2001
126	DOENÇA		BIRTH ORDER AND ANDROPHILIC MALE-TO-FEMALE TRANSEXUALISM IN BRAZIL	Blanchard, Ray; Borba Soll, Bianca Machado; Borba, Andre Oliveira; Costa, Angelo Bradelli; Da Silva, Dhiordan Cardoso; Massuda, Raffael; Mueller, Andressa; Rodrigues Lobato, Maria Ines; Schneider, Maiko Abel; Schwarz, Karine; Vaites Fontanari, Anna Martha; Vanderlaan, Doug P; Zucker, Kenneth J	JOURNAL OF BIOSOCIAL SCIENCE	2017
127	DOENÇA		Serum concentrations of brain-derived neurotrophic factor in patients diagnosed with gender dysphoria undergoing sex reassignment surgery	Andreazza, Tahiana; Costa, Angelo B; Gama, Clarissa S; Kauer-Sant'Anna, Marcia; Lobato, Maria Ines R; Massuda, Raffael; Pedrini, Mariana; Schwarz, Karine; Aguiar, Bianca W de; Fontanari, Anna Martha V; Schneider, Maiko A; Silva, Dhiordan C da	Trends in Psychiatry and Psychotherapy	2017
128	DOENÇA	SAÚDE MENTAL	The transsexual epidemic: Hysteria in the era of science and globalization	Jorge, M. A. C.; Travassos, N. P.	REVISTA LATINOAMERICANA DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL	2017
129	DOENÇA	SAÚDE MENTAL	Transexualidade, psicose e feminilidade originária: entre psicanálise e teoria feminista	Lattanzio, Felipe Figueiredo; Ribeiro, Paulo de Carvalho	Psicologia USP	2017
130	DOENÇA		Liquid silicone used for esthetic purposes as a potentiator for occurrence of post-radiotherapy genital lymphedema: case report	Antonelli, Raissa Quaiatti; Calderoni, Davi Reis; Fregonesi, Adriano; Garcia, Igor Ferreira; Kharmandayan, Paulo; Stelini, Rafael Fantelli	SAO PAULO MEDICAL JOURNAL	2017
131	DOENÇA		Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil	Barros, Claudia Renata dos Santos; Barros, Daniel Dutra de; Martins, Ricardo Barbosa; Pinto, Thiago Pestana; Saggese, Gustavo Santa Roza; Teixeira, Flávia do Bonsucesso; Veras, Maria Amelia de Sousa Mascena	Cadernos de Saúde Pública	2017
132	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Preexposure Chemoprophylaxis for HIV Prevention in Men Who Have Sex with Men.	Amico, K Rivet; Anderson, Peter L; Bekker, Linda-Gail; Buchbinder, Susan P; Burns, David N; Bushman, Lane R; Casapia, Martin; Charialertsak, Suwat; Defechereux, Patricia; Fernandez, Telmo; Ganoza, Carmela; Glidden, David V; Goicochea, Pedro; Grant, Robert M; Guanira-Carranza, Juan Vicente; Hance, Robert J; Jaffe, Howard S; Kallas, Esper Georges; Lama, Javier R; Lee, Jeanny; Liu, Albert Y; Martinez, Ana I; Mayer, Kenneth H; McConnell, J Jeff; McMahan, Vanessa; Montoya-Herrera, Orlando; Mulligan, Kathleen; Postle, Brian; Ramirez-Cardich, Maria E; Rooney, James F; Schechter, Mauro; Vargas, Lorena; Veloso, Valdilea G; Wang, Furong; Zheng, Jia-Hua	NEW ENGLAND JOURNAL OF MEDICINE	2010

133	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS	PROSTITUIÇÃO	Interconexões entre Linguística Aplicada e práticas de atenção à saúde: linguagem e identidades na prevenção de DSTs/Aids entre travestis profissionais do sexo	Borba, Rodrigo	Physis: Revista de Saúde Coletiva	2011
134	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Knowledge about viral hepatitis among participants of Gay Pride Event in Brazil	da Silva, A. S.; da Silva, E. F.; de Oliveira, J. C.; de Paula, V. S.; Delvaux, N.; do Espírito-Santo, M. P.; Lampe, E.; Miguel, J. C.; Vieira, Y. R.; Villar, L. M.	BRAZILIAN JOURNAL OF INFECTIOUS DISEASES	2013
135	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		No Evidence of Sexual Risk Compensation in the iPrEx Trial of Daily Oral HIV Preexposure Prophylaxis	Amico, K Rivet; Buchbinder, Susan P; Glidden, David V; Grant, Robert M; Kallas, Esper Georges; Liu, Albert Y; Marcus, Julia L; Mayer, Kenneth H; McMahan, Vanessa; Montoya-Herrera, Orlando; Pilotto, Jose	PLOS ONE	2013
136	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Overcoming Biological, Behavioral, and Structural Vulnerabilities: New Directions in Research to Decrease HIV Transmission in Men Who Have Sex With Men	Bekker, Linda-Gail; Beyrer, Chris; Grinsztejn, Beatriz; Mayer, Kenneth H; Remien, Robert H; Sandfort, Theodorus G M; Wheeler, Darrell P	JAIDS-JOURNAL OF ACQUIRED IMMUNE DEFICIENCY SYNDROMES	2013
137	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Travestis, an unexplored population at risk of HIV in a large metropolis of northeast Brazil: A respondent-driven sampling survey	Carneiro, Kalina L; Gondim, Rogerio C; Kendall, Carl; Kerr, Ligia Regina F S; Macena, Raimunda H M; Martins, Telma A; Mota, Rosa S	AIDS CARE-PSYCHOLOGICAL AND SOCIO-MEDICAL ASPECTS OF AIDS/HIV	2013
138	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		HIV among MSM in a large middle-income country	Benzaken, A.; De Brito, A. M.; Dourado, I.; Guimarães, M. D. C.; Kendall, C.; Kerr, L. R. F. S.; McFarland, W.; Mello, M. B.; Mota, R. S.; Pinho, A. D. A.; Rutherford, G.	AIDS	2013
139	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		HIV infection, syphilis, and behavioral risks in Brazilian male sex workers	Goihman, S.; Grandi, J. L.; Rutherford, G. W.; Ueda, M.	AIDS AND BEHAVIOR	2000
140	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Changes in renal function associated with oral emtricitabine/tenofovir disoproxil fumarate use for HIV pre-exposure prophylaxis	Bekker, Linda-Gail; Burns, David N; Charialertsak, Suwat; Glidden, David V; Grant, Robert M; Kallas, Esper Georges; Lama, Javier R; Liu, Albert Y; Mayer, Kenneth H; McMahan, Vanessa; Mulligan, Kathleen; Schechter, Mauro; Solomon, Marc M; Veloso, Valdilea G; Vicente Guanira, Juan	AIDS	2014
141	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Intervenção de base comunitária para a prevenção das DST/Aids na região amazônica, Brasil	Paiva, Vera; Benzaken, Adele Schwartz; Galbán Garcia, Enrique; Pedrosa, Valderiza Lourenço; Sardinha, José Carlos Gomes	Revista de Saúde Pública	2007
142	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Epidemiology of HIV in Latin America and the Caribbean	De Boni, Raquel; Grinsztejn, Beatriz; Veloso, Valdiléa G	CURRENT OPINION IN HIV AND AIDS	2014
143	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Over-the-counter human immunodeficiency virus self-test kits: time to explore their use for men who have sex with men in Brazil	Buchbinder, Susan; Fernandes, Nilo Martinez; Grinsztejn, Beatriz; Lippman, Sheri A; Sullivan, Patrick S; Terto, Veriano; Veloso, Valdiléa G	BRAZILIAN JOURNAL OF INFECTIOUS DISEASES	2014

144	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Patterns and Correlates of PrEP Drug Detection Among MSM and Transgender Women in the Global iPrEx Study	Amico, K Rivet; Anderson, Peter L; Bekker, Linda-Gail; Buchbinder, Susan; Carlos Hinojosa, Juan; Charialerstak, Suwat; Glidden, David V; Grant, Robert; Kallas, Esper G; Lama, Javier R; Liu, Albert; MacRae, John; Mayer, Kenneth; McMahan, Vanessa; Mehrotra, Megha; Montoya, Orlando; Schechter, Mauro; Veloso, Valdilea G	JAIDS-JOURNAL OF ACQUIRED IMMUNE DEFICIENCY SYNDROMES	2014
145	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Uptake of pre-exposure prophylaxis, sexual practices, and HIV incidence in men and transgender women who have sex with men: a cohort study	Amico, K Rivet; Anderson, Peter L; Bekker, Linda-Gail; Buchbinder, Susan; Burns, David N; Bushman, Lane; Casapia, Martin; Charialertsak, Suwat; Glidden, David V; Grant, Robert M; Guanira, Juan; Hosek, Sybil; Kallas, Esper G; Liu, Albert; Mayer, Kenneth; McMahan, Vanessa; Mehrotra, Megha; Montoya, Orlando; Mosquera, Carlos; Rooney, James F; Schechter, Mauro; Veloso, Valdilea G	LANCET INFECTIOUS DISEASES	2014
146	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Where Does Treatment Optimism Fit in? Examining Factors Associated with Consistent Condom Use Among People Receiving Antiretroviral Treatment in Rio de Janeiro, Brazil	Bastos, Francisco I; Bertoni, Neilane; Hanif, Homaira; Kerrigan, Deanna; Malta, Monica; Winch, Peter J	AIDS AND BEHAVIOR	2014
147	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Effects of Emtricitabine/Tenofovir on Bone Mineral Density in HIV-Negative Persons in a Randomized, Double-Blind, Placebo-Controlled Trial	Anderson, Peter L; Bekker, Linda-Gail; Buchbinder, Susan; Carvalo de Mendonca, Laura Maria; Charialertsak, Suwat; Chodacki, Piotr; Glidden, David V; Gonzales, Pedro; Grant, Robert M; Guanira, Juan Vicente; Lama, Javier R; Liu, Albert; McMahan, Vanessa; Mulligan, Kathleen; Namwongprom, Sirianong; Ramirez-Cardich, Maria Esther; Schechter, Mauro; Veloso, Valdilea G; Wang, Furong	CLINICAL INFECTIOUS DISEASES	2015
148	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		HIV pre-exposure prophylaxis in transgender women: a subgroup analysis of the iPrEx trial	Charialertsak, Suwat; Deutsch, Madeline B; Glidden, David V; Grant, Robert M; Guanira, Juan; Kallas, Esper G; Keatley, Joanne; McMahan, Vanessa; Sevelius, Jae	LANCET HIV	2015
149	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Population-Based HIV Prevalence and Associated Factors in Male-to-Female Transsexuals from Southern Brazil	Costa, Angelo Brandelli; da Rosa Filho, Heitor Tome; Da Silva, Dhiordan Cardoso; de Garcia, Claudia Garcia; Jacinto, Michelle Moraes; Koller, Silvia Helena; Lorencetti, Emilaine Karine; Mueller, Andressa; Nardi, Henrique Caetano; Rodrigues Lobato, Maria Ines; Vaites Fontanari, Anna Martha	ARCHIVES OF SEXUAL BEHAVIOR	2015
150	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Risk factors for sexually transmitted diseases in prostitutes and transvestites in Ribeirão Preto (SP), Brazil	Costa Passos, A. D.; De Castro Figueiredo, J. F.	Revista Panamericana de Salud Publica/Pan American Journal of Public Health	2004
151	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Revisiting the use of condoms in Brazil	MacCarthy, Sarah; Calazans, Gabriela; Dourado, Inês; Gruskin, Sofia; Reddy, Manasa	Revista Brasileira de Epidemiologia	2015
152	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Streamlining HIV Testing for HIV Preexposure Prophylaxis	Glidden, David; Grant, Robert M; Guanira, Juan V; Kallas, Esper; Leigler, Teri; Schechter, Mauro; Sharma, Usha	JOURNAL OF CLINICAL MICROBIOLOGY	2015

153	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Strong correlation between concentrations of tenofovir (TFV) emtricitabine (FTC) in hair and TFV diphosphate and FTC triphosphate in dried blood spots in the iPrEx open label extension: Implications for pre-exposure prophylaxis adherence monitoring	Anderson, P. L.; Bekker, L.-G.; Charialertsak, S.; Defechereux, P.; Gandhi, M.; Glidden, D. V.; Grant, R. M.; Grinsztejn, B.; Guanira, J. V.; Horng, H.; Liu, A.	Journal of Infectious Diseases	2015
154	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Syphilis infection, sexual practices and bisexual behaviour among men who have sex with men and transgender women: a cross-sectional study	Bandeira, Larissa Melo; Bertolacci-Rocha, Livia Garcia; Castro, Lisie Souza; Castro, Ludiele Souza; Coimbra Motta-Castro, Ana Rita; Ortiz Tanaka, Tayana Serpa; Pires Fernandes, Fernanda Rodas; Puga, Marco Antonio; Rezende, Grazielli Rocha; Teles, Sheila Araujo; Zanini, Priscila Brunini	SEXUALLY TRANSMITTED INFECTIONS	2015
155	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Moving Beyond Biomedicalization in the HIV Response: Implications for Community Involvement and Community Leadership Among Men Who Have Sex with Men and Transgender People	Aggleton, Peter; Parker, Richard	AMERICAN JOURNAL OF PUBLIC HEALTH	2015
156	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Vulnerabilidade de homens que fazem sexo com homens no contexto da AIDS	Andrade, Sonia Maria Oliveira de; Barros, Laura Moreno de; Chaguri, Marina de Capua; Lima, Livia Beraldo de; Pompilio, Mauricio Antonio; Pompilio, Socorro Andrade de Lima; Prieto, Cybele Weber; Tamaki, Edson Mamoru; Vinha, Joaquim Miguel	Cadernos de Saúde Pública	2007
157	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Building bridges: interdisciplinarity in practice. PopTrans Study: a study with transvestites and transsexual women in Salvador, Bahia State, Brazil	Brignol, Sandra; Cerqueira, Caio; da Silva, Luis Augusto V; Dourado, Ines; Lopes, Maycon; MacCarthy, Sarah; Magno, Laio; Prates, Adriana	CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA	2016
158	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Depression and Oral FTC/TDF Pre-exposure Prophylaxis (PrEP) Among Men and Transgender Women Who Have Sex With Men (MSM/TGW)	Amico, K Rivet; Avelino-Silva, Vivian I; Burns, David; Chodacki, Piotr; Defechereux, Patricia A; Fernandez, Telmo; Glidden, David V; Grant, Robert M; Liu, Albert Y; Mayer, Kenneth H; McMahan, Vanessa M; Mehrotra, Megha; Vargas, Lorena	AIDS AND BEHAVIOR	2016
159	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Point-of-care HIV tests done by peers, Brazil	Comparini, Regina Aparecida; de Mesquita, Fabio Caldas; de Miranda Lobo, Tainah Dourado; Dutra de Barros, Clarissa Habckost; Pasini, Elisiane Nelcina; Pati Pascom, Ana Roberta	BULLETIN OF THE WORLD HEALTH ORGANIZATION	2016
160	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Profile of transvestites and transgender women: tuberculosis and HIV/AIDS in the city of Sao Paulo	Ferreira, Sergio, Jr; Nogueira, Pericles Alves; Stolses Bergamo Francisco, Priscila Maria	REVISTA PANAMERICANA DE SALUD PUBLICA-PAN AMERICAN JOURNAL OF PUBLIC HEALTH	2016
161	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Risk factors associated with resistance to HIV testing among transwomen in Brazil	Glick, J; Kendall, C; Kerr, L; Kerr-Correa, F; Macena, R H M; Martins, T A; Mota, R M S; Pinheiro Junior, F M L	AIDS CARE-PSYCHOLOGICAL AND SOCIO-MEDICAL ASPECTS OF AIDS/HIV	2016
162	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Self-reported Recent PrEP Dosing and Drug Detection in an Open Label PrEP Study	Amico, K Rivet; Anderson, Peter; Avelino-Silva, Vivian I; Grant, Robert; Guanira, Juan; McMahan, Vanessa; Mehrotra, Megha; Veloso, Valdilea G	AIDS AND BEHAVIOR	2016

163	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS	SAÚDE MENTAL	The Effect of Depressive Symptoms on Adherence to Daily Oral PrEP in Men who have Sex with Men and Transgender Women: A Marginal Structural Model Analysis of The iPrEx OLE Study	Amico, K Rivet; Avelino-Silva, Vivian I; Bekker, Linda-Gail; Defechereux, Patricia; Glidden, David V; Grant, Robert M; Hosek, Sybil; Mayer, Kenneth H; McMahan, Vanessa; Mehrotra, Megha L; Schechter, Mauro; Veloso, Valdilea G	AIDS AND BEHAVIOR	2016
164	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		The Men Who Have Sex with Men HIV Care Cascade in Rio de Janeiro, Brazil	Castro, Rodolfo; Correa, Renato Girade; de Jesus, Beto; Derrico, Monica; Grangeiro, Jose Roberto; Grinsztejn, Beatriz; Lemos, Katia; Pires, Denise; Ribeiro-Alves, Marcelo; Veloso, Valdilea G	PLOS ONE	2016
165	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		The Safety of Tenofovir-Emtricitabine for HIV Pre-Exposure Prophylaxis (PrEP) in Individuals With Active Hepatitis B	Chariyalertsak, Suwat; Grant, Robert M; Guanira, Juan V; Hance, Robert J; Liu, Albert Y; Mayer, Kenneth H; McManhan, Vanessa M; Schechter, Mauro; Solomon, Marc M	JAIDS-JOURNAL OF ACQUIRED IMMUNE DEFICIENCY SYNDROMES	2016
166	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS	CUIDADO EM SAÚDE	The trouble with "Categories": Rethinking men who have sex with men, transgender and their equivalents in HIV prevention and health promotion	Aggleton, Peter; Parker, Richard; Perez-Brumer, Amaya G	GLOBAL PUBLIC HEALTH	2016
167	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS	PROSTITUIÇÃO	Towards "reflexive epidemiology": Conflation of cisgender male and transgender women sex workers and implications for global understandings of HIV prevalence	Clark, Jesse L; Oldenburg, Catherine E; Parker, Richard G; Perez-Brumer, Amaya G; Reisner, Sari L	GLOBAL PUBLIC HEALTH	2016
168	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Towards a fair consideration of PrEP as part of combination HIV prevention in Latin America	Baruch, Ricardo; Caceres, Carlos F; Ghidinelli, Massimo; Grinsztejn, Beatriz; Guanira, Juan Vicente; Luque, Ricardo; Ravasi, Giovanni	JOURNAL OF THE INTERNATIONAL AIDS SOCIETY	2016
169	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Transgender People and HIV Prevention: What We Know and What We Need to Know, a Call to Action	El-Sadr, Wafaa M; Grinsztejn, Beatriz; Mayer, Kenneth H	JAIDS-JOURNAL OF ACQUIRED IMMUNE DEFICIENCY SYNDROMES	2016
170	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Awareness and Willingness to Use Pre-exposure Prophylaxis (PrEP) Among Men Who Have Sex with Men and Transgender Women in Brazil	Cerqueira, Natalia; De Boni, Raquel B; Fernandes, Nilo Martinez; Goulart, Silvia Pereira; Grinsztejn, Beatriz; Hoagland, Brenda; Kallas, Esper G; Liu, Albert Y; Luz, Paula M; Madruga, Jose Valdez; Moreira, Ronaldo I; Torres, Thiago S; Veloso, Valdilea G	AIDS AND BEHAVIOR	2017
171	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		High pre-exposure prophylaxis uptake and early adherence among men who have sex with men and transgender women at risk for HIV Infection: the PrEP Brasil demonstration project	Anderson, Peter L; De Boni, Raquel B; Goulart, Silvia; Grinsztejn, Beatriz; Hoagland, Brenda; Kallas, Esper G; Leite, Iuri da Costa; Liu, Albert Y; Luz, Paula M; Madruga, Jose Valdez; Marins, Luana M S; Moreira, Ronaldo I; Torres, Thiago S; Vasconcelos, Ricardo; Veloso, Valdilea G	JOURNAL OF THE INTERNATIONAL AIDS SOCIETY	2017
172	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Prevalence and types of rectal douches used for anal intercourse among men who have sex with men in Brazil	Carvalho da Silva, Roberto Jose; Ribeiro Lamblet, Luiz Carlos	BMJ OPEN	2017

173	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Unveiling of HIV dynamics among transgender women: a respondent-driven sampling study in Rio de Janeiro, Brazil	Buchbinder, Susan; Castro, Cristiane V; Garcia, Ana Cristina F; Grinsztejn, Beatriz; Jalil, Emilia M; Kruger, Alcía; Liu, Albert Y; Luz, Paula M; McFarland, Willi; Monteiro, Laylla; Moreira, Ronaldo I; Velasque, Luciane; Veloso, Valdilea G; Wilson, Erin C	LANCET HIV	2017
174	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS		Factores asociados con el uso del preservativo entre hombres jóvenes que tienen sexo con hombres	Barcelos, Nathália de Souza; Costa, Cristiane Maria Amorim; da-Fonte, Vinícius Rodrigues Fernandes; Pinheiro, Carina D'Onofrio Prince; Ribeiro, Francisco Marcio Tadeu; Spindola, Thelma	Enfermería Global	2017
175	EDUCAÇÃO CULTURA	E	A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis	Santos, Dayana Brunetto Carlin dos	Cadernos de Pesquisa	2015
176	EDUCAÇÃO CULTURA	E	VIOLÊNCIA ARE TRANS PEOPLE SEEN AT SCHOOL?	Maio, Eliane Rose; Polizel, Alexandre Luiz; Santana, Naomi Neri	REVISTA ÁRTEMIS	2016
177	EDUCAÇÃO CULTURA	E	VIOLÊNCIA Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio	Rondini, Carina Alexandra; Teixeira Filho, Fernando Silva; Toledo, Livia Gonsalves	Psicologia USP	2017
178	EDUCAÇÃO CULTURA	E	Convivendo com a diversidade sexual: relato de experiência	Alves, Elaine; Dessunti, Elma Mathias; Ross, Cláudia; Silva, Edson Bezerra da; Soubhia, Zeneide	Revista Brasileira de Enfermagem	2008
179	EDUCAÇÃO CULTURA	E	Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos	Campos, Luciana Maria Lunardi; Coelho, Leandro Jorge	Ciência & Educação (Bauru)	2015
180	EDUCAÇÃO CULTURA	E	DIVERSITY AND THE LGBT AGENDA IN YOUTH AND ADULT EDUCATION	Catelli, Roberto, Jr; Escoura, Michele	REVISTA OLHARES	2016
181	EDUCAÇÃO CULTURA	E	From the use of social name to the use of the bathroom: (trans)subjectivities in Brazilian schools	Costa Moreira, Maria Ignez; Resende Alves, Claudio Eduardo	QUADERNOS DE PSICOLOGIA	2015
182	EDUCAÇÃO CULTURA	E	Gender relations and sexual orientation in Religious Education curriculum in state and municipal schools in Recife	de Oliveira, Aurenea Maria	HORIZONTE-REVISTA DE ESTUDOS DE TEOLOGIA E CIENCIAS DA RELIGIAO	2015
183	EDUCAÇÃO CULTURA	E	INSURGENT DILEMMAS ON SPORTS: DISSONANT SPORT PRACTICES	Camargo, Wagner Xavier	MOVIMENTO	2016
184	EDUCAÇÃO CULTURA	E	PAPÉIS DE GÊNERO Na escola se aprende que a diferença faz a diferença	Bento, Berenice	Revista Estudos Feministas	2011
185	EDUCAÇÃO CULTURA	E	PARTICIPAÇÃO SOCIAL O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios	Vianna, Cláudia Pereira	Educação e Pesquisa	2015
186	EDUCAÇÃO CULTURA	E	Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders	Prado, Marco Aurélio; Torres, Marco Antônio	Educação & Realidade	2014
187	EDUCAÇÃO CULTURA	E	Professoras Travestis E Transexuais: Saberes Docentes E Pedagogia Do Salto Alto	Reidel, M.; Seffner, F.	Currículo sem Fronteiras	2015
188	EDUCAÇÃO CULTURA	E	PAPÉIS DE GÊNERO Representações sociais de professores sobre diversidade sexual em uma escola paraense	da Silva, Iolete Ribeiro; Ferreira, Darlisom Sousa; Neves, André Luiz Machado das; Sadala, Klaudia Yared; Silva, Fabiane Aguiar; Teixeira, Elizabeth	Psicologia Escolar e Educacional	2015
189	EDUCAÇÃO CULTURA	E	The transvestites at school: between us and strategies of resistance	Torres, Daniela Barros; Vieira, Luciana Fontes	QUADERNOS DE PSICOLOGIA	2015

190	EDUCAÇÃO CULTURA	E	Travestis brasileiras e escola: problematizações sobre processos temporais em gêneros, sexualidades e corporalidades nômades	Peres, Wiliam Siqueira; Sales, Adriana; Souza, Leonardo Lemos de	Fractal : Revista de Psicologia	2017
191	ENVELHECIMENTO		Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos "idosos LGBT"	Henning, Carlos Eduardo	Horizontes Antropológicos	2017
192	ENVELHECIMENTO		Some aspects on travestility, transsexuality and ageing: history, body and immigration	Mountian, Ilana	QUADERNOS DE PSICOLOGIA	2015
193	PAPÉIS DE GÊNERO	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS	Transforming Youth Identities: Interactions Across "Races/Colors/Ethnicities," Gender, Class, and Sexualities in Johannesburg, South Africa	Bagnol, Brigitte; Blaser, Thomas M; Manuel, Sandra; Matebeni, Zethu; Moutinho, Laura; Simon, Anne	SEXUALITY RESEARCH AND SOCIAL POLICY	2010
194	PAPÉIS DE GÊNERO		A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero	Carrieri, Alexandre de Pádua; Souza, Eloisio Moulin de	RAM. Revista de Administração Mackenzie	2010
195	PAPÉIS DE GÊNERO	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS	Intertext(sex)ualidade: a construção discursiva de identidades na prevenção de DST/AIDS entre travestis	Borba, Rodrigo	Trabalhos em Linguística Aplicada	2010
196	PAPÉIS DE GÊNERO		Sex without law, power without a king: Sexuality, gender and identity in the Travestite's daily life	Adorno, R. C. F.; Jimenez, L.	Cadernos Pagu	2010
197	PAPÉIS DE GÊNERO	DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	The game of the name in the transvesti's subjetivty	Próchno, C. C. S. C.; Rocha, R. M. G.	Psicologia e Sociedade	2011
198	PAPÉIS DE GÊNERO		'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?	Almeida, Guilherme	Revista Estudos Feministas	2012
199	PAPÉIS DE GÊNERO	VIOLÊNCIA	Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão	Barcinski, Mariana	Psico-USF	2012
200	PAPÉIS DE GÊNERO	DOENÇA	Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade	Teixeira, Flávia do Bonsucesso	Revista Estudos Feministas	2012
201	PAPÉIS DE GÊNERO		Homofilia e homossexualidades: recepções culturais e permanências	Rodrigues, Rita de Cássia Colaço	História (São Paulo)	2012
202	PAPÉIS DE GÊNERO		Reflexões teóricas, políticas e metodológicas sobre um morrer, virar e nascer travesti na adolescência	Duque, Tiago	Revista Estudos Feministas	2012
203	PAPÉIS DE GÊNERO		Sexuality and trans experiences: from the hospital to the bedroom	Bento, Berenice	CIENCIA & SAUDE COLETIVA	2012
204	PAPÉIS DE GÊNERO		Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering	Peres, Wiliam Siqueira	Revista Estudos Feministas	2012
205	PAPÉIS DE GÊNERO		"Doidas e putas: usos das categorias travesti e transexual	Barbosa, Bruno Cesar	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	2013
206	PAPÉIS DE GÊNERO		Governamentalidade neoliberal e o desafio de uma ética/estética pós-identitária LGBT na educação	César, Maria Rita de Assis; Sierra, Jamil Cabral	Educar em Revista	2014
207	PAPÉIS DE GÊNERO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil	Gontijo, Fabiano	Cadernos Pagu	2014

208	PAPÉIS DE GÊNERO	EDUCAÇÃO E CULTURA	"Encontrando Bianca": discursos sobre o corpo-travesti	Dimis, Nilson Fernandes; Pamplona, Renata Silva	Pro-Posições	2014
209	PAPÉIS DE GÊNERO	EDUCAÇÃO E CULTURA	Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais	Longaray, Deise Azevedo; Ribeiro, Paula Regina Costa	Revista Brasileira de Educação	2015
210	PAPÉIS DE GÊNERO	PROSTITUIÇÃO	Intersectionality and transnational mobility between Brazil and Spain in travesti prostitution networks	Ornat, Marcio Jose; Silva, Joseli Maria	GENDER PLACE AND CULTURE	2015
211	PAPÉIS DE GÊNERO		Psychology and transgender identities in the Iberoamerican context	Martinez-Guzman, Antar; Prado, Marco Aurélio	QUADERNOS DE PSICOLOGIA	2015
212	PAPÉIS DE GÊNERO		Sentidos sobre a Amizade Entre Travestis: Construção de Repertórios Interpretativos	Raseira, Emerson Fernando; Rocha, Rita Matins Godoy	Psicologia: Teoria e Pesquisa	2015
213	PAPÉIS DE GÊNERO		You have to be born with that gift": Experiences of a young travesti	Azevedo, R. N.; Scorsolini-Comin, F.; Spizzirri, G.	Revista da Abordagem Gestáltica	2015
214	PAPÉIS DE GÊNERO		When Invisibility Is Impossible: Body, Subjectivity, and Labor Among Travestis and Transsexuals	Carrieri, Alexandre de Padua; de Souza, Eloisio Moulin	SAGE OPEN	2015
215	PAPÉIS DE GÊNERO		Alguns aspectos da construção do gênero entre travestis de baixa renda	Garcia, Marcos Roberto Vieira	Psicologia USP	2009
216	PAPÉIS DE GÊNERO	DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS	Discurso e (trans)identidades: interação, intersubjetividade e acesso à prevenção de DST/AIDS entre travestis	Borba, Rodrigo	Revista Brasileira de Linguística Aplicada	2009
217	PAPÉIS DE GÊNERO		Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical	Borba, Rodrigo; Ostermann, Ana Cristina	Revista Estudos Feministas	2008
218	PAPÉIS DE GÊNERO		EXPERIMENTATIONS QUEER IN A RESEARCH ABOUT PRODUCTION OF FEMININITIES IN "TRANS BODIES"	Medrado, Benedito; Vasconcelos, Thaissa	ATHENEA DIGITAL	2016
219	PAPÉIS DE GÊNERO		RECEITA PARA SE TORNAR UM "TRANSEXUAL VERDADEIRO": DISCURSO, INTERAÇÃO E (DES)IDENTIFICAÇÃO NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR	Borba, Rodrigo	Trabalhos em Linguística Aplicada	2016
220	PAPÉIS DE GÊNERO		Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo	França, Isadora Lins	Horizontes Antropológicos	2007
221	PAPÉIS DE GÊNERO		Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade	Longaray, Deise Azevedo; Ribeiro, Paula Regina Costa	Revista Estudos Feministas	2016
222	PAPÉIS DE GÊNERO		O gênero das travestis: corpo e sexualidade na cultura brasileira	Goldenberg, Mirian	História, Ciências, Saúde-Manguinhos	2009
223	PAPÉIS DE GÊNERO		Ser e estar drag queen: um estudo sobre a configuração da identidade queer	Chidiac, Maria Teresa Vargas; Oltramari, Leandro Castro	Estudos de Psicologia (Natal)	2004
224	PAPÉIS DE GÊNERO		Transsexualism, sex and gender	Ceccarelli, P.	International Forum of Psychoanalysis	1997
225	PAPÉIS DE GÊNERO		Borders and margins: debates on intersectionality for critical research	Mountian, I.	Qualitative Research Journal	2017
226	PAPÉIS DE GÊNERO	VIOLÊNCIA	DEVELOPMENT, FREEDOM AND GENDER: TRANS EXPERIENCES	Sousa, Tuanny Soeiro	REVISTA DIREITO E LIBERDADE	2017

227	PAPÉIS DE GÊNERO	Ex-centric textualities and rehearsed narratives at a gender identity clinic in Brazil: Challenging discursive colonization	Borba, Rodrigo	JOURNAL OF SOCIOLOGICAL LINGUISTICS	2017
228	PAPÉIS DE GÊNERO	Travestilidade às avessas - a desconstrução de uma "paródia" identitária	Borges, Águeda Aparecida da Cruz; Fernandes, Luís Antonio Bitante; Lôbo, Rodolfo Pinheiro Bernardo	Revista Estudos Feministas	2017
229	PAPÉIS DE GÊNERO	Body building, travestismo e feminilidade	Nascimento, Maria José de Castro; Próchno, Caio César Sousa Camargo; Romera, Maria Lúcia Castilho	Estudos de Psicologia (Campinas)	2009
230	PAPÉIS DE GÊNERO	(Trans)formações corporais: reflexões sobre saúde e beleza	Rocon, Pablo Cardozo; Rodrigues, Alexsandro; Roseiro, Maria Carolina Fonseca Barbosa; Sodré, Francis; Zamboni, Jésio	Saúde e Sociedade	2017
231	PAPÉIS DE GÊNERO	Bodies in motion: spaces, emotions and representations that (de) construct realities	Alonso Caravaca-Morera, Jaime; Itayra Padilha, Maria	REVISTA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA USP	2017
232	PAPÉIS DE GÊNERO	To get on the heels: Body building transvestite from the Merleau-Ponty's perspective	Davi, E. H. D.; De Toledo Bruns, M. A.	Revista da Abordagem Gestáltica	2017
233	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo	Santos, Gustavo Gomes da Costa	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	2016
234	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Is Our Hope Cyborg? Subalternity, Recognition and "Tretas" on the Internet	Carvalho, Mário Felipe de Lima	Revista Estudos Feministas	2017
235	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Panteras e locas dissidentes: o ativismo queer em Portugal e Chile e suas tensões com o movimento LGBT	Colling, Leandro	Lua Nova: Revista de Cultura e Política	2014
236	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	A (im)possível pureza: medicalização e militância na experiência de travestis e transexuais	Carvalho, Mario Felipe de Lima	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	2011
237	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil	Carrara, Sérgio; Carvalho, Mario	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	2013
238	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Shepherds, Lost Sheep and Disputes over the Flock: Trans-Crucifixion at the Sao Paulo LGBT Pride Parade, 2015	Moretti-Pires, Rodrigo Otávio; Moscheta, Murilo dos Santos; Tesser Junior, Zeno Carlos; Vieira, Marcelo	REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	2016
239	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Street declined for male: sexualities, real estate market and masculinities in downtown Sao Paulo (Brazil)	Puccinelli, Bruno	PUNTO GÊNERO	2016
240	POLÍTICA DE SAÚDE	The National Policy for Comprehensive Health of Lesbians, Gays, Bisexuals and Transgender (LGBT) and access to the Sex Reassignment Process in the Brazilian Unified Health System (SUS): progress and challenges	Oliveira, Daniel Canavese; Popadiuk, Gianna Schreiber; Signorelli, Marcos Claudio	CIENCIA & SAUDE COLETIVA	2017
241	POLÍTICA DE SAÚDE	Comprehensiveness and sexual diversity in the Brazilian norm in the process of health care for transsexuals: Progress, dilemmas, challenges	Lionço, T.	Physis	2009

242	POLÍTICA DE SAÚDE		Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde	Murta, Daniela; Arán, Márcia	Physis: Revista de Saúde Coletiva	2009
243	POLÍTICA DE SAÚDE		Limites e possibilidades do exercício da autonomia nas práticas terapêuticas de modificação corporal e alteração da identidade sexual	Schramm, Fermin Roland; Ventura, Miriam	Physis: Revista de Saúde Coletiva	2009
244	POLÍTICA DE SAÚDE		Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade	Braz, Camilo Albuquerque de; Mello, Luiz; Pedrosa, Cláudio; Perilo, Marcelo	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	2011
245	POLÍTICA DE SAÚDE		Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade	Lionço, Tatiana	Saúde e Sociedade	2008
246	POLÍTICA DE SAÚDE		Sexualidades e políticas públicas: uma abordagem queer para tempos de crise democrática	Motta, José Inácio Jardim	Saúde em Debate	2016
247	POLÍTICA DE SAÚDE		Transsexuality and public health in Brazil	Aran, Márcia; Lionço, Tatiana; Murta, Daniela	CIENCIA & SAUDE COLETIVA	2009
248	PROSTITUIÇÃO	PAPÉIS DE GÊNERO	Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil	Trigo, Luiz Gonzaga Godoi	Cadernos de Saúde Pública	2008
249	PROSTITUIÇÃO		A Psychosocial Study of Male-to-Female Transgendered and Male Hustler Sex Workers in Sao Paulo, Brazil	Baltieri, Danilo Antonio; Boer, Douglas Pieter; Prado Cortez, Fernanda Cestaro	ARCHIVES OF SEXUAL BEHAVIOR	2011
250	PROSTITUIÇÃO		Female variations: Circuits of the trans universe in Paraíba	Nascimento, S. S.	Revista de Antropologia	2014
251	PROSTITUIÇÃO		Five lives: Transvestilidades, gender, sexualities, and ethnicities in Paraíba/Brazil	Tota, M.	Revista de Antropologia	2015
252	PROSTITUIÇÃO		Issues Concerning the Informality and Outdoor Sex Work Performed by Travestis in So Paulo, Brazil	Garcia, Marcos R V; Lehman, Yvette Piha	ARCHIVES OF SEXUAL BEHAVIOR	2011
253	PROSTITUIÇÃO		L'Italia dei Divieti: entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição	Teixeira, Flávia do Bonsucesso	Cadernos Pagu	2008
254	PROSTITUIÇÃO		LUXURY PROSTITUTION: GENDER, WORK AND SOCIABILITY IN CITY OF BELEM	de Araujo, Luana Broni; Leal Bandeira, Maria Ceci	REVISTA PEGADA	2015
255	PROSTITUIÇÃO		Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids	Pelúcio, Larissa	Saúde e Sociedade	2011
256	PROSTITUIÇÃO		Transvestite life-world: A phenomenological approach to transvestility	Davi, E. H. D.; De Toledo Bruns, M. A.	Temas em Psicologia	2015
257	PROSTITUIÇÃO			Pelúcio, Larissa	Revista Estudos Feministas	2006
258	SAÚDE MENTAL	VIOLÊNCIA	Alcohol, drugs and violence: implications for the health of sexual minorities	Adami, F.; Albuquerque, G. A.; Belém, J. M.; Figueiredo, F. W. D. S.; Garcia, C. D. L.; Maciel, É. D. S.; Paiva, L. D. S.; Parente, J. S.	Reprodução e Climatério	2015

259	SAÚDE MENTAL		Hazardous alcohol use among transwomen in a Brazilian city	da Conceicao Costa, Daniel Lucas; Franco Sansigolo Kerr, Ligia Regina; Kendall, Carl; Kerr-Correa, Florence; Leal Pinheiro Junior, Francisco Marto; Lopes Carneiro, Kalina Livia; Maia Macena, Raimunda Hermelinda; Martins, Telma Alves; Salani Mota, Rosa Maria; Yaegaschi, Marcelle Yumi	CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA	2017
260	SAÚDE MENTAL		O contexto do uso de drogas entre travestis profissionais do sexo	Dias, Tháisa Magna; Pereira, Débora Letícia; Rocha, Rita Martins Godoy	Saúde e Sociedade	2013
261	SAÚDE MENTAL		Sex, drugs, and the culture of transvestismo in Rio de Janeiro	Inciardi, J. A.; Pok, B. H.; Surratt, H. L.; Telles, P. R.	International Journal of Transgenderism	1999
262	SAÚDE MENTAL		Clinical characteristics, psychiatric comorbidities and sociodemographic profile of transsexual patients from an outpatient clinic in Brazil	Amaral, J. T.; Chaves, C. P. D. V.; Crestana, T.; Henriques, A. A.; Koff, W. J.; Lobato, M. I.; Onofrio, F. D. Q.; Petry, A.; Salvador, J.; Schestatsky, S. S.; Silveira, E.	International Journal of Transgenderism	2008
263	SAÚDE MENTAL		Suicidal ideation among transvestites and transsexuals: A social representations and analytical study	de Miranda, F. A. N.; de Sena, R. C. F.; Lins, S. L. F.; Silva, G. W. S.	Online Brazilian Journal of Nursing	2016
264	SAÚDE MENTAL	PROSTITUIÇÃO	Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia	Giongo, Carmem Regina; Menegotto, Lisiane Machado De Oliveira; Petters, Simone	Psicologia: Ciência e Profissão	2012
265	TRATAMENTO MÉDICO		Clinical management of transsexual subjects	Frade Costa, Elaine Maria; Mendonca, Berenice Bilharinho	ARQUIVOS BRASILEIROS DE ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA	2014
266	TRATAMENTO MÉDICO		Conversational topics in transsexual persons	Cayzele, Miet; Heirman, Eva; T'Sjoen, Guy; Van Borsel, John	CLINICAL LINGUISTICS & PHONETICS	2014
267	TRATAMENTO MÉDICO		Ethical Conflicts over the Management of Transsexual Adolescents-Report of Two Cases	Baltieri, Danilo Antonio; de Andrade, Arthur Guerra; Prado Cortez, Fernanda Cestaro	JOURNAL OF SEXUAL MEDICINE	2009
268	TRATAMENTO MÉDICO		Os processos de hormonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina	Cruz, Kathleen Tereza da; Lima, Fátima	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	2016
269	TRATAMENTO MÉDICO		Phonoaudiological therapy in male transsexuals: Report of three cases	Gusmão, R. J.; Vasconcellos, L.	Revista Brasileira de Otorrinolaringologia	2001
270	TRATAMENTO MÉDICO		The voice in transsexuals	Baeck, H.; Van Borsel, J.	Revista de Logopedia, Foniatria y Audiologia	2014
271	TRATAMENTO MÉDICO		Translation and preliminary evaluation of the Brazilian Portuguese version of the Transgender Voice Questionnaire for male-to-female transsexuals	Van Borsel, John; Aguiar, Andréa Gomes de Oliveira; Baeck, Heidi Elisabeth; Santos, Heloisa Helena de Almeida Neves Matta dos	CoDAS	2015
272	TRATAMENTO MÉDICO		Transsexual Voice Questionnaire for Male-to-female Brazilian Transsexual People	Cielo, Carla Aparecida; Costa, Angelo Brandelli; Da Silva, Dhiordan Cardoso; Dorfmann, Maria Elza; Kuhl, Gabriel; Mueller, Andressa; Rodrigues Lobato, Maria Ines; Schneider, Maiko Abel; Schwarz, Karine; Soll, Bianca; Spritzer, Poli Mara; Vaitses Fontanari, Anna Martha	JOURNAL OF VOICE	2017
273	VIDA FAMILIAR		Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social	Nardi, Henrique Caetano; Lomando, Eduardo	Saúde em Debate	2013

274	VIDA FAMILIAR		Dossier on conjugalities and parenthoods of gays, lesbians and transgenders in Brazil	Grossi, M.; Mello, L.; Uziel, A. P.	Revista Estudos Feministas	2006
275	VIDA FAMILIAR		Families who live in "the family"	Bento, B.	Sociedade e Cultura	2012
276	VIDA FAMILIAR		Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais	Zambrano, Elizabeth	Horizontes Antropológicos	2006
277	VIDA FAMILIAR		Those who love, suffer; Those who suffer, fight; Those who fight, win: Conjuality between transvestites and their husbands	Müller, M. I.; Seffner, F.	Sociedade e Cultura	2012
278	VIOLÊNCIA		"Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro	Carrara, Sérgio; Vianna, Adriana R B	Physis: Revista de Saúde Coletiva	2006
279	VIOLÊNCIA	PAPÉIS DE GÊNERO	"THIS IS A RESPECTFUL PLACE!": THE HETERONORMATIVE CONSTRUCTION OF THE CLOSET-CITY THROUGHOUT THE INVISIBILITY AND VIOLENCE IN URBAN DAILY	Carvalho, Claudio Oliveira; Macedo Junior, Gilson Santiago	REVISTA DE DIREITO DA CIDADE-CITY LAW	2017
280	VIOLÊNCIA		Assassinatos de travestis e "pais de santo" no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa	Fernandes, Felipe Bruno Martins	Saúde em Debate	2013
281	VIOLÊNCIA		DISCRIMINATION OF TRANSVESTITES AND TRANSEXUALS WOMEN IN THE LABOUR MARKET	Licciardi, Norma; Marques de Oliveira, Matheus Henrique; Waitmann, Gabriel	REVISTA CIENTÍFICA HERMES	2015
282	VIOLÊNCIA		Discursos e posicionamentos em um encontro de diálogo sobre violência a LGBTs	Moscheta, Murilo dos Santos; Apóstolo, Marcos Vinicius do Amaral; Souza, Laura Vilela e	Psicologia USP	2017
283	VIOLÊNCIA		Estudo descritivo da homofobia e vulnerabilidade ao HIV/Aids das travestis da Região Metropolitana do Recife, Brasil	Ferreira, Luiz Oscar Cardoso; Sousa, Patricia Juliana de; Sá, Janilson Barros de	Ciência & Saúde Coletiva	2013
284	VIOLÊNCIA		Fallon Fox: a queer body in the octagon	Goellner, Silvana Vilodre; Grespan, Carla Lisboa	MOVIMENTO	2014
285	VIOLÊNCIA		Mapped vulnerabilities, Located violences: Experiences of transvestites and transgender individuals in Brazil	Amaral, Marília dos Santos; Bonassi, Bruna Camillo; de Queiroz, Mariana Amaral; Figueiras Toneli, Maria Juracy	QUADERNOS DE PSICOLOGIA	2015
286	VIOLÊNCIA		Murders of transvestites and transsexual in rio grande do sul: Crimes based in gender	Barnart, F.; de Moura, J. Q.; Guaranha, C.; Guimarães, C. F.; Meneghel, S. N.; Simões, I. G.	ATHENEA DIGITAL	2013
287	VIOLÊNCIA	CRIAÇÃO CULTURAL	O apoio da rede social a transexuais femininas	Feijó, Marianne Ramos; Pinto, Maria Jaqueline Coelho; Siquieri, Carmem Lúcia dos Santos Maia; Soares, Milene; Valério, Nelson Iguimar	Paidéia (Ribeirão Preto)	2011
288	VIOLÊNCIA		Recalled Sexual Experiences in Childhood with Older Partners: A Study of Brazilian Men Who Have Sex with Men and Male-to-Female Transgender Persons	Balan, Ivan; Carballo-Diequez, Alex; Dolezal, Curtis; Mello, Maeve B	ARCHIVES OF SEXUAL BEHAVIOR	2012
289	VIOLÊNCIA		Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro	Miranda, Francisco Arnoldo Nunes de; Moura, Izabella Bezerra de Lima; Sena, Romeika Carla Ferreira de; Silva, Glauber Weder dos Santos; Sobreira, Maura Vanessa Silva; Souza, Emanuel Philipe Leite	Revista Gaúcha de Enfermagem	2016

290	VIOLÊNCIA		Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais	Aguiar, Ana Rosa Camillo; Carrieri, Alexandre de Pádua; Souza, Eloisio Moulin de	Revista de Administração Contemporânea	2014
291	VIOLÊNCIA		Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil	Albuquerque, Grayce Alencar; Garcia, Cintia de Lima; Belém, Jameson Moreira; Parente, Jeanderson Soares	Saúde em Debate	2016
292	VIOLÊNCIA		SPACE AND DEATH IN SOCIAL REPRESENTATIONS OF TRAVESTIS AND FEMALE TRANSSEXUALS	Cabral, Vinicius; Silva, Joseli Maria	GEO UERJ	2016
293	VIOLÊNCIA	CRIAÇÃO CULTURAL	HOMOPHOBIA AS MEME: THE BODYMEDIA AS RESISTANCE	Abranches Junior, Nilton; de Almeida Neto, Arthur Marques	REVISTA GÊNERO & DIREITO	2016